

Passando-se à apreciação do ponto 2 da ordem de trabalhos e considerando que o resultado líquido de impostos do Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., foi de 26 127 077,45 euros, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em atenção o disposto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de resultados do exercício:

- a) 2 612 707,75 euros para reserva legal;
- b) 1 208 245 euros para distribuição aos administradores, a título de participação nos resultados, segundo a imputação individual que for deliberada pela comissão de vencimentos;
- c) O remanescente do lucro do exercício de 22 306 124,70 euros para distribuição de dividendos aos accionistas.

Tendo em conta o montante contabilizado na conta de reservas livres, bem como o facto de, segundo o conselho de administração, estarem reunidas as condições legais que possibilitam a distribuição de bens aos accionistas, foi, ainda, deliberado por unanimidade efectuar a distribuição de 77 693 875,30 euros de reservas livres de dividendos aos accionistas.

Seguidamente, e entrando no ponto 3 da ordem de trabalhos, foi aprovado também por unanimidade, um voto de louvor e confiança na administração e na fiscalização do Banco pela actividade desenvolvida, bem como em cada um dos membros daqueles órgãos.

Na apreciação da matéria do ponto 4 da ordem de trabalhos, foi apreciada e discutida a proposta do conselho de administração de aquisição e alienação de obrigações próprias, fixando os termos da aquisição e alienação e ou delegando poderes para o efeito no conselho de administração do Banco e que se transcreve na íntegra:

Aquisição e alienação de obrigações próprias:

Em obediência ao estabelecido nos artigos 350.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, a comissão executiva propôs ao conselho de administração que apresentasse uma proposta à assembleia geral para que lhe seja concedida autorização, com a possibilidade de delegar na comissão executiva criada ao abrigo do artigo 13.º dos Estatutos, para:

1 — Adquirir, por compra ou troca, obrigações emitidas pelo Banco, até ao montante máximo de 10% de cada uma das emissões.

Se as obrigações se encontrarem admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, o preço das compras ou o respectivo equivalente nas trocas, fica sujeito ao seguinte critério:

- i) Contrapartida mínima: 15% abaixo da cotação média ponderada das obrigações nas 20 sessões de bolsa anteriores à data de aquisição;
- ii) Contrapartida máxima: 15% acima da cotação média ponderada das obrigações nas 20 sessões de bolsa anteriores à data de aquisição.

Se as obrigações não estiverem, ou deixarem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, o preço das compras ou o respectivo equivalente nas trocas fica sujeito ao seguinte critério:

- i) Contrapartida mínima: 25% abaixo do menor dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso;
- ii) contrapartida máxima: 30% acima do maior dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso.

2 — Alienar, por venda ou troca, obrigações próprias que detenha.

Se as obrigações se encontrarem admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, o preço das vendas ou o respectivo equivalente nas trocas, fica sujeito ao seguinte critério:

- i) Contrapartida mínima: 15% abaixo da cotação média ponderada das obrigações nas 20 sessões de bolsa anteriores à data da alienação;
- ii) Contrapartida máxima: 15% acima da cotação média ponderada das obrigações nas 20 sessões de bolsa anteriores à data da alienação.

Se as obrigações não estiverem, ou deixarem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, o preço das vendas ou o respectivo equivalente nas trocas fica sujeito ao seguinte critério:

- i) Contrapartida mínima: 30% abaixo do menor dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso;
- ii) Contrapartida máxima: 25% acima do maior dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso.

3 — As operações a que se referem as alíneas anteriores poderão ser efectuadas a todo o tempo até à primeira reunião do conselho de administração após a assembleia geral de aprovação de contas do exercício social do ano 2005.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida, o presidente da mesa da assembleia geral passou o ponto 5 da ordem de trabalhos: deliberar sobre a ratificação da cooperação de um administrador, tendo passado a ler a seguinte proposta:

O conselho de administração, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe à assembleia geral a ratificação da designação por cooptação, para o triénio, de 2003-2005, do vogal do conselho de administração:

Dr. Francisco Martin Lopez-Quesada — cooptado em reunião do conselho de administração de 21 de Fevereiro de 2005.

Posta à votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Foi, ainda, deliberado que o membro do conselho de administração ora eleito fique dispensado de prestação de caução.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada esta sessão pelas 11 horas e dela lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente e secretário da mesa e secretário da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Jorge Maria Bleck*, presidente — *Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes*, secretária da mesa e da sociedade. 2009438892

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 7536; identificação de pessoa colectiva n.º 501592245; data da inscrição: 1 de Julho de 2004.

Custódia Maria Rodrigues A. T. Oliveira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais e consolidadas, do ano de 2003.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 14 de Abril de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Custódia Maria Rodrigues A. T. Oliveira*.

Relatório e contas de 2003

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Eurico Silva Teixeira de Melo.
Vice-presidente: Jorge Maria Bleck.
Secretário: Francisco Assis Magalhães.

Conselho de administração:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório, em representação do Banco Santander Central Hispano.
Vogais:

Nuno Manuel da Silva Amado.
Eduardo José Stock da Cunha.
José Benigno Perez Rico.
Miguel de Campos Pereira de Bragança.
José Manuel Alves Elias da Costa.
Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha.
Luís Alberto Ponciano Alexandre.
José Carlos Brito Sítima.

Comissão executiva:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório.

Vice-presidentes:

José Benigno Perez Rico.
Nuno Manuel da Silva Amado.

Vogais:

Miguel de Campos Pereira de Bragança.
Luís Alberto Ponciano Alexandre.

Secretário da sociedade:

António Miguel Leonetti Terra da Motta.

Conselho fiscal:

Presidente: António Mendo Castel-Branco Borges.
Vogais:

António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Fernando M. Vieira.

Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

Suplente: Freire, Loureiro e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Carlos Manuel Pereira Freire.

Principais indicadores

(Em milhões de euros)

	2003	2002	2001	Varição 2003-2002 (percent.)
Balanço:				
Activo líquido	4 919	5 253	5 184	— 6,40
Crédito líquido (incluindo securitização)	4 467	4 188	3 664	+ 6,70
Recursos totais de clientes (em, e fora, de balanço)	4 494	3 759	3 720	+ 19,50
Capitais próprios + interesses minoritários + passivos subordinados	583	546	512	+ 7,00
Resultados:				
Margem financeira	106,6	108,9	103,5	— 2,10
Margem de serviços	48,6	35,7	29,1	+ 36,20
Produto bancário	153,2	146,8	135,2	+ 4,40
Resultado de exploração	71,5	64,2	52,2	+ 11,40
Resultados antes de imposto	54,1	41,1	32,2	+ 31,60
Resultado líquido consolidado	38,6	34,3	26,8	+ 12,40
Resultado líquido por acção (em euros)	1,2	1,1	0,9	+ 12,40
Ratio (percentagem):				
ROE	13,6	13,7	11,2	(c) — 0,10
ROA	0,8	0,7	0,5	(c) + 0,10
Ratio de eficiência	48,0	51,2	55,6	(c) — 3,20
Ratio de solvabilidade (actividade individual):				
Banco de Portugal	12,0	11,9	11,4	(c) + 0,10
Crédito vencido + 90 dias/crédito total	0,9	0,5	0,6	(c) + 0,30
Crédito vencido + 90 dias/crédito total (inc. securitização)	0,7	0,5	0,6	(c) + 0,10
Cobertura de crédito vencido a + 90 dias	199,0	277,1	262,0	(c) — 78,10
Crédito em incumprimento/crédito total (a)	0,9	n. a.	n. a.	n. a.
Crédito em incumprimento/crédito total (a) (inc. securitização)	0,7	n. a.	n. a.	n. a.
Cobertura de crédito em incumprimento (a)	185,4	n. a.	n. a.	n. a.
Colaboradores	1 398	1 338	1 356	+ 60
Postos de atendimento	120	123	121	— 3

(a) Crédito vencido a + 90 dias + cobrança duvidosa.

(b) Não inclui resultados do próprio ano. Considerando resultados de 2003 o ratio seria de 13,1%.

(c) Pontos percentuais.

Relatório do conselho de administração**Práticas do governo do Banco**

A actuação do conselho de administração e de cada um dos seus membros é regida pelos princípios da eficácia, transparência e responsabilidade, com vista a maximizar a rentabilidade do Banco e a otimizar os interesses dos seus accionistas, clientes e colaboradores.

Constitui preocupação constante do Banco a satisfação escrupulosa das normas legais e regulamentares vigentes. De modo a dar expressão prática a esse desiderato, dispõe o Banco da direcção de coordenação de assuntos institucionais e cumprimento colocada no primeiro plano da hierarquia da instituição, à qual compete, precisamente, entre outras funções, promover e zelar pelo cumprimento das disposições vigentes, nomeadamente através do estabelecimento de orientações e procedimentos, divulgação das alterações normativas verificadas, definição de regras de conduta e controlo das práticas instituídas.

As regras respeitantes ao governo do Banco têm tradução, não só nos próprios estatutos, como também nas normas e procedimentos internos, aprovados pelo conselho ou pela comissão executiva, e contém um conjunto de medidas práticas relativas à actuação destes órgãos e de todos os outros integrantes da estrutura da sociedade.

Destaca-se o facto de o estatuto não conter qualquer norma de blindagem, estando excluídas quaisquer disposições susceptíveis de conduzir a idêntico resultado.

Por outro lado, está em vigor um código de conduta aplicável aos membros do conselho de administração que, sem prejuízo dos deveres gerais, legalmente consagrados, que lhes incumbem, estabelece um conjunto acrescido de obrigações específicas destinadas a garantir a confidencialidade, o sigilo, a isenção e a transparência e a prevenir e acautelar eventuais conflitos de interesses.

O Banco está empenhado no cumprimento integral das normas e recomendações sobre o bom governo das sociedades, de acordo com o previsto, em especial, no regulamento n.º 11/2003, conforme informação detalhada inserida no capítulo 13 deste relatório.

Estrutura accionista

As posições dos accionistas detentores de participações superiores a 2% do capital social do Banco Santander Portugal, são a 31 de Dezembro de 2003, as seguintes:

Accionista	Número de acções	Porcentagem
Foggia — SGPS, S. A.	26 511 807	85,2030
BSCH — Participações	3 964 876	12,7422

Enquadramento da actividade**Economia internacional**

O ano de 2003, que se iniciou sob o signo da guerra e num clima de forte deterioração da confiança dos agentes económicos, viria, no final do ano, a caracterizar-se por uma forte recuperação da actividade, auxiliada por políticas económicas expansionistas e pela dissipação dos principais factores de risco.

O 1.º semestre do ano esteve claramente marcado pela intervenção militar no Iraque, que se iniciou em Março, e teve um rápido desfecho. Nos EUA, o fim das hostilidades foi celebrado com uma forte recuperação da confiança, dos consumidores e empresários, e com um rápido reflexo sobre a actividade económica. Só no final do ano, contudo, foram visíveis os primeiros sinais de recuperação do mercado de trabalho.

Por outro lado, a política económica foi claramente direccionada no sentido de suportar a retoma nascente. A Reserva Federal dos EUA desenvolveu uma intensa gestão verbal da política monetária, visando suportar expectativas de taxas de referência em níveis mínimos por um período de tempo prolongado. A administração Bush adoptou cortes adicionais dos impostos sobre o rendimento das famílias, dando um estímulo adicional ao consumo privado, que se manteve, desta forma, a principal fonte de crescimento nos EUA.

Este estímulo, contudo, foi acompanhado de um novo agravamento dos desequilíbrios macroeconómicos. O défice orçamental continuou a agravar-se, devendo, em 2003, ter atingido quase 5% do PIB, o nível mais elevado desde 1986, contribuindo para manter o défice da balança de transacções correntes no nível mais elevado de sempre. A aceleração do crescimento nos EUA, em 2004, deverá permitir o início do processo de correcção destes desequilíbrios, a ritmo muito lento, continuando, a subsistir alguns factores de risco.

Crescimento económico mundial

	1999	2000	2001	2002	2003 (a)	
					Set-03	Abr-04
Mundo	3,6	4,8	2,4	3,0	3,2	3,9
Países avançados	3,4	3,9	1,0	1,8	1,8	2,1
EUA	4,1	3,8	0,3	2,4	2,6	3,1
Japão	0,2	2,8	0,4	0,2	2,0	2,7
UEM	2,8	3,5	1,5	1,5	0,5	0,4
Reino Unido	2,4	3,1	1,9	1,9	1,7	2,3
Países em desenvolvimento	3,9	5,7	4,1	4,6	5,0	6,1
África	2,7	3,0	3,7	3,1	3,7	4,1
Ásia	6,2	6,8	5,8	6,4	6,4	7,8
Europa de Leste	0,4	4,8	0,3	4,4	3,9	4,5
Médio Oriente	0,9	6,0	2,0	4,8	5,1	5,4
América Latina	0,2	4,0	0,7	-0,1	1,1	1,7

(a) Estimativa.

Fonte. — FMI.

O Japão revelou um dinamismo surpreendente, relacionado não só com a melhoria da envolvente externa, como também com a melhoria do investimento privado. As exportações japonesas beneficiaram da recuperação das economias americana e chinesa, enquanto o investimento começa a reflectir o processo de reestruturação empresarial desenvolvido nos últimos anos. Por outro lado, assistiu-se a uma progressiva redução das pressões deflacionistas. Esta conjuntura prenuncia uma retoma mais sustentada da economia japonesa, sobretudo quando o consumo privado começar igualmente a recuperar, assim reduzindo os riscos associados à ainda débil situação das instituições financeiras e à ausência de margem de manobra da política orçamental.

Nos mercados emergentes, a estabilização foi a tônica dominante, após a instabilidade que caracterizou o ano de 2002. A Argentina deu prioridade à recuperação da economia nacional, em detrimento do acesso aos mercados internacionais de crédito. Há já sinais de recuperação da actividade, influenciados pelo fraco ponto de partida que caracteriza o ano de 2002.

No Brasil, o governo de Lula da Silva apostou na disciplina monetária e fiscal. Apesar de um mais lento crescimento económico, os objectivos acordados com o FMI em termos de contas públicas foram cumpridos, enquanto a desaceleração da inflação permitiu ao Banco Central prosseguir a redução das taxas de referência. Por outro lado, o Governo avançou com as reformas dos sistemas fiscal e de segurança social, as quais contribuem para assegurar a sustentabilidade das contas públicas, numa óptica de longo prazo.

O preço do petróleo manteve-se sempre próximo, ou mesmo acima, do limite superior do intervalo de referência da OPEP, de US\$28. O fim da intervenção militar no Iraque permitiu uma normalização dos preços, mas posteriormente estes subiram com a percepção de que a estrutura produtiva do Iraque só estaria operacional em 2004

e, também, com uma redução das quotas de produção pela OPEP, num cenário de recuperação da economia mundial e consequente aumento da procura.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril

Fonte. — Bloomberg.

Economia da UEM

Na UEM, o ano de 2003 iniciou-se com condições económicas bastante débeis. O crescimento no 1.º semestre foi negativo, reflectindo a recessão técnica na Alemanha, Holanda e Itália, e o débil crescimento em França.

A economia europeia foi afectada pela apreciação do euro, iniciada em 2002, e que penalizou as exportações europeias, numa altura em que a incerteza relacionada com a proximidade de uma intervenção no Iraque retraía a procura global.

Contrariamente aos EUA, o apoio das políticas económicas foi mais reduzido.

Embora o Banco Central Europeu tenha descido mais agressivamente as taxas de referência, para 2% (o nível mais baixo em décadas), a política orçamental manteve-se condicionada pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Apesar da Alemanha e da França terem violado, pelo segundo ano consecutivo, o limite de 3% do PIB para o défice orçamental, o Conselho de Ministros da União Europeia decidiu não aplicar sanções, o que foi entendido, por alguns analistas, como o desmantelamento do Pacto.

No entanto, não há, por parte destes países, intenção anunciada de expandir mais a despesa pública, tendo as autoridades respectivas anunciado a intenção de reduzir o défice estrutural em 2004.

A economia europeia começou a revelar sinais de recuperação no decurso do 2.º semestre, inicialmente através de uma melhoria das expectativas dos agentes económicos, e já no final do ano através de uma recuperação efectiva da actividade (produção industrial, vendas a retalho e exportações), uma tendência que se prevê venha a acentuar em 2004.

A inflação manteve-se acima do limite de próximo mas abaixo de 2%, devido a factores pontuais, como a subida dos preços dos bens alimentares, na sequência dos incêndios do Verão. No entanto, a inflação subjacente, que exclui as componentes mais voláteis, como a alimentação e energia, tem vindo a desacelerar, situando-se já em torno da definição da estabilidade de preços do BCE e prevendo-se que assim se mantenha.

Economia da UEM

	PIB		Inflação	
	2002	2003 (a)	2002	2003 (a)
UEM	0,9	- 0,4	2,3	2,1
Alemanha	0,2	- 0,1	1,3	1,0
França	1,2	- 0,2	1,9	2,2

Indicadores sobre Portugal

	1999	2000	2001	2002	2003 (a)
PIB	3,8	3,4	1,8	0,5	- 1,3
Consumo privado	5,1	2,9	1,2	0,5	- 0,7
Consumo público	5,6	4,1	3,3	2,7	- 0,6
Investimento	7,4	2,4	0,5	- 5,1	- 9,5
Exportações	2,9	7,8	2,0	2,6	3,9
Importações	8,5	5,5	1,0	- 0,5	- 1,0
Inflação média	2,3	2,9	4,4	3,6	3,3
Desemprego	4,4	3,9	4,1	5,1	6,4
Défice público (percentagem do PIB)	- 2,8	- 2,8	- 4,4	- 2,7	- 2,8
Dívida pública (percentagem do PIB)	54,3	53,3	55,6	58,1	59,4
BTC (percentagem do PIB)	- 6,3	- 8,9	- 8,5	- 5,1	- 3,0

(a) Estimativa.

Fonte. — INE, Ministério das Finanças, BSNP.

As exportações voltaram, um ano mais, a crescer, apesar da estagnação económica na zona euro e da apreciação do euro, deste modo revelando ganhos adicionais de quota de mercado pelos exportadores portugueses. As importações, por seu lado, registaram uma forte contracção, reflectindo a quebra do consumo privado e do investimento, as duas componentes da procura interna com maior conteúdo importado.

O défice externo, assim, registou uma forte contracção, para quase metade do nível verificado em 2002, segundo os dados do Banco de Portugal. Este processo de correcção, contudo, estará próximo do seu termo. Os dados do 2.º semestre de 2003 revelaram já uma recuperação das importações, em linha com o consumo e investimento privados, uma tendência que se deverá acentuar em 2004.

	PIB		Inflação	
	2002	2003 (a)	2002	2003 (a)
Itália	0,4	0,3	2,6	2,8
Espanha	2,0	2,4	3,6	3,1

(a) Estimativa.

Fonte. — CE, Abril de 2004.

Economia portuguesa

A economia portuguesa iniciou, em 2003, a fase de recuperação da actividade, após a contracção verificada no 2.º semestre de 2002. Contudo, essa fase processou-se ainda de forma lenta e será insuficiente para evitar que, no conjunto do ano, a actividade tenha contraído, relativamente a 2002. Em termos intra-anuais, a economia atingiu o seu ponto mais fraco no 2.º trimestre do ano, quando a confiança dos agentes económicos alcançou igualmente níveis mínimos, coincidindo com o momento de maior debilidade da economia europeia.

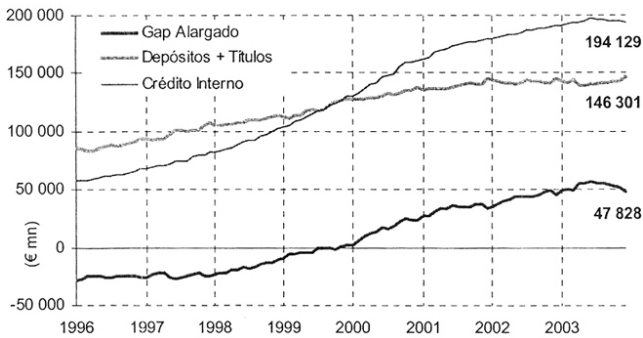
No segundo semestre foi já visível uma recuperação do consumo e investimento privados, após o ajustamento das empresas e particulares, em 2002, aos elevados níveis de endividamento. A melhoria do investimento deu-se nos sectores de produtos metálicos e equipamento, e também de transportes, um dado positivo, por não assentar na construção, sobretudo residencial. Contudo, o crescimento do consumo privado está ainda a processar-se a ritmo moderado, com as famílias a continuarem a privilegiar a poupança, em função do elevado desemprego. Este subiu para 6,6% no final de 2003, o nível mais elevado desde 1997.

Ao nível da despesa pública, 2003 foi um ano mais de contenção, com as medidas tomadas em 2002 a produzirem os primeiros resultados. Contudo, o mais forte abrandamento da actividade penalizou fortemente a receita fiscal, o que implicou a necessidade de se recorrer, novamente, a receita extraordinária para cumprir o limite de 3% do PIB para o défice orçamental. O Orçamento do Estado para 2004 baseia-se igualmente em receitas extraordinárias para reduzir o défice para 2,8% do PIB. Contudo, o défice estrutural reduziu-se em quase 1 p.p. em 2003, e para 2004 o Ministério das Finanças prevê uma redução de 0,6 p. p.

A inflação continuou a desacelerar, de forma moderada, caindo para 3,3% em 2003, face aos 3,6% de 2002.

Os preços da alimentação foram, à semelhança do verificado na Europa, afectados pelos incêndios do Verão, mas esse efeito começou a dissipar-se no final do ano. Mais significativa foi a desaceleração dos preços dos serviços, de cerca de 6% no início do ano, para 3,8% em Dezembro, reflectindo a moderação salarial. Este desenvolvimento é fulcral para a recuperação da competitividade da economia portuguesa. A inflação beneficiou ainda da dissipação dos efeitos do aumento da taxa normal de IVA, em 2002. O diferencial da taxa de inflação com a zona euro continuou a reduzir-se, para 1,2 p. p., face a 1,4 p. p., em 2002.

Mercado bancário e gap de liquidez



Nota. — Valores do crédito não ajustados das operações de titulação.

Fonte. — Banco de Portugal.

O fraco crescimento económico reflectiu-se ao nível do crédito bancário, o qual continuou a abrandar de forma acentuada, sobretudo em termos do crédito às empresas, mas o crédito aos particulares registou igualmente uma menor taxa de crescimento, ainda assim superior a 10%, suportado pelo crédito à habitação.

Os depósitos, por seu lado, registaram uma melhoria sobretudo ao nível dos depósitos a prazo, reflectindo o aumento da poupança dos privados.

Em resultado, o *gap* de liquidez aumentou de forma mais moderada do que em anos anteriores (2,6 biliões de euros em 2003, face a 11,6 biliões no mesmo período do ano anterior), tendo mesmo ocorrido uma redução a partir de Junho, quando o valor mais elevado foi observado.

Os bancos procuraram igualmente formas adicionais de financiamento, em detrimento do endividamento externo.

A banca privilegiou, assim, a captação de recursos junto de clientes e a emissão de títulos, além da continuação das operações de titularização do crédito, cujo montante em 2003 foi de cerca de 8 biliões de euros.

Mercados cambiais

O euro, em 2003, atingiu novos níveis máximos face ao dólar. Partindo de níveis ligeiramente acima da paridade, o euro apreciou-se quase 20%, para o nível mais elevado desde a sua criação, em 1999. No entanto, esta taxa de câmbio está basicamente em linha com os níveis observados durante grande parte da segunda metade da década de 1990.

Esta evolução reflectiu uma situação de depreciação do dólar, resultante das preocupações acrescidas com o elevado défice externo dos EUA (5% do PIB) e a necessidade de assegurar o seu financiamento, na medida em que, durante todo o ano, as condições económicas na zona euro foram sempre mais débeis que as dos EUA.

A evolução do euro, em 2003, pode ser decomposta em dois sub-períodos.

O primeiro, que se estende até Setembro, caracterizou-se por uma apreciação generalizada do euro face às principais moedas, cujas taxas de câmbio, e inclusive a taxa de câmbio efectiva (a média ponderada, pelo peso no comércio externo da zona euro, dessas taxas de câmbio), se moviam em paralelo.

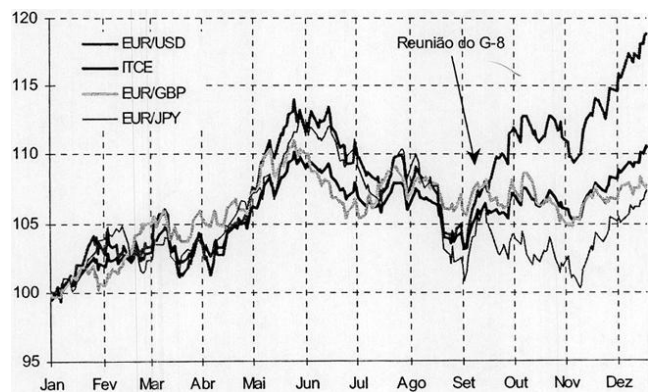
Em Setembro de 2003, o Grupo de oito países mais desenvolvidos do mundo (G-8) alertou para a necessidade de uma maior flexibilidade cambial, uma mensagem dirigida aos países asiáticos, em geral, ao Japão e à China, em particular.

A partir desse momento, a depreciação do dólar foi mais generalizada, pelo que, embora o euro tenha continuado a apreciar-se face ao dólar, a apreciação em termos efectivos foi muito menos acentuada: entre Setembro e Dezembro, o euro apreciou-se 15% face ao dólar, mas apenas 7% em termos nominais efectivos.

O iene apreciou-se também face ao dólar, mas somente após a reunião do G-8.

As autoridades japonesas receiam que uma maior apreciação (ou, pelo menos, uma apreciação mais rápida) possa, por um lado, comprometer a recuperação das exportações e, por outro lado, acentuar as pressões deflacionistas.

Evolução das principais taxas de câmbio (Dez. 2002 = 100)



Fonte. — BCE.

Mercados monetários

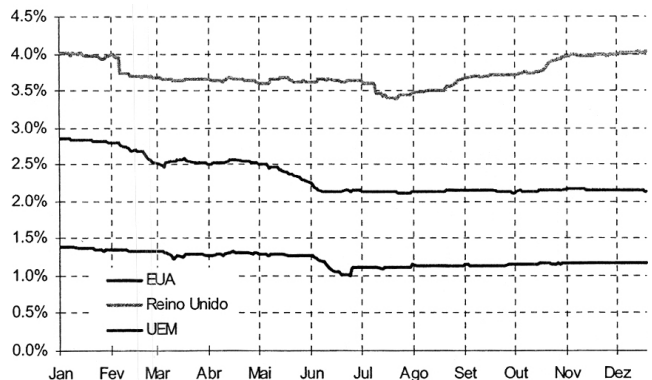
Em 2003, o facto mais marcante na condução da política monetária foi a eficiente argumentação desenvolvida pela Reserva Federal dos EUA. Devido aos já baixos níveis das taxas de referência (1,25% no início do ano), e consequente reduzida margem de manobra, a autoridade monetária americana desceu as taxas de referência em apenas 0,25%, para 1%, e conseguiu alimentar expectativas de que esses níveis se manteriam por um período de tempo considerável.

Essa gestão foi efectuada por via de vários alertas, inicialmente sobre a ausência de sinais de recuperação da actividade, posteriormente de ausência de criação de emprego e, finalmente, por indicação de uma mais lenta redução da folga da economia, desta forma reduzindo o impacto, sobre as taxas de juro, dos sinais de forte recuperação da actividade.

O Banco Central Europeu, em 2003, desceu as taxas de referência de forma mais agressiva do que no ano anterior, colocando a taxa de refinanciamento no mínimo histórico de 2%. A decisão de cortar a taxa *refi* em 50 p. b., em Junho, reflectiu, à semelhança do ocorrido com outros bancos centrais, uma medida preventiva, procurando relançar a economia europeia, após o fim da guerra no Iraque, e contribuir para reduzir eventuais pressões desinflationistas. No decurso do segundo semestre, o BCE revela-se cautelosamente optimista quanto à retoma da economia europeia e sinaliza a estabilidade das taxas de referência.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra foi o primeiro banco central a subir as taxas de referência no novo ciclo monetário. Após uma descida, em Fevereiro, para o mínimo histórico de 3,5%, como medida preventiva, em função da elevada incerteza global, o Banco de Inglaterra subiria as taxas para 3,75%, em Novembro, procurando evitar um sobreaquecimento da procura interna e, ao antecipar o ciclo, evitar a necessidade de subidas mais acentuadas no futuro.

Taxas de juro de curto prazo (três meses)



Fonte. — Reuters.

Mercados obrigacionistas

As taxas de juro de longo prazo terminaram o ano de 2003 basicamente em linha com os níveis observados no início do ano. No entanto, a evolução intra-anual revela que, no 1.º semestre, as taxas de juro de

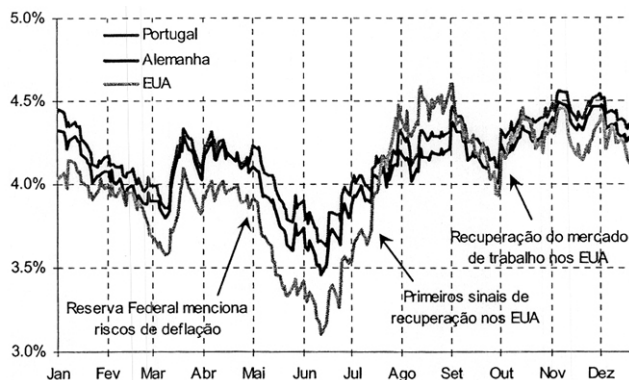
longo prazo, de modo geral, atingiram os níveis mais baixos das últimas quatro décadas.

No primeiro trimestre do ano, as taxas de juro continuaram sob a influência de um movimento de fuga para a qualidade, subjacente à iminência de uma intervenção militar no Iraque. A correcção que se seguiu ao fim do conflito deu lugar a um novo, e acentuado, período de descida das taxas de juro, na sequência da menção, pela Reserva Federal dos EUA, da existência de eventuais pressões desinflationistas nos EUA e o posterior debate sobre a forma de as combater, num clima de baixas taxas de juro. A hipótese da Reserva Federal poder adquirir dívida pública explica a forte queda das taxas de juro, com expectativas de que se pudesse repetir uma situação idêntica à verificada no início da década de 1950.

A progressiva redução da importância atribuída aos riscos de desinflatção (que são considerados mínimos no final do ano), e os sinais de recuperação da actividade e do emprego reflectiram-se na subida das taxas de juro de longo prazo para níveis em linha, ou mesmo superiores, aos verificados no início do ano. No entanto, o agravamento do défice orçamental, e consequente aumento do volume de emissão de dívida pública, não teve impacto significativo sobre as taxas de juro de longo prazo.

Na zona euro, as taxas de juro de longo prazo acompanharam, em larga medida, as taxas americanas, embora beneficiando, em menor grau, do efeito desinflatção. No segundo semestre, a violação, pela Alemanha e França, dos limites orçamentais estabelecidos no Pacto de Estabilidade, e a ausência de sanções pelo Conselho Europeu, reflectiu-se, não numa subida das taxas de juro da zona euro, mas antes num novo estreitamento dos diferenciais de taxas de juro entre os países centrais (Alemanha e França) e os países periféricos (entre os quais, Portugal).

Taxa de juro 10 anos



Fonte. — BSN Portugal, Reuters.

Mercados accionistas

A situação político-militar no Iraque condicionou o comportamento dos mercados accionistas no 1.º trimestre de 2003, sobrepondo-se inclusive à divulgação de resultados mais favoráveis nos EUA. O fim do conflito, em Abril, deu início a uma fase de recuperação sustentada dos mercados, que se prolongaria durante todo o ano.

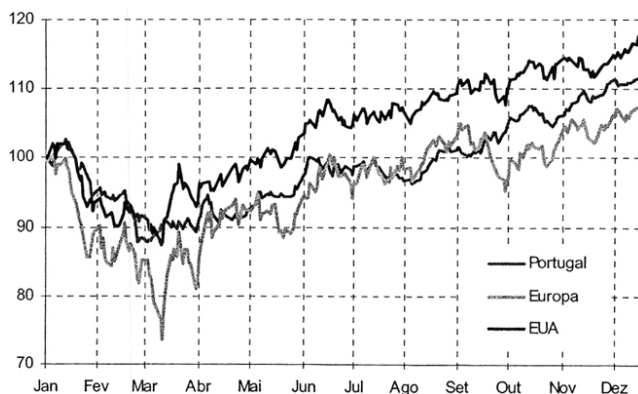
Embora a variação total no ano varie entre 10% para a Europa e 20% para os EUA, desde o ponto mínimo a apreciação foi superior a 30%.

Esta recuperação dos mercados accionistas internacionais resultou da conjugação de vários factores. Um, já mencionado, foi o fim do conflito militar no Iraque. Por outro lado, e de forma mais nítida nos EUA, o ajustamento desenvolvido pela generalidade das empresas culminou numa forte redução da respectiva estrutura de custos, quer financeiros, quer operativos, o que permitiu uma rápida recuperação dos lucros.

Um último factor prende-se com a maior vigilância, pelos reguladores, dos mercados, na sequência dos vários escândalos verificados em 2002.

Os mercados europeus iniciaram a recuperação um pouco mais tarde do que os EUA, devido ao maior atraso da economia europeia. Por outro lado, no início do ano, foram divulgados dados de falsificação das contas pela Ahold, um dos maiores retalhistas europeus. Já no final do ano, a Parmalat foi declarada insolvente, devido a várias fraudes. No entanto, à semelhança dos EUA, a tendência geral dos mercados é de recuperação, e sem indicações de que estes problemas pontuais possam comprometer essa evolução.

Mercados accionistas (Dezembro de 2002 = 100)



Fonte. — Reuters, BVL.

Portugal seguiu a tendência internacional, embora com uma menor volatilidade. O mercado accionista nacional viria, deste modo, e pelo segundo ano consecutivo, a evoluir de forma mais favorável do que os mercados europeus. A nível sectorial destaca-se a banca, com um maior enfoque da actividade no mercado doméstico, enquanto o sector energético foi alvo de um processo de reestruturação, sobretudo com uma maior articulação entre os vários segmentos de distribuição ao pequeno consumidor. O sector dos *media* e telecomunicações centrou atenções, com a discussão de vários cenários de concentração entre empresas nacionais.

O volume de transacções voltou a reduzir-se, em mais um ano sem operações de privatização, embora de forma menos acentuada, e já com sinais de recuperação no final do ano. Foi já visível, inclusive, um aumento do interesse de não residentes no mercado accionista português, deste modo invertendo a tendência dos últimos anos.

Áreas de negócio

Actividade comercial

Banca comercial — particulares e negócios:

O ano de 2003 traduziu-se num forte crescimento do volume de negócio, tendo o Banco alcançado, nesta área, 6336 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 16% relativamente ao ano anterior.

Este resultado foi o corolário de uma estratégia comercial proactiva, alicerçada no lançamento, ao longo do ano, de inovadores produtos e muito orientada para o reforço dos níveis de vinculação e para o aumento da base de clientes.

Por segmentos, merece realce a evolução do negócio afecto aos particulares que cresceu 14,6% e que foi responsável por 82% do crescimento global.

A captação de recursos assumiu, ao longo de todo o ano, uma grande importância. A estratégia seguida foi materializada através da oferta de produtos de valor acrescentado, inovadores, com diferentes perfis de risco, tendo atingido o seu auge com o lançamento, em Setembro, de uma forte campanha de recursos sob a designação de Poupança Super Estrelas, através da qual foram captados mais de 70 milhões de euros.

De salientar também a Caderneta Aforro Prémio, onde eram oferecidos, como parte da remuneração, DVDs, faqueiros inox e de prata e ainda um catálogo com diversas opções de escolha.

No 4.º trimestre, e como habitualmente, foi lançada a campanha de captação de produtos com benefícios fiscais, designada por soluções fiscais.

A dinamização dos recursos contou ainda com vários pacotes de produtos estruturados e seguros de capitalização, que o Grupo oferece mensalmente aos seus clientes.

A nível de crédito e, em particular do hipotecário, já sem o peso significativo do crédito bonificado, o Santander escriturou mais de 700 milhões de euros, mantendo a tendência crescente que vinha de anos anteriores. As campanhas de transferências e troca de casa assumiram papel importante neste desempenho.

Também nos produtos de activo, o lançamento do cartão Light, com as suas características inovadoras e versatilidade, nomeadamente a possibilidade de transformação da dívida num crédito com prestações fixas constantes ao longo de 60 meses, o pagamento de serviços em ATM e a possibilidade de transferência de dívida de outros cartões de crédito, merece realce. Foram colocados e activados mais de 22 000 cartões.

No âmbito da colocação de produtos não financeiros, com impacto ao nível de comissões e de crescimento da carteira de crédito ao consumo, foram comercializados diversos produtos. De destacar, a continuação da colocação de computadores HP/Compaq, a preços concorrenciais, que teve início no ano anterior (campanha SuperByte), complementada no verão com a campanha Megabyte e no final de Outubro pelo crédito Smile bem como a venda de faqueiros de prata Argentum.

No último trimestre foi lançado o Catálogo Prestige que, para além dos produtos anteriores, inclui outros de elevada qualidade e prestígio nas áreas da ourivesaria, artigos para o lar e tecnologia, com marcas de grande notoriedade (*Longines, Vista Alegre, Atlantis, Pionner, HP e Sony*).

No final de 2003, o Banco Santander dispunha de uma rede de 120 balcões, tendo encerrado os balcões da Tapada das Mercês, Gonçalo e Massamá.

Banca transaccional:

Cash management — foram desenvolvidas várias acções das quais se destacam:

Migração dos clientes da rede de retalho para o novo canal de banca electrónica, dotando as empresas de um sistema moderno e eficiente via Internet, que permite efectuar todas as operações bancárias de *cash management* de forma simplificada e reduzir consideravelmente o peso administrativo dos serviços centrais;

Captação e vinculação dos clientes, através da oferta de produtos que permitem otimizar os seus fluxos de tesouraria, nomeadamente a participação activa no desenvolvimento e promoção junto das empresas do Sistema de Cobranças Débitos Directos;

Análise e controlo da evolução das comissões/rentabilidade dos produtos/clientes.

Como resultado destas acções, conseguiu captar-se novos clientes e aumentar o *cross-selling* de produtos, nomeadamente o aumento da centralização dos pagamentos de ordenados no Banco, o crescimento do volume de negócio da emissão automática de cheques a fornecedores e o crescimento do volume de cobranças canalizado para o Sistema de Débitos Directos.

Negócio internacional — realizaram-se, ao longo do ano, várias iniciativas com o objectivo de dinamizar esta área de negócio, alargando o leque de produtos e a sua disponibilização pelos vários canais, desenvolvendo acções comerciais e de *marketing* junto dos clientes, efectuando um controlo rigoroso da informação de gestão e melhorando a formação das equipas comerciais, nomeadamente a integração das transferências para o exterior na plataforma de banca electrónica de empresas — NetBanco Empresas, e a realização de seminários sob o tema *negócio cambial/corporate hedging* com a participação de empresas exportadoras e/ou importadoras.

O negócio ibérico continuou a merecer especial atenção nomeadamente no apoio às empresas portuguesas que operam em Espanha, sempre em parceria com o Grupo Santander, com quem foram desenvolvidas várias acções no sentido de captar este segmento de negócio, oferecendo produtos e serviços que permitem manter o posicionamento do Grupo como líder na Península Ibérica.

TPA — Terminal de Pagamento Automático — o modelo de negócio dos TPA foi marcado por várias alterações, nomeadamente no que se refere ao agravamento do tarifário interbancário. A actividade nesta área, centrou-se em dois vectores fundamentais: o crescimento da quota de mercado e o aumento da rentabilidade deste segmento de negócio. Relativamente ao primeiro aspecto, foram lançadas ao longo do ano várias campanhas de instalação de TPAs na rede comercial, tendo-se estabelecido objectivos quantitativos por balcão.

No que se refere à rentabilidade, foi definido um plano de acção tendo em vista a renegociação de condições contratuais de todos os TPA com rentabilidade negativa.

Customer service — o ano de 2003 foi um ano de consolidação na área de apoio aos clientes empresas, no serviço pós venda e resolução de incidentes, assegurando-lhes uma resposta rápida e eficaz às questões levantadas, contribuindo desta forma para o objectivo geral do Banco em aumentar a nossa qualidade de serviço e atendimento ao cliente.

Cartões:

Com o objectivo de dotar o Banco com os melhores e mais adequados produtos no mercado, foi realizada, conforme já referido, no final de Maio, numa forte campanha multimédia com o lançamento do Cartão Light, um cartão de crédito inovador, com pagamento de juros 40% inferior à média do mercado, opção de pagamentos até

60 meses e prestações fixas, sistema de segurança contra utilizações indevidas e possibilidade de utilização em todos os estabelecimentos, mesmo que não aceitem cartões de crédito.

O lançamento deste cartão teve por base um estudo de mercado efectuado a utilizadores de cartões, que permitiu detectar os principais entraves à sua utilização e as características mais valorizadas. O cartão Light foi assim desenvolvido de forma a responder a todas as questões levantadas.

A um produto forte, correspondeu também uma imagem inovadora, com uma superfície transparente e transmitindo os conceitos de leveza e transparência com os clientes.

No último trimestre do ano foi lançada uma campanha, catálogo Light, que visou aumentar a facturação por cartão, objectivo claramente atingido.

No final do ano foi ainda disponibilizado o Happy Card, cartão recarregável com várias imagens das quais se destaca a do Senhor dos Anéis.

Pela primeira vez foi efectuada uma acção de venda de produtos financeiros em grandes superfícies de consumo onde o Happy Card foi comercializado como oferta de Natal.

Este cartão recarregável pode ser transformado num cartão mesada, bastando para tal a realização de transferências permanentes ou de carregamento em ATM.

O número de cartões de crédito activos do Banco Santander Portugal apresentou, em 2003, um crescimento de 32,4%.

Banca comercial — *private banking*:

Durante o ano de 2003, a actividade de *private banking* cresceu de forma sustentada, quer em número de clientes quer em volume de negócios, tendo contribuído, de forma significativa, para o incremento de recursos.

Uma oferta diferenciada e de valor para os clientes, aliada a um serviço personalizado e de qualidade permitiram a consolidação deste segmento.

Produtos estruturados, seguros de capitalização, fundos alternativos, fundos mobiliários e imobiliários, gestão de carteiras, estruturas *tailor-made*, formaram parte de uma oferta com vista a potenciar alternativas de investimento tendo em conta o perfil risco/rentabilidade dos investidores.

Em termos de estrutura interna, o *private banking* passou a integrar a área comercial da rede, o que se consubstanciou numa maior interligação com a rede de balcões com aproveitamento deste canal para beneficiar a oferta de serviços aos clientes *target*.

Banca comercial — empresas e institucionais:

O ano de 2003 foi o primeiro ano completo de actividade da área de empresas, como área comercial transversal às três redes do Grupo Totta, no qual o BSP está integrado.

Do ponto de vista de envolvente macroeconómica, tratou-se de um ano difícil, em que se deu especial ênfase ao controlo e diminuição dos *ratios* de crédito vencido e à continuação da estratégia de racionalização de custos e de consequentes ganhos de eficiência.

De referir que, no último trimestre do ano, se procederam a alterações na estrutura organizacional da área de empresas, nomeadamente através da diminuição do número de direcções comerciais e da abertura de duas novas sucursais de empresas (Lisboa e Porto), que irão permitir uma maior proximidade com os clientes e proporcionar um serviço integrado, com um interlocutor único para todas as questões comerciais e administrativas.

Neste segmento de empresas apostou-se na colocação de produtos estruturados de carácter inovador, com rentabilidades indexadas à taxa Euribor, constituindo alternativas de investimento muito interessantes para clientes com disponibilidades financeiras. Paralelamente, disponibilizaram-se novos produtos de crédito ao investimento para empresas, na sequência de acordos estabelecidos com o IFT (Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo), com o lançamento dos produtos Crédito Turismo/IFT e PROREST.

Foram igualmente dinamizados serviços fundamentais para uma maior fidelização de clientes com uma forte base transaccional, nomeadamente de negócio com o exterior, sendo de realçar o lançamento da nova plataforma de banca electrónica, designadamente o NetBanco Empresas e o Serviço IBOS. Como já foi referido anteriormente, estes serviços permitem aceder a vantagens na gestão do negócio corrente da empresa e, em especial, do negócio com o exterior.

De referir, ainda, que se prosseguiu a implementação de uma estratégia de *marketing* relacional, através do patrocínio e organização de seminários e eventos diversos, reforçando assim a ligação com os clientes.

Banca comercial — grandes empresas:

O ano de 2003 foi de consolidação da actual base de clientes grandes empresas e de implementação do sistema de gestão global de clientes.

Num ano particularmente difícil para a economia portuguesa, a actuação do Banco no segmento *corporate* foi relevante.

Apoiaram-se operações internacionais de refinanciamento, efectuaram-se financiamentos para aquisições domésticas e internacionais e continuou-se a assessorar a base de clientes em operações de cobertura de riscos (taxa de juro e de câmbio) e de banca transaccional.

Durante este ano aumentou-se significativamente a *cross-selling* com todas as áreas de produtos de banca de investimento.

Banca comercial — canais complementares:

NetB@nco — o ano de 2003 foi, claramente, um ano de inovação e forte crescimento dos Canais Web.

Foi lançada, no início do ano, uma plataforma totalmente nova para empresas, o Netb@nco Empresas, que veio corresponder às necessidades específicas deste tipo de clientes.

No segmento de particulares, o ano transacto ficou também marcado pelo desenvolvimento de uma nova plataforma de *homebanking* e um novo *site* público.

O novo Netb@nco Particulares, para além de representar um grande avanço em termos da tecnologia de suporte utilizada, apresenta um enorme aumento de funcionalidades, colocando o Banco, também nesta área, numa posição cimeira na qualidade da oferta aos clientes.

Call center — o ano em análise caracterizou-se fundamentalmente por um aumento de subscritores de Banca Telefónica (+ 21%) e pela melhoria quer no atendimento personalizado, quer no atendimento automático.

De entre estas, destaca-se, no serviço de atendimento automático, o lançamento de um sistema inovador na banca portuguesa que consiste na possibilidade de com ele interagir por voz, alternativo à tradicional utilização das teclas do telefone (DTMF).

Foi também criado um novo *help-desk* de suporte aos clientes do Netb@nco Empresas e foi integrado o serviço de apoio a clientes da Totta Seguros.

Por último, de referir o grande foco dado na melhoria de processos internos, com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço ao cliente, com redução em simultâneo dos custos operacionais.

SelfBanking — nesta área, verificou-se um grande aumento do parque de ATMs, baseado sobretudo nas instalações junto de clientes.

Foi também implementado um projecto de equipamentos de rede interna, baseado em equipamentos de dispensação e depósito inteligente de cheques, depósito inteligente de notas e impressão de extractos.

Para este efeito foi desenvolvida uma nova aplicação de *selfbanking* que, para além das funcionalidades mencionadas, permite uma grande variedade de operações, designadamente consultas de saldos e movimentos, transferências, pagamento de serviços e requisição de cheques.

Foi também posto em prática um projecto de migração de transacções para este canal, que passa em grande medida pela demonstração aos clientes da forma de utilização destes novos equipamentos, prestada pelos colaboradores dos balcões.

Desempenho económico-financeiro do Banco Santander Portugal

Actividade consolidada

Introdução:

Apesar da difícil conjuntura económica vivida ao longo do ano, registaram-se crescimentos tanto ao nível dos volumes, em balanço e fora de balanço, como em termos de resultados, o que só foi possível alcançar graças à implementação de um sólido modelo de crescimento, com uma oferta diferenciada e de valor acrescentado aos nossos clientes de novos produtos e serviços, mantendo sempre uma aposta crescente na qualidade, alicerçada numa eficiente estrutura de custos.

Relativamente à actividade desenvolvida em 2003 é de destacar:

O crescimento sustentado do volume de negócio em 12,8% (incluindo 1052 milhões de euros de créditos securitizados), de 8142 milhões de euros em 2002 para 9185 milhões de euros.

Os recursos totais totalizaram 4494 milhões de euros em Dezembro de 2003, representando um crescimento de 19,5%.

O crédito líquido (incluindo securitização) ascendeu a 4467 milhões de euros, crescendo 6,7% relativamente a 2002.

(Em milhões de euros)

	2003	2002	Variação (percentagem)
Volume de negócio (a).....	9 185	8 142	+ 12,8
Crédito líquido (a).....	4 467	4 188	+ 6,7
Garantias e avales	224	195	+ 14,8
Recursos totais	4 494	3 759	+ 19,5
Recursos em balanço	3 201	2 631	+ 21,7
Recursos fora de balanço	1 293	1 128	+ 14,6

(a) Incluindo securitização.

O resultado líquido de 38,6 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 12,4% face a 2002. O resultado por acção subiu igualmente 12,4%, atingindo 1,24 euros.

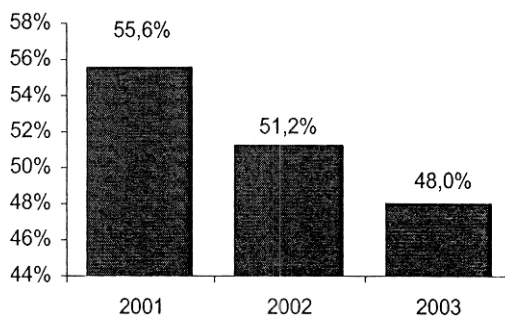
As comissões líquidas registaram um crescimento de 37,5%, para 45,4 milhões de euros, explicado em parte pelo aumento dos recursos fora do balanço, na sequência da estratégia seguida pelo Grupo. Esta subida compensa a redução da margem financeira, relacionada com o estreitamento dos *spreads* face às taxas de mercado.

A realização, em Junho, de uma operação de securitização de crédito hipotecário no valor de 1,1 mil milhões de euros.

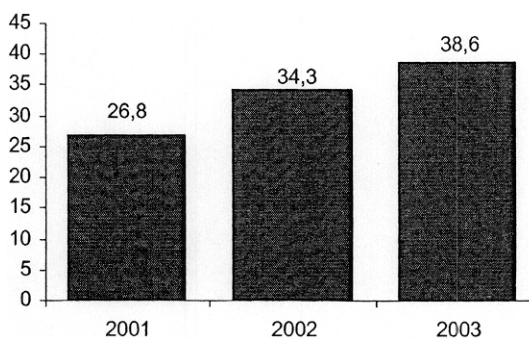
O *ratio* de crédito vencido sobre o crédito total (incluindo o crédito securitizado), é de 0,7%, estando ao nível do observado em 2002. A cobertura do crédito vencido por provisões ascende a 180,4%, enquanto que a cobertura para crédito vencido a mais de 90 dias é de 199%, mantendo-se em linha com os critérios de prudência seguidos pelo Grupo.

Aumento da eficiência evidenciado pela diminuição do *ratio* de eficiência em 3,2 p. p., para 48%, tendo para tal contribuído a redução de 2,1% nos custos de transformação.

Ratio de eficiência



Resultado líquido



A racionalização das estruturas existentes, iniciada em 2002 foi continuada, em 2003, com a fusão da SCH Rent na SCH Leasing, a qual posteriormente passou a designar-se por Totta Crédito Especializado, IFIC, SA, passando a Instituição Financeira de Crédito. Com estas alterações o Banco Santander ficou com uma participação na IFIC de 13,95% contra os 45,64% e 17,61% detidos anteriormente na SCH Rent na SCH Leasing, respectivamente.

Paralelamente em Junho registou-se a aquisição por parte do Santander Central Hispano ao Royal Bank of Scotland, de 12,7% do capital social do Banco, tendo a Foggia reforçado a sua participação a qual era em 31 de Dezembro de 85,2%.

Balança

(Em milhões de euros)

	2003	2002	Variação em euros	Variação (percentagem)
Disponibilidades em bancos centrais e créditos sobre instituições de crédito	775	598	+ 177	+ 29,6
Crédito líquido	3 414	4 188	- 774	- 18,5
Crédito líquido (incluindo securitização)	4 467	4 188	+ 279	+ 6,7
Carteira de títulos	462	199	+ 263	+ 132,2
Participações financeiras	12	10	+ 2	+ 17,4
Imobilizado	60	59	+ 1	+ 1,6
Outros activos	196	199	- 3	- 1,5
<i>Total do activo</i>	<u>4 919</u>	<u>5 253</u>	<u>- 334</u>	<u>- 6,4</u>
Recursos de instituições de crédito	983	1 873	- 890	- 47,5
Recursos em balanço	3 200	2 631	+ 569	+ 21,7
Provisões diversas e outros passivos	152	203	- 51	- 25,4
Passivos subordinados	262	262	-	-
Capitais próprios	322	284	+ 38	+ 13,4
Interesses minoritários	-	-	-	-
Grau de transformação de depósitos em crédito (percentagem)	106,7	159,2	-	(a) - 52,5

(a) Pontos percentuais.

O activo líquido consolidado decresceu 6,4% face ao ano 2002, cifrando-se em final de Dezembro de 2003 em 4,9 mil milhões de euros. Este decréscimo está relacionado com uma operação de securitização de crédito à habitação, cujo valor, em Dezembro de 2003, ascendia a 1052 milhões de euros, sem a qual o activo líquido teria tido um crescimento de 13,8%.

O volume de negócio, incluindo o crédito securitizado, atingiu 9185 milhões de euros, crescendo 12,8% relativamente a 2002.

O crédito a clientes, incluindo securitização, atingiu 4493 milhões de euros (crédito líquido de 4467 milhões de euros) no final de 2003, registou um acréscimo de 6,8% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

O grau de transformação dos depósitos em crédito (106,7%) decresceu 52,5 p. p. em grande parte devido à operação de securitização sem a qual desceria apenas 19,6 p. p., variação que se justifica pelo crescimento dispar entre aquelas duas rubricas.

Manteve-se uma política de controlo de risco, a qual assenta na criteriosa selectividade de segmentos de mercado e numa cuidadosa análise dos activos tomados, o que se reflectiu num *ratio* de crédito vencido de 0,7%, idêntico a 2002.

Considerando sem securitização este *ratio* cifra-se em 0,9%.

A cobertura do crédito vencido total por provisões ascendeu a 180,4% (199% para o crédito vencido a mais de 90 dias).

Crédito vencido

(Em percentagem)

	2003	2002	Variação
Crédito vencido sobre clientes/crédito total (inc. securitização)	(b) 0,7	0,7	(a) + 0,1
Crédito vencido + 90 dias/crédito total (inc. securitização)	(b) 0,7	0,5	(a) + 0,1
Crédito com incumprimento (a)/crédito total (inc. securitização)	(b) 0,7	n. a.	n. a.
Cobertura de crédito vencido	180,4	223,1	(a) - 42,7
Cobertura de crédito vencido a + 90 dias	199,0	277,1	(a) - 78,1
Cobertura de crédito com incumprimento (a)	185,4	n. a.	n. a.

(a) Crédito vencido a + 90 dias + cobrança duvidosa.

(b) Sem securitização, respectivamente, 1%, 0,9% e 0,9%.

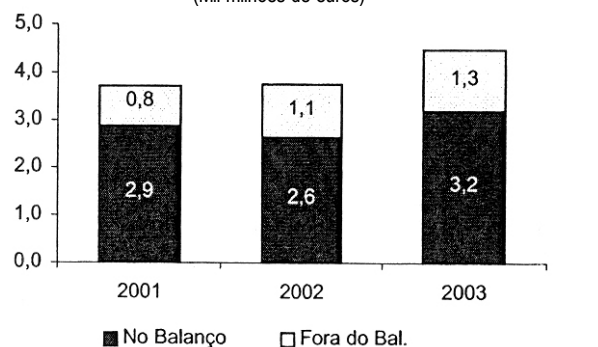
Os recursos totais subiram 19,5%, atingindo 4494 milhões de euros, por via de um crescimento quer dos recursos em balanço (21,7%), quer dos recursos fora de balanço.

Os depósitos tradicionais decresceram 10,8% (231,4 milhões de euros) face a 2002, decréscimo esse que foi compensado pelo crescimento dos débitos representados por títulos (+ 801,5 milhões de euros) que mais do que duplicaram, em resultado da emissão, em Novembro, de obrigações de taxa variável de médio prazo no valor de 800 milhões de euros, que foram integralmente tomados pelo Totta, o que justifica o decréscimo verificado nos recursos de outras instituições de crédito.

Os recursos fora de balanço cresceram 14,6% cifrando-se em 1293 milhões de euros, não sendo alheio a este crescimento a estratégia seguida pelo Banco de aposta em produtos de desintermediação financeira que geram proveitos importantes em termos de comissões.

Recursos totais

(Mil milhões de euros)



Demonstração dos resultados:

O ano de 2003 foi marcado por uma conjuntura económica desfavorável que se caracterizou por uma contracção significativa do mercado empresarial e por uma degradação das condições socioeconómicas,

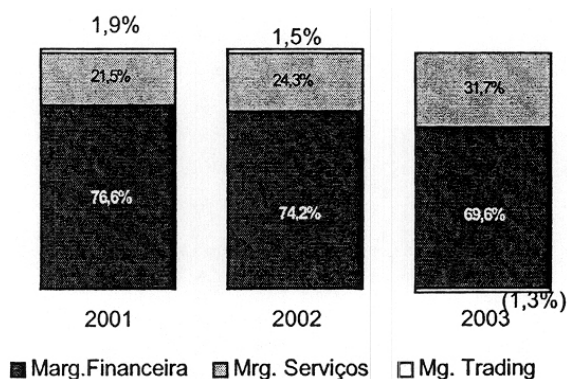
com impacto directo na capacidade de endividamento das famílias e no investimento. Ainda assim, os resultados consolidados do Santander Portugal registaram uma evolução bastante favorável face a 2002, crescendo 12,4%, crescimento idêntico ao do resultado líquido por acção.

(Em milhões de euros)

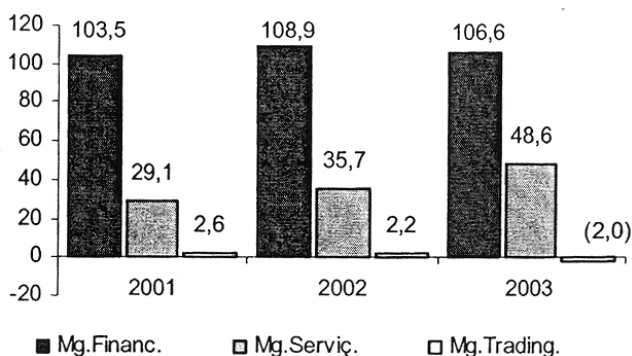
	2003	2002	Variação (percentagem)
Margem financeira s/ rentabilidade de títulos	96,9	100,2	+ 3,3
Rendimento de títulos	9,7	8,7	+ 10,9
Margem financeira	106,6	108,9	— 2,1
Comissões recebidas e outros proveitos	60,2	46,6	+ 29,3
Comissões pagas + outros impostos + outros custos	(11,6)	(10,8)	+ 6,6
Margem de serviços	48,6	35,7	+ 36,2
Margem de <i>trading</i>	(2,0)	2,2	— 192,5
Produto bancário	153,2	146,8	+ 4,4
Custos de transformação	(73,6)	(75,2)	— 2,1
Custos com pessoal	(50,1)	(50,3)	— 0,4
Outros gastos administrativos	(23,5)	(24,9)	— 5,7
Amortizações	(8,2)	(7,5)	+ 9,1
Resultado de exploração	71,5	64,2	+ 11,4
Provisões e outros resultados	(17,3)	(23,0)	— 24,7
Resultados antes de imposto	54,1	41,1	+ 31,6
Imposto	(15,5)	(6,8)	+ 128,7
Resultado líquido consolidado	38,6	34,3	+ 12,4
Resultado líquido por acção (em euros)	1,24	1,10	+ 12,4

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) atingiu 13,6%, decrescendo 0,1 p. p. relativamente a 2002.

Produto bancário



Produto bancário



O produto bancário ascendeu em 2003 a 153,2 milhões de euros, crescendo 4,4% face a 2002, justificado essencialmente pelo incremento das comissões.

Num ano marcado por uma forte concorrência e economicamente adverso, a margem financeira (incluindo dividendos) apresentou um decréscimo de 2,1% atingindo 106,6 milhões de euros (108,9 milhões de euros em 2002).

A margem de serviços terminou 2003 com 48,6 milhões de euros, um crescimento de 36,2%, justificado pelo bom comportamento registado ao nível das comissões.

Os custos de transformação registaram um decréscimo de 2,1%, relativamente ao período homólogo de 2002. Esta variação reflecte o impacto dos processos de racionalização efectuados nos últimos anos, que envolvem, entre outras medidas, a simplificação e automatização de processos operativos, a renegociação de contratos com fornecedores, a intensificação da utilização de canais complementares, bem como a optimização, rejuvenescimento e qualificação dos efectivos.

Custos de transformação

(Em milhões de euros)

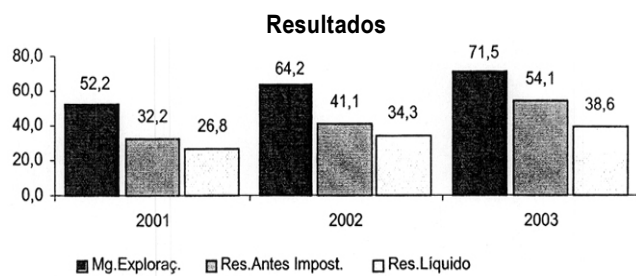
	2003	2002	Variação (percentagem)
Custos com o pessoal	50,1	50,3	(0,4)
Gastos gerais	23,5	24,9	(5,7)
Custos de transformação	73,6	75,2	(2,1)
Ratio de eficiência (percentagem)	48,0	51,2	(a) — 3,2

(a) Pontos percentuais.

Os custos de pessoal estão em linha com os de 2002, tendo decrescido 0,4%, apesar do aumento do número de efectivos, e os gastos

gerais diminuíram 5,7% face a 2002, para o que contribuíram decisivamente as reduções em rendas e alugueres e publicidade.

O resultado de exploração ascendeu a 71,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 11,4%.



O resultado líquido atingiu os 38,6 milhões de euros (contra os 34,3 milhões de euros de 2002), crescendo 12,4%.

Rentabilidade e eficiência — indicadores

(Em percentagem)

	2003	2002	Variação
ROE	13,6	13,7	(b) - 0,1
ROA	0,8	0,7	(b) + 0,1
Ratio de eficiência	48,0	51,2	(b) - 3,2
Empregados por posto de atendimento	11,7	10,9	+ 0,8
Créditos por empregado	3,4	3,3	+ 2
Captação por empregado	3,2	2,8	+ 14
Créditos por ponto de atendimento	39,1	35,6	+ 10
Captação por ponto de atendimento	37,5	30,6	+ 23
Resultado líq. por acção	1,2	1,1	+ 12
Resultado líq. por empregado (a)	27,6	25,7	+ 8
Resultado líq. por ponto de atendimento (a)	321,7	279,2	+ 15

(a) Valores em milhares de euros.

(b) Pontos percentuais.

A rentabilidade dos capitais próprios, situa-se ao nível de 2002 com o ROE a atingir os 13,6%.

O ratio de eficiência evidencia uma melhoria de 3,2 p. p. relativamente ao ano anterior, atribuível ao crescimento do produto bancário (+ 4,4%), conjugado com uma redução dos custos de transformação (- 2,1%), cifrando-se nos 48%.

Em termos de produtividade verifica-se uma melhoria dos ratios de crédito e recursos por empregado e por balcão como consequência do aumento dos volumes (incluindo crédito securitizado).

O resultado líquido gerado por empregado e balcão cresce igualmente em relação ao ano anterior.

Actividade individual

Dada a similitude de valores entre a actividade consolidada e individual far-se-á, neste ponto, apenas uma breve análise às principais variáveis.

O activo líquido decresceu 6,6% face ao ano 2002, cifrando-se, no final de Dezembro de 2003, em 4,9 mil milhões de euros. Este decréscimo está relacionado com a operação de securitização de crédito à habitação, cujo valor, no final de 2003, ascendia a 1052 milhões de euros, sem a qual o activo líquido teria registado um crescimento de 13,4%.

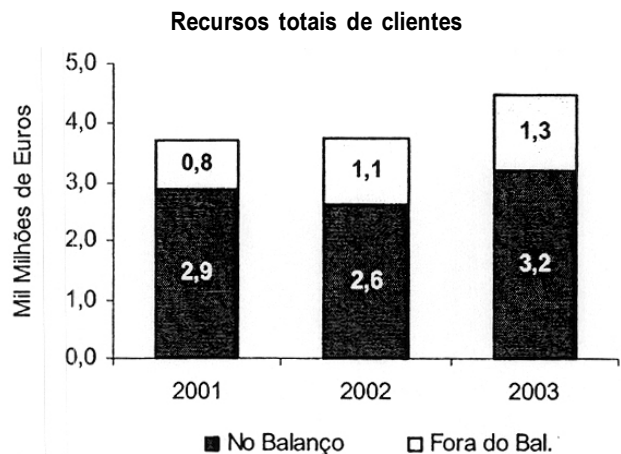
O volume de negócio, incluindo o crédito securitizado, atingiu 9184 milhões de euros, crescendo 12,7% relativamente a 2002.

O crédito a clientes, com securitização, atingiu 4.493 milhões de euros no final de 2003, registando um acréscimo de 6,8% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

O ratio de crédito vencido de 0,7%, ficou ao nível do observado em 2002, sem securitização este ratio situou-se em 0,9%.

A cobertura do crédito vencido por provisões cifrou-se em 180,4% (199% no que se refere à cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias).

O total de recursos em balanço cresceu 21,6%, a um ritmo superior ao do activo líquido (incluindo o crédito securitizado).



Os débitos representados por títulos registaram um acentuado crescimento (+ 801,5 milhões de euros), em resultado da emissão, em Novembro, de obrigações de taxa variável de médio prazo no valor de 800 milhões de euros integralmente tomados pelo Totta.

Os recursos fora de balanço cresceram 14,6% cifrando-se em 1293 milhões de euros.

A este crescimento não é alheia a estratégia seguida pelo Banco de aposta em produtos de desintermediação financeira que geram proveitos importantes em termos de comissões.

Em face do exposto, os recursos totais subiram 19,5% atingindo 4493 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, o ratio de solvabilidade (Banco de Portugal) foi de 12%, não incorporando os resultados de 2003, confirmando assim a boa solidez financeira do Banco. Considerando os resultados de 2003 o ratio ascenderia 13,1%.

Ratio de solvabilidade

(Em milhões de euros)

	Banco de Portugal		
	2003	2002	Variação (percentagem)
Total de fundos próprios	(a) 388	404	- 4,1
Fundos próprios de base	(a) 263	268	- 1,7
Fundos próprios complementares e deduções	125	137	- 8,8
Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados	3 242	3 411	- 5,0
Ratio de solvabilidade (percent.)	(a) 12,0	11,9	(b) + 0,1
Tier 1 (fundos próprios de base) (percent.)	(a) 8,1	7,8	(b) + 0,3

(a) O ano de 2003 não inclui o resultado do ano. Considerando resultados de 2003, o ratio Tier 1 seria de 9,3% e o total de 13,1%.

(b) Pontos percentuais.

Demonstração dos resultados:

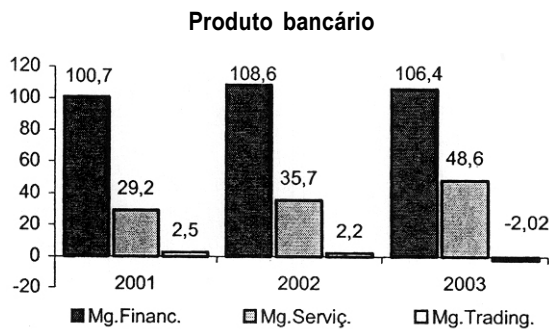
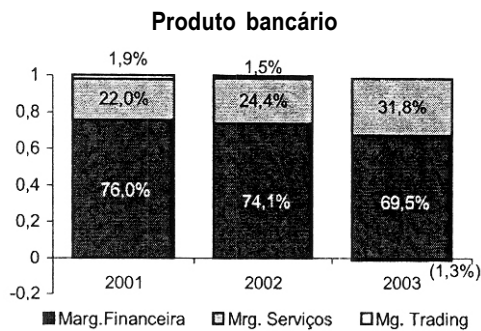
O resultado líquido do Banco Santander Portugal cresceu 11% em relação a 2002, atingindo 36,7 milhões de euros.

O resultado antes de impostos aumentou 31,4%, alcançando 52 milhões de euros (39,6 milhões de euros em Dezembro de 2002). A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) foi de 13,1%, decrescendo 0,3 p. p. em relação a 2002.

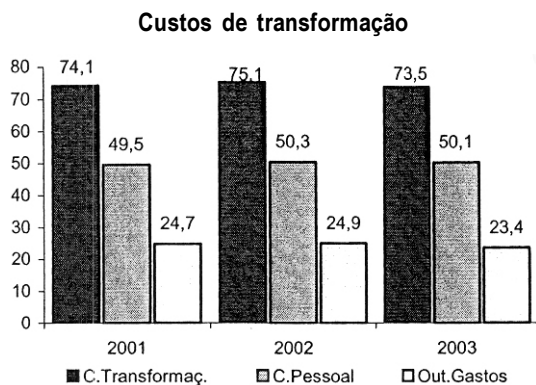
A margem financeira (incluindo dividendos) atingiu 106,4 milhões de euros (108,6 milhões de euros em 2002) registando um decréscimo de 2%.

A margem de serviços terminou 2003 com 48,6 milhões de euros, um crescimento superior a 36%, influenciado pelo bom nível alcançado pelas comissões.

Reflexo conjunto de uma criteriosa gestão do risco de taxa de juro e do aumento do volume de negócio, o produto bancário atingiu 153 milhões de euros, um crescimento de 4,4%.



Os custos de transformação registaram um decréscimo de 2,2%, relativamente ao período homólogo de 2002.



Os custos de pessoal estão em linha com os de 2002, tendo decrescido 0,4%, apesar do número de efectivos ter aumentado para 1398, mais 60 do que o verificado em 2002 e os gastos gerais diminuíram 5,7% face a 2002, por influência das descidas observadas em rendas e alugueres e publicidade.

O resultado de exploração ascendeu a 71,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 11,6%.

O resultado líquido atingiu 36,7 milhões de euros (contra 33,1 milhões de euros de 2002), crescendo 11%.

Rentabilidade e eficiência:

Apesar dos bons resultados obtidos durante o ano de 2003 verificou-se um decréscimo do ROE de 0,3 p. p., explicado pelo aumento dos capitais próprios em 13,4% (281 milhões de euros).

A diminuição dos custos em 2,2% e a evolução positiva do produto bancário (+ 4,4%), permitiram a melhoria do *ratio* de eficiência em relação ao período homólogo anterior, cifrando-se em 48,1%.

Destacar ainda como indicador, o crescimento dos resultados por acção em 11%.

A produtividade de crédito e recursos por empregado e por balcão consolida a sua tendência positiva, como consequência do aumento dos volumes e do resultado líquido, assim como a racionalização dos custos, aproveitando as sinergias com os restantes bancos do Grupo Totta.

Gestão de risco

O Banco Santander Portugal considera a gestão do risco como um dos pontos básicos da sua actuação para gerar valor de forma sustentável no tempo.

O modelo de gestão utilizado abrange as várias áreas de actividade, de acordo com a especificidade de cada uma delas e com princípios de controlo rígidos, estabelecidos pelo

Risco de crédito

Ao longo do ano de 2003, foi consolidado o normal funcionamento do modelo unificado de gestão de riscos de crédito no Banco. Simultaneamente, no segundo semestre, foi estudada, planeada, definida e aprovada a nova organização da área de riscos a implantar no âmbito do Projecto + 50.

A gestão dos riscos de crédito no Banco refere-se à identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e à sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

O processo de gestão dos riscos de crédito adapta-se ao segmento do cliente ao longo das sucessivas fases do ciclo do crédito: admissão, gestão e seguimento e recuperação. Por outro lado, o modelo de risco da banca de retalho faz uma distinção entre tratamento dos riscos personalizado e de gestão global (médias e grandes empresas) e tratamento dos riscos standardizados (pequenas empresas, negócios e particulares).

Os clientes mais importantes e geridos globalmente estão distribuídos por carteiras, que são assignadas a analistas de riscos que, de forma activa e contínua, acompanham as posições dos clientes. Os riscos standardizados são geridos, ao longo do ciclo de admissão, seguimento e recuperação, com o forte apoio de sistemas de tomada de decisão e ferramentas informatizadas com emissão atempada de sinais de alerta.

Dentro deste modelo, os poderes para tomar decisões em matéria de riscos são delegados, em primeiro lugar, em comissões centrais de crédito (conselho superior de crédito e comissão de crédito da área de riscos) e, em seguida, a nível regional em comissões de crédito regionais (Norte e Sul), que contam sempre com a participação dos responsáveis das áreas de negócio para chegar a decisões conjuntas e partilhadas.

A gestão e o seguimento do crédito a empresas é suportado por um sistema de vigilância especial, que determina a política a ser seguida com os clientes ou Grupos. Este sistema, baseado na detecção de sinais de alerta, na revisão de *ratings* ou nos relatórios de auditoria interna, identifica diferentes graus de vigilância especial. Estes, por seu turno, estabelecem as medidas a adoptar para cada cliente, e reduzem os poderes delegados nos casos de maior preocupação.

Durante o último exercício, continuou a implantação de processos computarizados de selecção e admissão de riscos standardizados em clientes particulares e em produtos tipificados. Esta actuação foi conseguida através da introdução e do desenvolvimento de diversos sistemas de *scoring* aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito.

Foi também continuada a implementação do modelo de Basileia II, tendo sido estruturadas as bases de dados necessárias ao processo de calibração dos modelos de *rating* e de *scoring*.

A nova organização da área de riscos, decidida no final do ano passado, entra em funcionamento no início de 2004 e tem como vectores principais os seguintes:

Aproximar as áreas de riscos e a área comercial de modo a ajudar o crescimento do volume de negócios bem como o controlo da morosidade, integrando os analistas de riscos e as unidades de análise de empresas nas respectivas direcções comerciais de empresas;

Reforçar a aplicação do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos. Neste domínio, são criadas a direcção de coordenação de riscos standardizados e o departamento de riscos imobiliários;

Aumentar a intervenção ao nível da gestão e seguimento;

Desenvolver e explorar a utilização de mais e melhores sistemas de tomada de decisão e de acompanhamento dos riscos standardizados.

Risco de crédito contraparte

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, derivado da possibilidade de incumprimento pela contraparte dos termos acordados (conduzindo à ocorrência de perdas financeiras).

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de títulos, *repos* sobre títulos, empréstimo de títulos e instrumentos derivados.

O Banco está sujeito a risco de contraparte pela contratação de operações, no âmbito das actividades de negociação, intermediação e cobertura de riscos.

A gestão e controlo do risco de contraparte assenta nos seguintes princípios fundamentais:

Independência relativamente às áreas de negócio (tomadores de risco);

Controlo agregado de todos os riscos de crédito com entidades cujo risco principal para o Banco decorre da actividade nos mercados financeiros (riscos de contraparte). Estas entidades são as seguintes: instituições de crédito e sociedades financeiras, seguradoras e administrações centrais;

Controlo a nível individual do risco por contraparte e a nível agregado para grupos de clientes cujo risco principal decorre da actividade nos mercados financeiros (ver ponto anterior);

Interligação e coordenação com as áreas de riscos de mercado e risco operacional.

O risco de contraparte é controlado por duas áreas especializadas, Operações de Tesouraria e Trade Finance I Operações de Comércio Externo.

A metodologia utilizada nos cálculos de risco consiste no apuramento do valor actual das posições ou operações (custo de substituição no momento presente, de acordo com os preços em vigor no mercado e tendo em conta a respectiva liquidez) adicionado do cálculo do risco potencial futuro, ou seja, da variação a que poderá ser sujeito esse valor, de acordo com cenários ou estimativas decorrentes do comportamento das variáveis subjacentes. O sistema interno de controlo de risco utiliza factores de risco individualizados por prazos, tipos de instrumentos, activos subjacentes e moedas.

Em paralelo com o controlo de limites internos de risco de crédito são também considerados os limites subjacentes ao estipulado no âmbito do controlo prudencial (grandes riscos), prevalecendo estes últimos sobre quaisquer outros.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

O Banco está exposto ao risco de mercado fundamentalmente como resultado directo do desenvolvimento das seguintes actividades:

Negociação de instrumentos financeiros — riscos decorrentes da detenção de carteiras próprias, gestão de tesouraria e posições extrapatrimoniais associadas;

Gestão de posições estruturais (activos e passivos) — riscos decorrentes da actividade comercial/créditos e responsabilidades perante clientes, pelo desfasamento entre activos e passivos (bem como pagamentos e recebimentos associados) em diferentes prazos e em diferentes divisas;

Participações financeiras (incluindo subsidiárias) — riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades (valor das participações e risco cambial em participações denominadas em moedas fora do euro).

Os principais tipos de riscos de mercado a que o Banco se encontra sujeito são o risco de taxa de juro (carteiras próprias, gestão de liquidez e posições estruturais), o risco cambial (carteiras próprias, posições estruturais e participações em divisas que não o euro) e o risco de preço do mercado accionista (carteiras próprias).

Princípios orientadores na gestão e controlo do risco de mercado:

A gestão e controlo do risco de mercado assenta nos seguintes princípios:

Independência relativamente às áreas de negócio (tomadores de risco);

Segregação em duas grandes áreas, uma relativa às operações nos mercados financeiros (actividades de negociação) e outra relativa às actividades de gestão de balanço/gestão de activos e passivos;

Interligação e coordenação com as áreas de risco de crédito e risco operacional.

De acordo com os princípios básicos da gestão e controlo do risco de mercado existe uma estrutura dual composta pelo comité de riscos e Comité ALCO, que envolve activamente a gestão de topo nos processos de análise, gestão e controlo de todos os níveis e tipos de risco de mercado inerentes à actividade do Banco.

Em sede de comité de riscos são analisados os riscos de mercado incorridos nas áreas de tesouraria e mercado de capitais, banca de investimento e gestão de activos, isto é, os riscos incorridos na intervenção nos mercados financeiros.

Risco de balanço

O Banco dá particular importância à gestão e controlo dos riscos globais e integrados do balanço.

A função ALM está cometida a um órgão de 1.º nível da estrutura organizacional, as decisões são tomadas em sede do comité de activos e passivos (ALCO), presidido pelo presidente da comissão executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas financeira, tesouraria, comercial, *marketing* e internacional. O Comité reúne mensalmente, sendo analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

A missão do ALM é, para além da mensuração e controlo dos riscos, a optimização da margem financeira e maximização do valor do balanço, em cumprimento à estratégia superiormente delineada e dos limites aprovados.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro.

Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

Risco de taxa de juro:

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido pelo modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. Em linhas gerais, o modelo consiste no agrupamento de activos e passivos sensíveis por datas de repreciação (datas de alteração da taxa de juro) em intervalos fixos de tempo, a partir dos quais se pode estimar a sensibilidade do balanço às variações das taxas de juro. Para cada intervalo calcula-se o total dos fluxos activos e passivos e, por diferença dos mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo. O modelo integra as operações de balanço e fora de balanço, sendo calculado o *gap* de risco de taxa de juro para cada uma das moedas consideradas relevantes para a actividade.

Face às perspectivas de descida da taxa de juro para o ano de 2003, foi seguida uma política de redução estrutural da sensibilidade da margem financeira, encontrando-se, em termos gerais a 31 de Dezembro de 2003 o balanço imunizado ao risco de taxa de juro (para variações paralelas não esperadas da *yield curve*).

Risco de taxa de câmbio:

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Banco como estratégia a cobertura total.

Risco de liquidez:

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida em ALCO. A política de financiamento do Banco toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

As decisões sobre política de liquidez são tomadas em ALCO e executadas pela tesouraria, em coordenação com o ALM.

Apesar da situação confortável de liquidez do Banco, foi decidido adequar melhor o prazo de vencimento estrutural de activos e passivos, tendo sido estruturada e efectuada em 2003 uma operação de securitização de créditos hipotecários, no montante de 1100 milhões de euros (Hipototta n.º 1).

Risco operacional

O risco operacional é, de acordo com a definição do Comité de Basileia, o risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas.

Em 2003 foi definido e implementado o modelo de gestão e controlo do risco operacional do Banco, o que implicou a definição do modelo organizacional, a nomeação dos coordenadores responsáveis de risco operacional de cada unidade orgânica, a instalação da ferra-

menta de suporte, a elaboração e divulgação do normativo de suporte e o desenvolvimento do sistema de análise e processamento da informação de gestão a reportar superiormente.

Foram ainda efectuadas a recolha da base de dados de erros e incidências de riscos operacionais, a respectiva análise e identificação da necessidade de medidas correctivas, bem como a implementação de questionários de auto-avaliação, respectiva análise e definição de recomendações a adoptar.

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2003, foi de 36 746 841 euros, e o resultado líquido do exercício consolidado, em 2003 e atribuível ao BSP, foi de 38 636 463 euros.

Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento do Banco, o conselho de administração vem, nos termos do artigo 20.º dos estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

3 674 684 euros para reserva legal;

O remanescente para resultados transitados, deduzido do montante que a assembleia geral deliberar atribuir aos administradores a título de participação nos resultados.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Prevenção de branqueamento de capitais:

O Banco Santander Portugal identifica-se com a sociedade e as autoridades dos diferentes países ao reconhecer a importância da prevenção e combate contra o branqueamento de capitais, por afectar aspectos essenciais da vida em sociedade.

É objectivo fundamental do Banco o estrito cumprimento das leis contra o branqueamento de capitais, assim como as recomendações emitidas pelo Grupo de Acção Financeira Internacional, Comité de Basileia e Grupo Wolfsberg e outros organismos internacionais e autoridades nacionais.

O Banco entende que a melhor forma de cumprir com o seu compromisso implica o estabelecimento de normas e procedimentos internos eficazes, desenvolver a actividade bancária de acordo com rigorosas regras deontológicas, implantar padrões de actuação e sistemas de controlo e de comunicação, a fim de impedir que as suas unidades sejam utilizadas no branqueamento de capitais e garantir que todos os colaboradores do Banco observam as políticas e procedimentos instituídos.

Neste sentido, o Banco está dotado de normas internas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais, tem uma estrutura orgânica assignada a esta matéria, tem o quadro totalmente formado e utiliza procedimentos automatizados de informação e análise de operações de risco.

O Banco mantém um esforço permanente de actualização e utilização das melhores práticas conhecidas no mercado e, nesse sentido, aperfeiçoou a automatização dos procedimentos de análise e controlo de operações de risco em branqueamento de capitais e a detecção automatizada de entidades referenciadas pela União Europeia, em conformidade com o regulamento (CE) n.º 2580/2001 do Conselho de 27 de Dezembro de 2001, relativo a medidas restritivas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades.

Estrutura orgânica por pelouro:

António Horta Osório:

Dir. Auditoria Interna:

Dep. Riscos Operativos.
Dep. Riscos de Crédito.
Dep. Riscos Financeiros.

Gabinete presidente comissão executiva.

Nuno Manuel Amado:

Dir. Coordenação Particulares e Negócios — Norte:

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1.
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2.
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3.
Dep. Apoio ao Negócio Norte.

Dir. Coord. Particulares e Negócios — Sul:

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4.
Dep. Apoio ao Negócio Sul.

Dir. Coord. Private Banking:

Dir. Com. Private Banking Norte.
Dir. Com. Private Banking Sul.

Dir. Coord. Dinamização e Seguimento de Negócios:

Dir. Com. Dinamização e Seguimento de Negócios Norte.
Dir. Com. Dinamização e Seguimento de Negócios Sul.

Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede:

Dep. Controlo de Gestão e Marketing de Rede.
Dep. Dinamização e Apoio à Rede.

Gab. Controlo de Morosidade (Santander).
Dir. Coordenador Recursos Humanos:

Gabinete de Informação e Compensação.
Gab. Apoio Desenvolvimento Tecnológico.
Dep. Gestão de Recursos Humanos.
Dep. Formação Desenvolvimento Profissional.
Dep. Administração Recursos Humanos.
Dep. Gestão Recursos Humanos — BSNP e Participadas.

Eduardo José Stock da Cunha:

Dir. Internacional:

Dep. Instituições Internacionais.
Dep. Gestão e Controlo da Rede.
Dep. Com. de Emigração.

Dir. Coord. Promotores Externos:

Gab. Técnico.
Dir. Comercial de Promotores Norte.
Dir. Comercial Promotores Sul.

Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários:

Dir. Comercial Norte.
Dir. Sul.

José Benigno Perez Rico:

Dir. Coord. Empresas — Norte:

Dir. Com. Empresas — Porto 1.
Dir. Com. Empresas — Porto 2.
Dir. Com. Empresas — Aveiro.
Dir. Com. Empresas — Barcelos.
Dir. Com. Empresas — Coimbra.
Dir. Com. Empresas — Guimarães.
Dir. Com. Empresas — Viseu.
Dir. Com. Empresas — Braga.

Dir. Coord. Empresas — Sul:

Dir. Com. Empresas — Lisboa 1.
Dir. Com. Empresas — Lisboa 2.
Dir. Com. Empresas — Lisboa 3.
Dir. Com. Empresas — Leiria.
Dir. Com. Empresas — Torres Vedras.
Dir. Com. Empresas — Lisboa 4.
Dir. Com. Empresas — Algarve.
Dir. Com. Empresas — Madeira.

Dir. Coord. Empresas Ibéricas:
 Dir. Coord. de Fomento à Construção:
 Dir. Com. de Fomento à Construção Norte
 Dir. Com. de Fomento à Construção Sul.

Dir. Banca Transaccional (a).
 Dir. Clientes Institucionais, Marketing de Empresas e Protocolos:
 Gab. Marketing Empresas.
 Dep. Protocolos e Crédito Protocolado.
 Dep. Institucionais

Miguel Pereira de Bragança:
 Dir. Coord. Orçamento e Controlo de Gestão:
 Dep. Orçamento e Controlo Financeiro.

Dir. Coord. Contabilidade:
 Gab. Controlo de Gestão Consolidado.
 Dep. Contabilidade e Prestação de Contas.
 Dep. Controlo Parametrização e Normas.
 Dep. Consolidação do Grupo.

Dir. Coord. Financeira:
 Gab. Relações com Institucionais e Investidores.
 Dep. Finanças Corporativas.
 Dep. Fiscalidade.
 Dep. Participações Financeiras.
 Dep. Gestão Activos e Passivos.

Dir. Coord. Controlo de Mercados Financeiros:
 Dep. Controlo Operacional e Operações — Tesouraria e Banca de Investimento.
 Dep. Controlo Financeiro e Contabilidade — Tesouraria e Banca de Investimento.
 Dep. Controlo de Riscos de Mercado e Contraparte.
 Dep. Controlo Financeiro e Operações — Gestão de Activos.

Dep. Cartões (a):
 Dep. Planeamento Estratégico.
 ALCO (Assets and Liabilities Comitee).

José Carlos Sítima:
 Dir. Coord. da Assessoria Jurídica do Negócio:
 Dep. da Assessoria do Negócio.

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento.
 Gab. Inspeção.
 Unid. Prevenção Branqueamento Capitais.

Luís Bento dos Santos:
 Gab. Imagem, Comunicação Externa e Interna.
 Gab. Informação e Seguimento.
 Gab. Relações Públicas e Eventos.

António Vieira Monteiro:
 Grupo Especial Recup. Empresas Falidas.
 Gab. Universidades.
 Dir. Coord. Recuperações:
 Gab. Controlo de Gestão.
 Dep. Telecomunicações.
 Dep. Gestão de Recuperações.
 Dep. Casos Especiais.

Gab. Gestão Interna de Riscos.
 Dir. Coord. Riscos Standardizados:
 Dep. Políticas e Procedimentos de Crédito.
 Dep. UDO Norte.
 Dep. UDO Sul.

Dir. Coord. Admissão:
 Dep. Riscos de Empresas.
 Dep. Riscos Imobiliários.

Dir. Coord. Gestão e Seguimento:
 Dep. Gestão e Seguimento Central.
 Dep. Gestão e Seguimento Norte.
 Dep. Gestão e Seguimento Sul.

Conselho Superior de Crédito.
 Carlos Amaral de Pinho:
 Dir. Coord. Canais Complementares:
 Dep. Canal Telefónico.
 Dep. Self-Banking.
 Dep. NetB@nco.

Dir. Coord. Organização, Optimização de Custos e Logística:
 Dep. Desenvolvimento de Processos.
 Dep. Organização das Redes e Projectos Especiais.
 Dep. Compras, Comunicações e Transportes.
 Dep. Logística.
 Dep. Optimização e Controlo de Custos.

Dir. Coord. Tecnologias e Sistemas:
 Gab. Planeamento e Controlo.
 Gab. Projectos Especiais.
 Dep. Canais e Arquitectura NET.
 Dep. Informação Gestão e Sistemas Distribuídos.
 Dep. Desenvolvimento de Negócio.
 Dep. Info-estrutura Tecnológica.

Dir. Coord. Imóveis e Segurança:
 Gab. Segurança.
 Dep. Obras.
 Dep. Estudos, Projectos e Património.

Dir. Coord. Operações:
 Gab. Assessoria Técnica.
 Dep. Estrangeiro e Pagamentos.
 Dep. Operacional de Crédito.
 Dep. Crédito Hipotecário.

Luís Alexandre:
 Dir. Coord. Marketing.
 Dir. Coord. Qualidade, Estudos e Informações a Clientes:
 Gab. Apoio a Clientes.
 Gab. Estudos e Informação a Clientes.
 Gab. Certificação e Autoavaliação.

Dir. Coord. Produtos e Serviços:
 Dep. de Produtos.
 Dep. Estudos e Bases de Dados.

José Manuel Elias da Costa:
 Dir. Coord. Grandes Empresas:
 Dir. Com. Grandes Empresas 1.
 Dir. Com. Grandes Empresas 2.
 Dir. Com. Grandes Empresas 3.
 Dir. Com. Grandes Empresas 4.

Dir. Coord. Tesouraria e Rendimento Fixo:
 Dep. Trading/Marketing Making.
 Dep. Tesouraria — Sala de Mercados.
 Dep. Corporate.

Dir. Custódia das Redes e Institucional:
 Dep. Custódia Internacional.
 Dep. Desenvolvimento de Negócio.
 Dep. Custódia do Mercado Doméstico.

(a) A partir de Janeiro de 2004 esta área passou para o pelouro de Luís Alexandre.

Movimento de acções e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a), do artigo 6.º, do regulamento n.º 11/2000 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelo membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao exercício de 2003, foram os seguintes:

Conselho de administração:

Banco Santander Central Hispano — presidente:

Em 31 de Dezembro de 2002 não detinha acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Em 30 de Junho de 2003, adquiriu 3 964 876 acções do Banco Santander Portugal, ao preço unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha 3 964 876 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

António Mota de Sousa Horta Osório, em representação do Santander Central Hispano, presidente:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes acções:

125 288 acções do Banco Santander Central Hispano.
4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.
Duas acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes obrigações:

100 Obrigações Port. CPP — Euro Valorização.
50 Obrigações Port. CPP — Euro Banca.
25 Obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +.
50 Obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras.
25 Obrigações Port. CPP — Europa +.
25 Obrigações Port. CPP — Euro Yen II.
25 Obrigações Port. CPP — Duplinvest.
5 Obrigações BSP — Cx Milénio V.
50 Obrigações BSP — Cx 50,30,20.
25 Obrigações BSP — Cx Aplic. 9+.
25 Obrigações BSP — CxPSI-20 Rend. Seguro.
25 Obrigações BSP — Cx Europa TOP 50.
25 Obrigações BSP — Cx Banca Europa.
25 Obrigações BSP — Super Taxa Gar. Euro.
50 Obrigações BSP — Valor Oriente.
100 Obrigações Pte Totta Rend.Valorização 2%.
100 Obrigações Pte Totta Selecção Europa 3%.
50 Obrigações Pte Totta + Rendimento 3,30% 20.
50 Obrigações Pte Totta + Valorização.
50 Obrigações Pte Totta Banca Europeia 2%.
25 Obrigações Pte Totta Novo Invest. 9+ 3%.
25 Obrigações Totta Max20 — 01/03 2,50 2.
25 Obrigações Totta Max28 — Cx 01/04 3.
25 Obrigações Totta V Men. V.
50 Obrigações BTA — Totta Europreço.
250 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
50 Obrigações Totta Max 4.
50 Obrigações BTA — Multisatisfação.
50 Obrigações BTA — Totta Valor Europa.
100 Obrigações BTA — Totta Cresc. Europa.
50 Obrigações BTA — Totta Inv. Banca.

Durante o ano de 2003, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 30 de Janeiro de 2003, subscrição de 50 obrigações BTA — Cabaz Diversificação, ao preço unitário de 50 euros.

Em 26 de Fevereiro de 2003, reembolso de 5 obrigações BSP — Cx. Milénio V, ao preço unitário de 500 euros.

Em 22 de Maio de 2003, reembolso de 100 obrigações Port. CPP — Euro Valorização, ao preço unitário de 50 euros.

Em 2 de Junho de 2003, reembolso de 25 obrigações Port. CPP — Euro Valorização Yen II, ao preço unitário de 50 euros.

Em 2 de Junho de 2003, subscrição de 40 obrigações BTA — Totta Rendimento 5, ao preço unitário de 50 euros.

Em 30 de Junho de 2003, reembolso de 25 obrigações Port. CPP — Euro Banca, ao preço unitário de 50 euros.

Em 16 de Julho de 2003, reembolso de 25 obrigações BTA — Valorização Mensal, ao preço unitário de 50 euros.

Em 24 de Julho de 2003, reembolso 50 obrigações BTA — Totta + Rendimento, ao preço unitário de 50 euros.

Em 24 de 2003 Reembolso 50 obrigações BTA — Totta + Valorização, ao preço unitário de 50 euros.

7 de Agosto de 2003, reembolso de 25 obrigações BSP — San. Banca Europa, ao preço unitário de 50 euros.

12 de Setembro de 2003, reembolso de 25 obrigações BTA — Totta Max 20, ao preço unitário de 50 euros.

26 de Setembro de 2003, reembolso de 25 obrigações Port. CPP — Europa +, ao preço unitário de 50 euros.

2 de Outubro de 2003, reembolso de 25 obrigações BSP — Europa Top 50, ao preço unitário de 50 euros.

30 de Outubro de 2003, subscrição de 75 obrigações BTA — Poup. Super Estrelas, ao preço unitário de 50 euros.

7 de Novembro de 2003, reembolso de 50 obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras, ao preço unitário de 50 euros.

20 de Novembro de 2003, reembolso de 50 obrigações BSP — Santander 50, 30, 20, ao preço unitário de 50 euros.

27 de Novembro de 2003, reembolso de 100 obrigações BTA — Totta Rendim. Valorização, ao preço unitário de 50 euros.

28 de Novembro de 2003, subscrição de 75 obrigações BTA — Poup. Super Estrelas II, ao preço unitário de 50 euros.

28 de Novembro de 2003, subscrição de 50 obrigações BSP — Poup. Super Estrelas II, ao preço unitário de 50 euros.

19 de Dezembro de 2003, reembolso de 100 obrigações BTA — Selecção Europa, ao preço unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

25 Obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +.
25 Obrigações Port. CPP — Duplinvest.
25 Obrigações BSP — Cx. Aplic. 9+.
25 Obrigações BSP — Cx. PSI-20 Rend. Seguro.
25 Obrigações BSP — Super Taxa Gar. Euro.
50 Obrigações BSP — Valor Oriente
50 Obrigações BSP — Poup. Super Estrelas II.
50 Obrigações Pte Totta Banca Europeia 2,00%.
25 Obrigações Pte Totta Novo Invest. 9+ 3,00%.
25 Obrigações Totta Max 28 — CX01/04 3,00.
50 Obrigações BTA — Totta Europreço.
250 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
50 Obrigações Totta Max 4.
50 Obrigações BTA — Multisatisfação.
50 Obrigações BTA — Totta Valor Europa.
100 Obrigações BTA — Totta Cresc. Europa.
50 Obrigações BTA — Totta Inv. Banca.
40 Obrigações BTA — Totta Rendimento.
50 Obrigações BTA — Cabaz Diversificação.
75 Obrigações BTA — Poup. Super Estrelas.
75 Obrigações BTA — Poup. Super Estrelas II.

The Roval Bank of Scotland (RBSG), vice-presidente:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha 3 964 876 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Em 30 de Junho de 2003, vendeu 3 964 876 de acções BSP, ao valor unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003 não detinha acções.

Miller Roy McLean, representante do Royal Bank of Scotland (RBSG):

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha 30 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Em 30 de Junho de 2003, vendeu 30 acções BSP, ao valor unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, não detinha acções.

Eduardo José Stock da Cunha, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes acções:

1742 acções do Banco Santander Central Hispano.
1310 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações BSP — Cx. Rent. Garantida.
10 Obrigações BSP — Cx. Super Taxa Gar. Euro.
10 Obrigações BSP — Cx. Telecomunicações.
10 Obrigações BSP — Cx. Plus.
60 Obrigações BSP — Santander Euro Valor.
60 Obrigações BSP — Santander Euro Preço.
10 Obrigações CPP — Euro — Yen II.

30 Obrigações CPP — Crédito Predial Crescente.
 20 Obrigações CPP — Crédito Predial Max 4.
 150 Obrigações CPP — Real Estate.
 25 Obrigações Totta Max 28.
 10 Obrigações Totta Mensal.
 10 Obrigações Totta Max 4.
 10 Obrigações BTA — Totta Crescente.
 10 Obrigações BTA — Totta Multisatisfação.
 20 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
 20 Obrigações BTA — Totta Valor Europa.
 20 Obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22.
 10 Obrigações BTA — Totta Investimento Banca.

Durante o ano de 2003, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 30 de Janeiro de 2003, subscrição de 20 Obrigações Totta Cabaz Diversificação, no valor unitário de 50 euros.

Em 2 de Junho de 2003, reembolso de 10 Obrigações CPP Euro Yen II, no valor unitário de 50 euros.

Em 30 de Outubro de 2003, subscrição de 50 Obrigações BTA Poup. Super Estrelas, no valor unitário de 50 euros.

Em 11 de Dezembro de 2003, reembolso de 10 Obrigações BSP Rentabilidade Garantida, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, reembolso de 50 Obrigações Totta Valorização Mensal, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações BSP — Cx. Super Taxa Gar. Euro.
 10 Obrigações BSP — Cx. Telecomunicações.
 10 Obrigações BSP — Cx. Plus.
 60 Obrigações BSP — Santander Euro Valor.
 60 Obrigações BSP — Santander Euro Preço.
 30 Obrigações CPP — Crédito Predial Crescente.
 20 Obrigações CPP — Crédito Predial Max 4.
 150 Obrigações CPP — Real Estate.
 25 Obrigações Totta Max 28.
 10 Obrigações Totta Max 4.
 10 Obrigações BTA — Totta Crescente.
 10 Obrigações BTA — Totta Multisatisfação.
 20 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
 20 Obrigações BTA — Totta Valor Europa.
 20 Obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22.
 10 Obrigações BTA — Totta Investimento Banca.
 20 Obrigações Totta Cabaz Diversificação.
 200 Obrigações BTA — Cabaz Europa 2005.
 50 Obrigações BTA Poupança Super Estrelas.

Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes acções:

1000 acções do Banco Santander Central Hispano.
 1000 acções do Banco Santander Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações Cx. BSP — Inv. Europa/03.
 1 Obrigação Cx. BSP — Euro Rend. Semestral.
 20 Obrigações Cx. BSP — Banca Europa.
 20 Obrigações Cx. BSP-PSI-20 Rend. Seg.
 20 Obrigações Cx. BSP-PSI-20 110%.
 20 Obrigações BSP Multisatisfação.
 10 Obrigações BSP Real Estate.
 10 Obrigações BSP Valor Oriente.
 20 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.

Durante o ano de 2003, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 30 de Janeiro de 2003, subscrição de 20 Obrigações BSP — Cabaz Diversificação, no valor unitário de 50 euros.

Em 28 de Abril de 2003, reembolso de uma Obrigação Cx. BSP — Euro Rend. Semestral, no valor unitário de 500 euros.

Em 26 de Junho de 2003, reembolso de 10 Obrigações Cx. BSP — Inv. Europa/03, no valor unitário de 50 euros.

Em 30 de Julho de 2003, subscrição de 100 Obrigações BSP — Super Investimento 10, no valor unitário de 50 euros.

Em 29 de Agosto de 2003, subscrição de 50 Obrigações BSP — Investimento Global 5, no valor unitário de 50 euros.

Em 30 de Outubro de 2003, subscrição de 75 Obrigações BSP — Poupança Super Estrelas, no valor unitário de 50 euros.

Em 7 de Agosto de 2003, reembolso de 20 Obrigações BSP — Banca Europa, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

20 Obrigações Cx. BSP-PSI-20 Rend. Seg.
 20 Obrigações Cx. BSP-PSI-20 110%.
 20 Obrigações BSP Multisatisfação.
 10 Obrigações BSP Real Estate.
 10 Obrigações BSP Valor Oriente.
 20 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
 20 Obrigações BSP — Cabaz Diversificação.
 100 Obrigações BSP — Super Investimento 10.
 50 Obrigações BSP — Investimento Global 5.
 75 Obrigações BSP — Poupança Super Estrelas.
 20 Obrigações BSP — Banca Europa.

José Benigno Perez Rico, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes acções:

73 474 acções do Banco Santander Central Hispano.
 2100 acções do Banco Santander Portugal

José Carlos Brito Sítima, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha 1048 acções do Banco Santander Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes obrigações:

1000 Obrigações CPP Euro Valorização.
 300 Obrigações CPP Euro Banca.

Durante o ano de 2003, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 24 de Abril de 2003, venda de 1000 Obrigações CPP Euro, no valor unitário de 109,80 euros.

Em 20 de Junho de 2003, reembolso de 300 Obrigações CPP Euro Banca, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, não detinha obrigações.

Luís Alberto Ponciano Alexandre:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

Uma Obrigação Port. BSP — Euro Futuro.
 Três Obrigações Port. BSP — Euro Rend. Semestral.

Durante o ano de 2003, verificou-se o seguinte movimento:

Em 28 de Abril de 2003, reembolso 3 BSP — Euro Rend. Semestral, no valor unitário de 500 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha uma Obrigação Port. BSP — Euro Futuro.

Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes acções:

2500 acções do Banco Santander Central Hispano.
 1310 acções do Banco Santander Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha 200 Obrigações BSP — Cx. Europa TOP-50.

Durante o ano de 2003, verificou-se o seguinte movimento:

Em 2 de Outubro de 2003, reembolso de 200 Obrigações BSP Europa TOP 50, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, não detinha obrigações.

Nuno Manuel Silva Amado, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha as seguintes acções:

13 976 acções do Banco Santander Central Hispano.
 2100 acções do Banco Santander Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações BSP — Cx. Euro Rend. Semestral.
 6 Obrigações BSP — Cx. Milénio III.
 100 Obrigações BSP — Santander Euro Valor.
 300 Obrigações BSP — Santander Multisatisfação.

200 Obrigações BSP — Euro Preço.
200 Obrigações BTA — Totta Euro Preço.

Durante o ano de 2003, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 3 de Janeiro de 2003, reembolso de seis obrigações BSP — Cx. Milénio III, no valor unitário de 50 euros.

Em 24 de Abril de 2003, reembolso de 10 obrigações BSP — Cx. Euro Rend. Semestral, no valor unitário de 50 euros.

Em 15 de Maio de 2003, subscrição de 200 obrigações BTA Euro Inflação, no valor unitário de 50 euros.

Em 30 de Outubro de 2003, subscrição de 200 obrigações BSP — Poup. Super Estrelas, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

100 Obrigações BSP — Santander Euro Valor.
300 Obrigações BSP — Santander Multisatisfação.
200 Obrigações BSP — Euro Preço.
200 Obrigações BTA — Totta Euro Preço.
200 obrigações BTA Euro Inflação.
200 obrigações BSP — Poupança Super Estrelas.

Participações qualificadas:

Anexo ao relatório anual do órgão de administração a que se refere o n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e o artigo 6.º, alínea e), do regulamento n.º 11/2000, da CMVM, com a redacção dada pelo regulamento n.º 24/2000, da CMVM.

São accionistas com 2% ou mais do capital social:

	Número de acções	Percent. de capital social	Percent. do direito de voto
Foggia — SGPS	26 511 807	85,2030	85,2030
BSCH	3 964 876	12,7422	12,7422

O Conselho de Administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal.

Balanços individuais em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Notas	2003			2002	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52	26 057	—	26 057	60 383
2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	53	55 516	—	55 516	48 124
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	692 981	3	692 978	489 252
4 — Créditos sobre clientes	14	3 440 302	26 021	3 414 281	4 187 818
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		362 675	986	361 689	97 366
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	10	89 202	381	88 821	25 679
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	10	273 473	605	272 868	71 687
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	48 260	5 376	42 884	44 314
7 — Participações	6	8 670	530	8 140	8 199
8 — Partes de capital em empresas coligadas	6	1 247	—	1 247	1 247
9 — Imobilizações incorpóreas	11	18 827	13 435	5 392	4 674
10 — Imobilizações corpóreas	11 e 15	143 141	88 670	54 471	54 233
(Das quais: imóveis)	11 e 15	(68 993)	(26 516)	(42 477)	(43 418)
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	29	510	—	510	510
13 — Outros activos	31	140 784	10 780	130 004	133 085
15 — Contas de regularização	27	108 468	—	108 468	121 209
<i>Total do activo</i>		5 047 438	145 801	4 901 637	5 250 414

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2003	2002
1 — Débitos para com instituições de crédito		983 986	1 873 211
a) À vista	18	29 751	30 544
b) A prazo ou com pré-aviso	18	954 235	1 842 667
2 — Débitos para com clientes		1 907 636	2 140 299
Depósitos de poupança	18	78 638	73 862
Outros débitos		1 828 998	2 066 437
ba) À vista		1 019 479	1 017 361
bb) A prazo	18	809 519	1 049 076
3 — Débitos representados por títulos		1 292 102	490 650
Obrigações em circulação	19	1 292 102	490 650
Outros		—	—

	Notas	2003	2002
4 — Outros passivos	31	15 107	76 707
5 — Contas de regularização	27	63 743	59 173
6 — Provisões para riscos e encargos		60 076	67 530
Provisões para pensões e encargos similares	24	1 111	1 111
Outras provisões	24	58 965	66 419
8 — Passivos subordinados	22	261 869	261 869
9 — Capital	29	155 580	155 580
10 — Prémios de emissão	29	26 197	26 197
11 — Reservas	51	67 020	63 709
12 — Reservas de reavaliação	51	2 382	2 382
13 — Resultados transitados	51	29 192	—
14 — Lucro do exercício	51	36 747	33 107
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<u>4 901 637</u>	<u>5 250 414</u>

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2003	2002
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	23	275 999	253 397
Dos quais:			
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados		—	—
Cauções e activos dados em garantia		(51 786)	(52 595)
2 — Compromissos	23	421 118	575 452

O Conselho de Administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *José Carlos Brito Sitima*, vogal.

Demonstrações dos resultados individuais por naturezas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2003	2002
A) Custos			
1 — Juros e custos equiparados	57	131 289	135 067
2 — Comissões		8 805	8 206
3 — Prejuízos em operações financeiras		390 032	59 295
4 — Gastos gerais administrativos		73 531	75 148
a) Custos com pessoal	55	50 084	50 285
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)	55	(39 918)	(40 097)
(— encargos sociais)	55	(9 670)	(9 452)
Dos quais:			
(— com pensões)	55	(3 350)	(3 226)
b) Outros gastos administrativos		23 447	24 863
5 — Amortizações do exercício	11	8 193	7 511
6 — Outros custos de exploração	39	2 338	2 256
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos ...	24	24 363	38 484
8 — Provisões para imobilizações financeiras	24	6 605	244
10 — Resultado da actividade corrente		(57 958)	(38 216)
11 — Perdas extraordinárias	39	6 722	3 974
12 — Impostos sobre lucros	41	15 300	6 500
14 — Outros impostos		411	385
15 — Lucro do exercício	51	36 747	33 107
		<u>704 336</u>	<u>370 177</u>

CRÉDITO

	Notas	2003	2002
B) Proveitos			
1 — Juros e proveitos equiparados	57	225 863	232 355
Dos quais:			
(— de títulos de rendimento fixo)		(11 159)	(6 220)
2 — Rendimento de títulos	54	11 844	11 353
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		3 838	8 710
b) Rendimento de participações		5 847	19
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		2 159	2 624
3 — Comissões		54 209	41 248
4 — Lucros em operações financeiras		388 009	61 478
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	24	16 002	12 638
6 — Reposições e anulações respeit. a correc. de valor relat. a valores mobil. que tenham o carácter de imobiliz. financ., a particip. e a partes de capital em empresas coligadas	24	1 204	40
7 — Outros proveitos de exploração	39	5 983	5 315
8 — Resultado da actividade corrente		—	—
9 — Ganhos extraordinários	39	1 222	5 750
		704 336	370 177

O Conselho de Administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal.

Demonstrações dos resultados individuais por funções em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Margem financeira	94 574	97 288
Provisões para riscos de crédito	(1 922)	(15 862)
Recuperações de crédito	1 431	1 480
Margem de intermediação	94 083	82 906
Comissões líquidas	45 404	33 042
Outros resultados de exploração	2 589	1 639
Margem de serviços	47 993	34 681
Rendimento de títulos	11 844	11 353
Resultados em operações financeiras	(2 023)	2 183
Provisões para depreciação de títulos	1 978	(2 923)
Margem da função de investimento	11 799	10 613
Outros custos	(786)	(445)
Resultados antes dos custos de transformação	153 089	127 755
Custos com o pessoal	(50 084)	(50 285)
Outros custos administrativos	(23 447)	(24 863)
Amortizações	(8 193)	(7 511)
Custos de transformação	(81 724)	(82 659)
Resultado operacional	71 365	45 096
Outras provisões	(13 818)	(7 265)
Resultados na alienação de participações financeiras	(62)	—
Outros resultados extraordinários	(5 438)	1 776
Resultados antes de impostos	52 047	39 607
Impostos	(15 300)	(6 500)
Resultado líquido	36 747	33 107
Resultado por acção (euros)	1,18	1,06
Produto bancário	153 819	146 985

O Conselho de Administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	278 970	278 998
Pagamento de juros e comissões	(108 492)	(123 400)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(70 631)	(72 666)
Contribuições para os fundos de pensões	(7 450)	(15 719)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(14 851)	16 435
Recuperação de créditos incobráveis	1 431	1 480
Pagamento de bónus	(604)	—
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	78 373	85 128
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	(203 729)	88 975
Créditos sobre clientes	759 251	(672 234)
Títulos de negociação	6 371	1 767
Alienação de imóveis recebidos em dação	115	—
Outros activos e contas de regularização	3 499	27 856
	565 507	(553 636)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	(889 225)	282 068
Débitos para com clientes	(232 663)	(332 538)
Débitos representados por títulos	801 452	74 452
Outros passivos e contas de regularização	(50 187)	(7 931)
	(370 623)	16 051
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	273 257	(452 457)
Impostos sobre o rendimento pagos/recebidos	(7 076)	2 625
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	266 181	(449 832)
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	7 795	11 353
Juros recebidos	8 069	1 854
Aquisição de imobilizações	(9 645)	(7 948)
Alienação de imobilizações	488	2 523
Aquisições de títulos de investimento	(391 333)	(96 858)
Vendas de títulos de investimento	129 157	110 354
Reembolso de títulos a vencimento	1 255	—
Compra de participações	—	(135)
Venda de participações	73	1 120
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	(254 141)	22 263
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Remuneração de obrigações emitidas	(28 225)	(14 848)
Remuneração de passivos subordinados	(10 749)	(9 685)
Remuneração de certificados de depósito	—	(650)
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	(38 974)	(25 183)
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(26 934)	(452 752)
Caixa e seus equivalentes no início do período	108 507	561 259
Caixa e seus equivalentes no fim do período	81 573	108 507

O Conselho de Administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2003			2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52	26 057	—	26 057	60 383
2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	53	55 946	—	55 946	48 173

(Em milhares de euros)

	Notas	2003			2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	692 981	3	692 978	489 725
4 — Créditos sobre clientes	14	3 440 302	26 021	3 414 281	4 187 818
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		419 889	986	418 903	154 580
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	10	89 202	381	88 821	25 679
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	10	330 687	605	330 082	128 901
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	48 260	5 376	42 884	44 314
8 — Partes de capital em empresas filiais excl. da consol.	6	11 824	—	11 824	9 910
9 — Outras participações financeiras	6	1 188	530	658	717
10 — Imobilizações incorpóreas	11	18 827	13 435	5 392	4 674
11 — Imobilizações corpóreas	11 e 15	143 141	88 670	54 471	54 233
(Das quais: imóveis)	11 e 15	(46 155)	(9 366)	(36 789)	(36 759)
15 — Acções próprias ou partes de capital próprias	29	510	—	510	510
16 — Outros activos	31	84 705	10 780	73 925	76 993
17 — Contas de regularização	27	108 528	—	108 528	121 188
<i>Total do activo</i>		<i>5 052 158</i>	<i>145 801</i>	<i>4 906 357</i>	<i>5 253 218</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2003	2002
1 — Débitos para com instituições de crédito		983 986	1 873 914
a) À vista	18	29 751	30 526
b) A prazo ou com pré-aviso	18	954 235	1 842 668
2 — Débitos para com clientes		1 907 636	2 140 287
Depósitos de poupança	18	78 638	73 862
Outros débitos		1 828 998	2 066 425
ba) À vista		1 019 479	1 017 349
bb) A prazo	18	809 519	1 049 076
3 — Débitos representados por títulos		1 292 102	490 650
Obrigações em circulação	19	1 292 102	490 650
Outros		—	—
4 — Outros passivos	31	15 267	79 952
5 — Contas de regularização	27	63 758	59 105
6 — Provisões para riscos e encargos		60 076	67 530
Provisões para pensões e encargos similares	24	1 111	1 111
Outras provisões	24	58 965	66 419
8 — Passivos subordinados	22	261 869	261 869
9 — Capital	29	155 580	155 580
10 — Prémios de emissão	29	26 197	26 197
11 — Reservas	51	69 676	65 127
12 — Reservas de reavaliação	51	2 382	2 382
13 — Resultados transitados	51	29 192	—
14 — Lucro do exercício	51	38 636	34 345
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<i>4 906 357</i>	<i>5 253 218</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2003	2002
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	23	275 999	253 397
Dos quais:			
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados		—	—
Cauções e activos dados em garantia		(51 786)	(52 595)
2 — Compromissos	23	421 118	575 452

O Conselho de Administração: António Mota de Sousa Horta Osório, presidente — Nuno Manuel da Silva Amado, vogal — Eduardo José Stock da Cunha, vogal — José Benigno Perez Rico, vogal — Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal — José Manuel Alves Elias da Costa, vogal — Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha, vogal — Luís Alberto Ponciano Alexandre, vogal — José Carlos Brito Sítima, vogal.

Demonstrações dos resultados consolidados por naturezas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**DÉBITO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2003	2002
A) Custos			
1 — Juros e custos equiparados	57	131 289	134 793
2 — Comissões		8 805	8 206
3 — Prejuízos em operações financeiras		390 032	59 295
4 — Gastos gerais administrativos		73 554	75 164
a) Custos com pessoal	55	50 084	50 285
b) Outros gastos administrativos		23 470	24 879
5 — Amortizações do exercício	11	8 193	7 511
6 — Outros custos de exploração	39	2 334	2 256
7 — Provisões para crédito vencido e outros riscos	24	24 363	38 484
8 — Provisões para imobilizações financeiras	24	6 605	244
9 — Perdas extraordinárias	39	6 722	3 979
10 — Impostos sobre lucros	41	15 334	6 790
11 — Outros impostos		411	385
13 — Lucro do exercício	51	38 636	34 345
		<u>706 488</u>	<u>371 452</u>

CRÉDITO

	Notas	2003	2002
B) Proveitos			
1 — Juros e proveitos equiparados	56	228 224	234 992
2 — Rendimento de títulos	54	9 685	8 730
3 — Comissões		54 245	41 248
4 — Lucros em operações financeiras		388 009	61 482
5 — Reposições e anulações de provisões	24	17 206	12 670
6 — Resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação		1 914	1 303
7 — Outros proveitos de exploração	39	5 983	5 315
8 — Ganhos extraordinários	39	1 222	5 712
		<u>706 488</u>	<u>371 452</u>

O Conselho de Administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *Luis Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *José Carlos Brito Sitima*, vogal.

Demonstrações dos resultados consolidados por funções em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Margem financeira	96 935	100 199
Provisões para riscos de crédito	(1 922)	(15 862)
Recuperações de crédito	1 431	1 480
Margem de intermediação	<u>96 444</u>	<u>85 817</u>
Comissões líquidas	45 404	33 042
Outros resultados de exploração	2 583	1 639
Margem de serviços	<u>48 023</u>	<u>34 681</u>
Rendimento de títulos	9 685	8 730
Resultados consolidados pelo método de equivalência patrimonial	1 914	1 303
Resultados em operações financeiras	(2 023)	2 187
Provisões para depreciação de títulos	1 978	(2 921)
Margem da função de investimento	<u>11 554</u>	<u>9 299</u>
Outros custos	(786)	(445)
Resultados antes dos custos de transformação	<u>155 235</u>	<u>129 352</u>

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Custos com o pessoal	(50 084)	(50 285)
Outros custos administrativos	(23 470)	(24 879)
Amortizações	(8 193)	(7 511)
Custos de transformação	(81 747)	(82 675)
Resultado operacional	73 488	46 677
Outras provisões	(13 818)	(7 275)
Resultados na alienação de participações financeiras	(62)	(1)
Outros resultados extraordinários	(5 438)	1 734
Resultados antes de impostos	54 170	41 135
Impostos	(15 534)	(6 790)
Resultado líquido	36 636	34 345
Resultado por acção (em euros)	1,24	1,10
Produto bancário	155 965	148 580

O Conselho de Administração: *António Mota de Sousa Horta Osório*, presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Benigno Perez Rico*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha*, vogal — *Luís Alberto Ponciano Alexandre*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	279 002	276 159
Pagamento de juros e comissões	(108 880)	(120 987)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(70 649)	(72 685)
Contribuições para os fundos de pensões	(7 450)	(15 719)
Pagamento de bónus ao conselho de administração	(604)	—
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(14 855)	16 447
Recuperação de créditos incobráveis	1 431	1 480
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	77 995	84 695
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	(203 256)	89 222
Créditos sobre clientes	759 251	(672 234)
Títulos de negociação	6 371	1 770
Alienação de imóveis recebidos em dação	115	—
Outros activos e contas de regularização	426	29 371
	562 907	(551 871)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	(889 208)	283 038
Débitos para com clientes	(232 651)	(332 550)
Débitos representados por títulos	801 452	74 452
Outros passivos e contas de regularização	(46 733)	(8 343)
	(367 140)	16 597
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	273 762	(450 579)
Impostos sobre o rendimento pagos	(7 391)	2 334
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	266 371	(448 245)
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	5 636	8 730
Juros recebidos	10 419	4 595
Aquisição de imobilizações	(9 645)	(7 948)
Alienação de imobilizações	488	2 495
Reembolso de títulos a vencimento	1 255	—
Aquisições de títulos de investimento	(391 333)	(104 581)
Vendas de títulos de investimento	129 157	117 635
Compra de participações	—	(135)
Venda de participações	73	82
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	(253 950)	20 873

2003

2002

Fluxos de caixa das actividades de financiamento:

Remuneração de obrigações emitidas	(28 225)	(14 574)
Remuneração de passivos subordinados	(10 749)	(9 685)
Remuneração de certificados de depósito	—	(650)
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<u>(38 974)</u>	<u>(24 909)</u>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(26 553)	(452 281)
Caixa e seus equivalentes no início do período	108 556	560 837
Caixa e seus equivalentes no fim do período	82 003	108 556

O Conselho de Administração: António Mota de Sousa Horta Osório, presidente — Nuno Manuel da Silva Amado, vogal — Eduardo José Stock da Cunha, vogal — José Benigno Perez Rico, vogal — Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal — José Manuel Alves Elias da Costa, vogal — Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha, vogal — Luís Alberto Ponciano Alexandre, vogal — José Carlos Brito Sítima, vogal.

Anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando expressamente indicado)

Nota introdutória:

O Banco Santander Portugal, S. A. (Banco ou BSP), foi constituído em 1985, estando autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro.

Conforme indicado na nota n.º 29, o Banco é maioritariamente detido pela Foggia — SGPS, S. A., uma subsidiária do Banco Totta & Açores, S. A. (Grupo Totta). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo Totta durante os exercícios de 2003 e 2002 encontram-se detalhados nas notas n.ºs 9 e 21.

O Banco tem uma rede nacional de 120 balcões (123 em 31 de Dezembro de 2002). Mantém também duas sucursais financeiras exteriores, em Nassau (Bahamas) e na Região Autónoma da Madeira.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao BSP ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 — Comparabilidade da informação:

Conforme indicado na nota n.º 48, em Julho de 2003 o BSP vendeu ao valor nominal, através de uma operação de securitização, uma carteira de créditos hipotecários no montante de 1 100 000 milhares de euros. Como resultado desta operação, e após o Banco de Portugal ter aprovado a sua qualificação como uma cessão completa e definitiva, o BSP retirou a referida carteira de crédito do seu balanço.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação das contas:

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras das sucursais são agregadas com as da sede, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Os saldos dos respectivos balanços e demonstrações de resultados, incluindo activos fixos, situação líquida e resultados, são convertidos para euros com base no câmbio médio indicativo do Banco de Portugal à data do balanço. Todos os saldos e transacções importantes entre a sede e sucursais foram eliminados no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do BSP relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, estão pendentes de aprovação pela assembleia geral de accionistas. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

A classificação das participações do BSP, bem como a sua identificação, encontra-se na nota n.º 6. Nas contas individuais, as partes de capital em empresas coligadas correspondem a empresas subsidiárias, ou seja, aquelas cuja percentagem de participação exceda 50% do seu capital social e que sejam controladas pelo BSP, podendo desta forma ser consideradas, em conjunto, uma unidade de decisão. As partes de capital em empresas filiais excluídas de consolidação correspondem a participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo Totta.

A consolidação das empresas subsidiárias efectuou-se pelo método da integração global. Os saldos e as transacções significativas entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação.

As participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo Totta foram valorizadas pelo método da equivalência patrimonial (*equity method*). De acordo com este método, o valor destas participações financeiras é ajustado com base na percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação efectiva do BSP no capital dessas empresas.

As diferenças de consolidação, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas na data da compra ou da primeira consolidação, são registadas por contrapartida de reservas.

As participações que não são objecto de consolidação, pelo método da integração global ou da equivalência patrimonial, registam-se de acordo com o critério definido na nota n.º 3.3, alínea f).

3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os juros de crédito concedido são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Porém, quando uma operação se encontra registada em crédito vencido, os respectivos juros apenas são registados como proveitos no momento da sua cobrança.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea i) abaixo.

b) *Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição

de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de *fixing* do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo como proveitos e custos em suspenso, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas (*swaps* de moeda):

As operações *swap* de moeda não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo.

Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Operações de permuta de taxa de juro (*swaps* de taxa de juro):

Os contratos de *swap* de taxa de juro, de negociação e de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos ao período em curso são reconhecidos em contas de regularização do activo e passivo, respectivamente, por contrapartida de resultados.

Os contratos de *swap* de negociação são reavaliados diariamente com base no diferencial entre os fluxos futuros de pagamentos e recebimentos, actualizado a taxas de mercado.

O montante apurado na reavaliação, deduzido dos juros periodificados, é relevado em resultados, nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente. A reavaliação não é aceite para efeitos fiscais.

***Swaps* de cotações (*equity swaps*):**

O valor nocional dos contratos é registado em rubricas extrapatrimoniais. A componente de taxa de juro relativa ao período em curso é reconhecida em contas de regularização por contrapartida de resultados.

A componente *equity* é registada através da reavaliação dos derivados implícitos nos contratos (*opções, caps e floors*).

Estes *swaps* referem-se essencialmente a estruturas contratadas para a cobertura de obrigações emitidas e depósitos estruturados.

Derivados implícitos:

O valor nocional dos derivados implícitos nas obrigações emitidas, depósitos estruturados e *equity swaps* (*opções, caps e floors*) é registado em rubricas extrapatrimoniais.

O montante dos prémios teóricos implícitos nestas operações é registado em contas de regularização e amortizado durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Adicionalmente estes derivados são reavaliados mensalmente com base na cotação de mercado e volatilidade dos activos subjacentes, sendo os lucros e perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Forward rate agreements (FRAs):

Os contratos a prazo de taxas de juro (FRAs) são registados em contas extrapatrimoniais de acordo com o montante teórico dos mesmos.

Nos contratos FRAs de cobertura, as importâncias relativas a diferenciais de juros recebidos ou pagos na data da liquidação são inicialmente registadas em contas de regularização, sendo periodificadas durante o prazo das operações, e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou do activo que foram objecto de cobertura.

Os FRAs de negociação são reavaliados mensalmente com base na taxa de juro de mercado aplicável ao período compreendido entre as datas de liquidação e de vencimento das operações.

O ganho ou perda em cada operação é determinado na data da reavaliação, pela aplicação do diferencial entre a taxa de juro de mercado e a taxa de juro contratada, ao valor teórico da operação. As diferenças positivas ou negativas resultantes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Os contratos de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico.

O montante dos prémios pagos (por opções compradas) e recebidos (por opções vendidas) é registado em contas de regularização até à data em que ocorra a execução do contrato.

Adicionalmente, estes contratos são reavaliados mensalmente com base na cotação de mercado e volatilidade dos activos subjacentes, sendo os lucros e perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

c) Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco-país e riscos gerais de crédito. — De acordo com o aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a entrada em incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do aviso n.º 8/2003 são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a 10 anos;
24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

O Banco constitui ainda uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos (nota n.º 14). Em 2003, por indicação do Banco de Portugal, esta provisão foi transferida de riscos gerais de crédito para provisões para créditos de cobrança duvidosa. Parte desta provisão não é aceite para efeitos fiscais.

iii) Provisão para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em instruções e cartas circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão está classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco-país.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;

0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário (1% em 31 de Dezembro de 2002);

1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2002, incluía ainda provisões acima dos limites para fazer face a riscos específicos de crédito.

As provisões libertas em consequência da redução de 0,5% na percentagem de provisão aplicável aos créditos garantidos por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, no montante de 9984 milhares de euros, foram parcialmente afectas a provisões para risco específico de crédito, entre 31 de Agosto e 31 de Dezembro de 2003 (nota n.º 14). Nesta data, as provisões ainda não utilizadas ascendiam a 1744 milhares de euros.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003 os reforços desta provisão deixaram de ser aceites fiscalmente como custo.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são consideradas proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

d) Provisões para outros riscos:

Provisão para outros riscos e encargos:

Destina-se a suportar os potenciais encargos decorrentes de processos judiciais em curso, contingências fiscais, impostos diferidos passivos relativos a derivados, incentivos a longo prazo a conceder a colaboradores, responsabilidades com pensões de reforma e créditos securitizados.

Em 31 de Dezembro de 2002, também incluía provisões para fazer face à desvalorização de participações em agrupamentos complementares de empresas. Parte desta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

e) *Aplicações em títulos.* — Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

Titulos de negociação:

São considerados títulos de negociação, aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras e os juros são reflectidos em juros e proveitos equiparados, da demonstração dos resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais. As diferenças de valorização relativas a acções que integrem a composição dos índices da Euronext Lisboa ou que apresentem liquidez adequada são registadas como proveito ou custo.

As menos-valias potenciais decorrentes da valorização das restantes acções e outros títulos de rendimento variável são provisionadas.

Titulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento, aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

O papel comercial emitido a valor descontado é registado ao valor nominal.

A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica de receitas com proveito diferido.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica de contas de regularização, do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são provisionadas.

Titulos a vencimento:

São considerados títulos a vencimento aqueles que têm um rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, com data de reembolso determinada e emitidos por entidades enumeradas pelo Banco de Portugal, sendo do interesse do BSP mantê-los até ao reembolso.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição. A diferença, positiva ou negativa, entre o custo de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado no momento da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Acções próprias:

As acções próprias detidas pelo BSP são classificadas na carteira de investimento, sendo registadas no activo ao custo de aquisição, conforme disposto pelo Banco de Portugal.

Operações de reporte — *repos*:

Respeitam a operações de financiamento ou aplicações, cujo colateral consiste na entrega de títulos. Os *repos* são registados como aplicações (compra) ou recursos (venda), pelo valor total de capital e juros.

Os juros são registados diariamente em contas de regularização do activo e passivo e reconhecidos como proveito ou custo ao longo do prazo das operações.

Estas operações envolvem a transferência efectiva, embora temporária, da propriedade dos títulos dados em garantia, sendo os mesmos registados em rubricas extrapatrimoniais.

f) *Participações, partes de capital em empresas coligadas, partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação e outras participações financeiras:*

Demonstrações financeiras individuais:

Participações:

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Partes de capital em empresas coligadas:

Esta rubrica corresponde às participações em empresas subsidiárias, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Demonstrações financeiras consolidadas:

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação:

Esta rubrica inclui as participações minoritárias em empresas pertencentes ao Grupo Totta, as quais são registadas pelo método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor à percentagem de participação efectiva do BSP no capital, reservas e resultados dessas empresas.

Outras participações financeiras:

Esta rubrica inclui as participações em empresas não pertencentes ao Grupo Totta, cuja percentagem do capital detido seja inferior a 20%, sendo registadas ao custo de aquisição.

Provisões:

Quando se estimam perdas permanentes no valor de realização das participações são constituídas as respectivas provisões. Por outro lado, é dado cumprimento ao disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, o qual determina que a constituição de provisões é obrigatória quando a empresa participada se encontre numa das seguintes situações:

Ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;

Ter cessado actividade ou estar em situação de insolvência;

Ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa;

Ter sido declarada em estado de falência.

Adicionalmente, em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu aviso n.º 4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras.

O regime estabelecido pelo anterior aviso é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço.

Nestas circunstâncias, a provisão mínima a constituir ascenderá a 40% da menos-valia que exceder os referidos 15%.

O BSP não tem em carteira participações financeiras com menos-valias não provisionadas, enquadráveis no regime do aviso n.º 4/2002.

g) *Imobilizações corpóreas e incorpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica de reservas de reavaliação. Parte destas reservas foram incorporadas no capital do Banco.

A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos. O Banco utiliza as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	4-8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo BSP não é aceite como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente no sector bancário em Portugal, o BSP não regista os impostos diferidos passivos que resultam desta situação.

As imobilizações incorpóreas incluem, principalmente, *software*, encargos com a mudança da plataforma informática comum para o Grupo e gastos incorridos com projectos destinados à melhoria de processos e implementação de novos sistemas de informação. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

h) *Bens arrematados.* — Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica de outros activos, pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos.

Quando da celebração de contratos promessa de dação, o Banco regista em outros activos — promessas de dação, os imóveis a receber pelo valor total da dívida a extinguir, mantendo as provisões constituídas para crédito vencido. Na data da realização da escritura esta rubrica é regularizada por contrapartida de outros activos — aplicações por recuperação de crédito — imóveis, os imóveis são avaliados e são constituídas provisões sempre que o valor de arrematação exceda o valor de avaliação dos imóveis.

i) *Pensões de reforma e sobrevivência.* — Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) que vigora para o sector bancário, o BSP é responsável pelo pagamento das pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou às suas famílias.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores, da tabela do ACTV e do seu nível à data da reforma. Para cobertura destas responsabilidades, o BSP dispõe de um Fundo de pensões.

De acordo com o aviso n.º 12/2001, de 9 de Novembro, e o aviso n.º 7/2002, de 31 de Dezembro do Banco de Portugal, as principais regras de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e do respectivo financiamento, são as seguintes:

i) Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de manter um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, no final de cada exercício;

ii) O acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas pode ser registado em custos diferidos e amortizado num período de 10 anos a contar da data efectiva da reforma, não podendo, porém, ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria.

Em 2001, o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para amortizar por contrapartida de reservas as responsabilidades adicionais decorrentes das reformas antecipadas efectuadas nesse ano até 30 de Novembro.

No exercício de 2002, o BSP passou a amortizar os acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas a partir da data efectiva da passagem à reforma.

As contribuições efectuadas que ainda não foram relevadas como custo, estão registadas em contas de regularização do activo (nota n.º 27);

iii) A não inclusão de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades com pensões dos empregados no activo.

Em 2001 o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para registar contra reservas o acréscimo de responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2001 decorrente desta alteração actuarial;

iv) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado;

v) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencial para o cálculo dos desvios;

10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do mesmo exercício.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima indicados, podem ser registados como custos diferidos e amortizados num período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que são apurados.

Em 31 de Dezembro de 2001, o BSP reconheceu uma parte do custo correspondente às perdas actuariais e financeiras existentes nessa data em custos com o pessoal e o remanescente, registado em flutuação de valores, foi provisionado a nível da provisão para outros riscos e encargos.

A partir de 2002, o BSP optou por reconhecer como custo do exercício o valor mínimo requerido pelo aviso n.º 12/2001, ou seja, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Os desvios actuariais e financeiros ocorridos estão registados em flutuação de valores, dado não excederem o limite definido pelo Banco de Portugal no seu aviso n.º 7/2002.

Na nota n.º 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma. Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

j) Impostos sobre lucros. — O Banco e as suas participadas com sede em Portugal são tributados individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). A sucursal financeira exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na portaria n.º 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira. Este regime é aplicável desde 1 de Janeiro de 2003.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respectivos países.

O Banco não regista impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em sede de IRC, excepto no que se refere aos impostos diferidos passivos relativos à tributação de produtos derivados.

k) Operações de factoring. — As operações de *factoring* são relevadas na rubrica de créditos sobre clientes, pelos valores dos adianta-

mentos efectuados por conta dos contratos que tiverem sido celebrados com recurso. No caso dos contratos celebrados sem recurso, os créditos tomados são registados na rubrica de créditos sobre clientes, por contrapartida da rubrica de outros passivos — credores por operações de *factoring*, sendo as entregas efectuadas aos aderentes por conta dos contratos deduzidas a esta rubrica.

l) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor de mercado.

m) Fundo de Garantia de Depósitos. — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2003, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 25% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 354 milhares de euros. Os 75% remanescentes, no montante de 1062 milhares de euros, foram reflectidos em rubricas extrapatrimoniais, como um compromisso irrevogável (nota n.º 23), de desembolso obrigatório em qualquer momento que o Fundo o solicite. Como consequência deste procedimento, o montante total das contribuições não desembolsadas desde 1995 até 31 de Dezembro de 2003 ascende a 4963 milhares de euros (nota n.º 23).

6 — Participações, partes de capital em empresas coligadas, partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação e outras participações financeiras:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Demonstrações financeiras individuais:

Participações:

	2003				2002			
	Particip. directa (percent.)	Valor bruto	Provisão	Valor líquido	Particip. directa (percent.)	Valor bruto	Provisão	Valor líquido
Totta — Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (Totta IFIC)	13,95	7 482	—	7 482	17,61	7 482	—	7 482
SIBS — Soc. Interbancária de Serviços, S. A.	1,40	319	—	319	1,40	319	—	319
Unicre — Cartão Internac. de Crédito, S. A.	0,49	244	(135)	109	0,49	244	(137)	107
IBOS, Ltd.	12,50	236	(236)	—	12,50	256	(256)	—
Finangest, S. A.	0,16	174	(112)	62	0,16	174	(106)	68
Cosec — Comp. de Seguros de Crédito, S. A.	0,75	126	—	126	0,75	126	—	126
Portal Universia Portugal — Prestação de Serviços Informáticos, S. A.	2,07	50	(47)	3	3,69	50	(18)	32
Porticentro — Sociedade de Construção, Gestão e Turismo, L.ª	—	—	—	—	2,37	135	(71)	64
Ausant Merchant	23,50	37	—	37	—	—	—	—
Outras	—	2	—	2	—	1	—	1
		8 670	(530)	8 140		8 787	(588)	8 199

Inventário de títulos e participações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valias	Menos-valias	(Em euros)	
								Provisão existente	Provisão existente
A) Títulos — negociação					15 143 578	—	—	—	—
Valores de rendimento variável					15 143 578	—	—	—	—
Emitidos por residentes					15 143 578	—	—	—	—
Acções					15 143 578	—	—	—	—
Portugal Telecom — SGPS	1 831 262	1,00	7,98	7,98	14 613 471	—	—	—	—
Sonae — SGPS	803 193	1,00	0,66	0,66	530 107	—	—	—	—
B) Títulos — investimento					429 374 265	564 905	— 5 783 495	6 144 599	6 144 599
De rendimento fixo — de outros emissores					338 176 959	5 410	— 381 564	742 669	742 669
Emitidos por resid. — de dívida públ. portug. Obrigações do Tesouro					136 281 857	—	— 381 564	742 669	742 669
OT Setembro — 98-13	6 000 000 000	0,01	0,01	0,01	65 277 440	—	— 381 440	381 440	381 440
De outros residentes:					65 277 440	—	— 381 440	381 440	381 440
Obrigações de caixa					62 500 000	—	—	—	—
Ob. CPP-2002 — Taxa fixa	1 250 000	50,00	50,00	50,00	62 500 000	—	—	—	—
Outras obrigações					3 504 417	—	— 125	361 229	361 229
Revilla Internacional	700 000	4,99	4,99	5,02	3 491 585	—	—	350 000	350 000
Polimata/89	5 000	2,24	2,24	2,22	11 224	—	— 119	11 224	11 224
Modelo Continente/99	324	5,00	4,96	4,95	1 608	—	— 6	6	6
Outros títulos					5 000 000	—	—	—	—
Papel comercial — EPAL 9.ª emissão	100	50 000,00	50 000,00	50 000,00	5 000 000	—	—	—	—
Emitidos por não residentes					201 895 103	5 410	—	—	—
Eurofima/94-04	380 000	5,00	4,99	5,00	1 895 103	5 410	—	—	—
DB Vanquish (Classe B)	1	200 000 000,00	200 000 000,00	200 000 000,00	200 000 000	—	—	—	—
Valores de rendimento variável					33 116 530	556 352	— 5 375 646	5 375 646	5 375 646
Emitidos por residentes					33 116 530	556 352	— 5 375 646	5 375 646	5 375 646
Acções					196 925	—	— 196 925	196 926	196 926
Amadeu Gaudêncio	39480	5,00	4,99	—	196 925	—	— 196 925	196 925	196 925
Unidades de participação					17 978 398	556 352	—	—	—
Multiglobal	3 596 327	5,00	5,00	5,15	17 978 398	556 352	—	—	—

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valias		Menos-valias	Provisão existente
						Mais-valias	Menos-valias		
Títulos de participação					14 941 207	—	—	5 178 720	5 178 720
CPP/88	638 527 728	0,01	0,01	0,01	6 385 277	—	—	2 107 142	2 107 142
CPP/89	855 592 944	0,01	0,01	0,01	8 555 929	—	—	3 071 579	3 071 579
Títulos subordinados					57 570 323	3 142	—	26 285	26 285
De rendimento fixo — de outros emissores					57 570 323	3 142	—	26 285	26 285
Obrigações perpétuas CPP — Tops	6 264 854	0,01	0,01	0,01	50 279	3 142	—	—	—
Obrigações perpétuas BPSM — Tops	5 995 551	0,01	0,01	0,01	59 956	—	—	10 792	10 792
Obrigações perpétuas BTA — Tops	5 747 018 513	0,01	0,01	0,01	57 460 089	—	—	15 493	15 493
Títulos próprios					510 452	—	—	—	—
De rendimento variável					510 452	—	—	—	—
Ações					510 452	—	—	—	—
B. Santander Portugal — nom. port. reg.	88 444	5,00	5,77	5,77	510 452	—	—	—	—
C) Títulos — a vencimento					23 924 060	—	—	—	—
De emissores públicos portugueses					23 924 060	—	—	—	—
De dívida pública portuguesa					23 924 060	—	—	—	—
A médio e a longo prazos					23 924 060	—	—	—	—
OT Fevereiro/96-06	2 289 482 348	0,01	0,01	0,01	23 924 060	—	—	—	—
D) Imobilizações financeiras					84 911 696	—	—	10 411 085	10 411 085
Participações					8 669 593	—	—	530 321	530 321
Em outras empresas no País					8 395 456	—	—	293 847	293 847
Cossec	11 250	5,00	11,22	11,22	126 258	—	—	—	—
SIBS — Soc. Interbancária de Serviços	68 957	5,00	4,62	4,62	318 916	—	—	—	—
Finangeste, S. A.	8 700	5,00	19,95	7,05	173 582	—	—	112 221	112 221
Unicre — Cartão Intern. de Crédito, S. A.	8 250	5,00	29,63	13,26	244 484	—	—	135 112	135 112
Totta — Crédito Especializado	964 335	5,00	7,76	7,76	7 481 968	—	—	—	—
Portal Universia Portugal	5 000	10,00	10,00	0,70	50 000	—	—	46 514	46 514
Propaço	1	247,00	247,00	247,00	247,00	—	—	—	—
Em outras empresas no estrangeiro					237 217,37	—	—	236 474	236 474
Swift, SC	6	BEF 5 000,00	123,95	123,95	744	—	—	—	—
Ibos, Ltd.	365 100	GBP 1,00	0,65	—	236 474	—	—	236 474	236 474

(Em euros)									
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valias	Menos-valias	Provisão existente	
Em outras empresas no estrangeiro — quotas:									
Ausant Merchant	1	36 920,10	36 920,13	36 920,10	36 920,13	—	—	—	
Partes de capital em empresas coligadas									
Em outras empresas no estrangeiro					1 246 995	—	—	—	
Tafil — Totta Açores Fin. Ireland., Ltd.	2 500 000	0,50	0,50	0,50	1 246 995	—	—	—	
Outras imobilizações financeiras					74 995 108	—	— 9 880 764	9 880 764	
Citeve									
Trem — Aluguer de Mat. Circul., ACE	20	498,80	498,80	498,80	9 976	—	—	—	
Autoloc — Aluguer de Autocarros, ACE	1	9 899 010,00	9 899 010,00	4 169 563,77	9 899 010	—	— 5 729 446	5 729 446	
Nortrem — Alug. Mat. Ferroviário, ACE	1	774 922,50	774 922,50	47 026,08	774 923	—	— 727 896	727 896	
Tafil — Totta Açores Fin. Ireland, Ltd.	1	6 718 816,00	6 718 816,00	3 666 948,52	6 718 816	—	— 3 051 867	3 051 867	
Propaço — Suprimentos	1	56 114 763,40	56 114 763,40	56 114 763,40	56 114 763	—	—	—	
	1	1 477 620,05	1 477 620,05	1 106 066,00	1 477 620	—	— 371 554	371 554	

Inventário de títulos e participações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2003

(Em euros)									
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valias	Menos-valias	Provisão existente	
A) Títulos — negociação									
Valores de rendimento variável					15 143 578	—	—	—	
Emitidos por residentes					15 143 578	—	—	—	
Ações					15 143 578	—	—	—	
Portugal Telecom — SGPS	1 831 262	1,00	7,98	7,98	14 613 471	—	—	—	
Sonae — SGPS	803 193	1,00	0,66	0,66	530 107	—	—	—	
B) Títulos — investimento									
De rendimento fixo — de outros emissores					372 159 968	564 905	— 5 783 495	6 144 599	
Emitidos por resid. — de dívida públ. portug.					338 176 959	5 410	— 381 564	742 669	
Obrigações do Tesouro					136 281 857	—	— 381 564	742 669	
OT Setembro/98-13	6 000 000 000	0,01	0,01	0,01	65 277 440	—	— 381 440	381 440	
De outros residentes:					65 277 440	—	— 381 440	381 440	
Obrigações de caixa					62 500 000	—	—	—	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	(Em euros)		
						Mais-valias	Menos-valias	Provisão existente
Ob. CPP-2002 — Taxa fixa	1 250 000	50,00	50,00	50,00	62 500 000	—	—	—
Outras obrigações					3 504 417	—	125	361 229
Revilla Internacional	700 000	4,99	4,99	5,02	3 491 585	—	—	350 000
Polimata/89	5 000	2,24	2,24	2,22	11 224	—	119	11 224
Modelo Continte/99	324	5,00	4,96	4,95	1 608	—	6	6
Outros títulos					5 000 000	—	—	—
Papel Comercial — EPAL 9.ª emissão	100	50 000,00	50 000,00	50 000,00	5 000 000	—	—	—
Emitidos por não residentes					201 895 103	5 410	—	—
Eurofima/94-04	380 000	5,00	4,99	5,00	1 895 103	5 410	—	—
DB Vanquish (Classe B)	1	200 000 000,00	200 000 000,00	200 000 000,00	200 000 000	—	—	—
Valores de rendimento variável					33 116 530	556 352	— 5 375 646	5 375 646
Emitidos por residentes					33 116 530	556 352	— 5 375 646	5 375 646
Ações					196 925	—	— 196 925	196 925
Amadeu Gaudêncio	39 480	5,00	4,99	—	196 925	—	— 196 925	196 925
Unidades de participação					17 978 398	556 352	—	—
Multiglobal	3 596 327	5,00	5,00	5,15	17 978 398	556 352	—	—
Títulos de participação					14 941 207	—	— 5 178 720	5 178 720
CPP/88	638 527 728	0,01	0,01	0,01	6 385 277	—	— 2 107 142	2 107 142
CPP/89	855 592 944	0,01	0,01	0,01	8 555 929	—	— 3 071 579	3 071 579
Títulos subordinados					356 026	3 142	— 26 285	26 285
De rendimento fixo — de outros emissores ...					356 026	3 142	— 26 285	26 285
Obrigações perpétuas CPP — Tops	6 264 854	0,01	0,01	0,01	50 279	3 142	—	—
Obrigações perpétuas BPSM — Tops	5 995 551	0,01	0,01	0,01	59 956	—	— 10 792	10 792
Obrigações perpétuas BTA — Tops	25 588 829	0,01	0,01	0,01	245 792	—	— 15 493	15 493
Títulos próprios					510 452	—	—	—
De rendimento variável					510 452	—	—	—
Ações					510 452	—	—	—
B. Santander Portugal — nom. port. reg.	88 444	5,00	5,77	5,77	510 452	—	—	—

(Em euros)									
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valias	Menos-valias	Provisão existente	
C) Títulos — a vencimento					23 924 060	—	—	—	
De emissores públicos portugueses					23 924 060	—	—	—	
De dívida pública portuguesa					23 924 060	—	—	—	
A médio e a longo prazos					23 924 060	—	—	—	
OT Fevereiro/96-06	2 289 482 348	0,01	0,01	0,01	23 924 060	—	—	—	
D) Imobilizações financeiras					84 911 696	—	10 411 085	10 411 085	
Participações					8 669 593	—	530 321	530 321	
Em outras empresas no País					8 395 456	—	293 847	293 847	
COSEC	11 250	5,00	11,22	11,22	126 258	—	—	—	
SIBS — Soc. Interbancária de Serviços	68 957	5,00	4,62	4,62	318 916	—	—	—	
Finangeste, S. A.	8 700	5,00	19,95	7,05	173 582	—	112 221	112 221	
Unicere — Cartão Intern. de Crédito, S. A.	8 250	5,00	29,63	13,26	244 484	—	135 112	135 112	
Totta — Crédito Especializado	964 335	5,00	7,76	7,76	7 481 968	—	—	—	
Portal Universia Portugal	5 000	10,00	10,00	0,70	50 000	—	46 514	46 514	
Propaço	1	247,00	247,00	247,00	247,00	—	—	—	
Em outras empresas no estrangeiro					237 217,37	—	236 474	236 474	
SWIFT SC	6	BEF 5 000,00	123,95	123,95	744	—	—	—	
IBOS Ltd.	365 100	GBP 1,00	0,65	—	236 474	—	236 474	236 474	
Em outras empresas no estrangeiro — quotas:									
Ausant Merchant	1	36 920,10	36 920,13	36920,10	36 920,13	—	—	—	
Partes de capital em empresas coligadas					1 246 995	—	—	—	
Em outras empresas no estrangeiro					1 246 995	—	—	—	
Tafil — Totta Açores Fin. Ireland, Ltd.	2 500 000	0,50	0,50	0,50	1 246 995	—	—	—	
Outras imobilizações financeiras					74 995 108	—	9 880 764	9 880 764	
Citeve	20	498,80	498,80	498,80	9 976	—	—	—	
Trem — Aluguer de Mat. Circul., ACE	1	9 899 010,00	9 899 010,00	4 169 563,77	9 899 010	—	5 729 446	5 729 446	
Autoloc — Aluguer de Autocarros, ACE	1	774 922,50	774 922,50	47 026,08	774 923	—	727 896	727 896	
Nortrem — Alug. Mat. Ferroviário, ACE	1	6 718 816,00	6 718 816,00	3 666 948,52	6 718 816	—	3 051 867	3 051 867	
Tafil — Totta Açores Fin. Ireland, Ltd.	1	56 114 763,40	56 114 763,40	56 114 763,40	56 114 763	—	—	—	
Propaço — Suprimentos	1	1 477 620,05	1 477 620,05	1 106 066,00	1 477 620	—	371 554	371 554	

Participações (continuação):

Os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras das empresas do Grupo Totta em que o BSP detém participações inferiores a 20% ou participações indirectas, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Particip. directa (percent.) 2003		Partic. efect. (percent.)		Activo líquido		Situação líquida		Resultado líquido		Actividade	Sede	Método de registo em 2003
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002			
Totta — Crédito Especializado, Insttit. Financ. de Crédito, S. A. (Totta IFIC)	13,95	17,61	13,95	17,61	1 396 958	943 694	85 596	54 745	14 560	7 051	Concessão de crédito	Lisboa	Equity
SCH — Rent, Aluguer de Longa Duração, S. A.	—	8,04	—	8,04	—	86 399	—	4 157	—	767	Aluguer de longa duração	—	—

Em 2003 a Totta IFIC, anteriormente denominada Santander Central Hispano — Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S. A. (SCH Leasing), absorveu por fusão a Santander Central Hispano-Factor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A. (SCH Factor), a Santander Central Hispano-SFAC — Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A. (SCH SFAC) e a Santander Central Hispano-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A. (SCH Rent).

Partes de capital em empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 as participações do BSP em empresas do Grupo (coligadas) e os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras da actividade individual dessas empresas, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Particip. directa e efectiva (percent.)		Custo de aquisição		Activo líquido		Situação líquida		Resultado líquido		Actividade	Sede	Método de registo em 2003
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002			
Tafil — Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	100	100	1 247	1 247	59 863	60 469	3 571	4 099	2 103	2 610	Gestão de investim.	Irlanda	Integral

A situação líquida da Tafil exclui as prestações suplementares de capital concedidas pelo BSP, no montante de 56 115 milhares de euros (nota n.º 31). O movimento durante os exercícios de 2003 e 2002 nas provisões para participações é apresentado na nota n.º 24.

Demonstrações financeiras consolidadas:

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Particip. efectiva (percent.)	Valor	Particip. efectiva (percent.)	Valor
Totta-Crédito Especializado — Instituição Financeira de Crédito, S. A.	13,95	11 824	17,61	9 640
SCH-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.	—	—	8,04	270
		11 824		9 910

Outras participações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003				2002			
	Particip. directa (percent.)	Valor bruto	Provisão	Valor líquido	Particip. directa (percent.)	Valor bruto	Provisão	Valor líquido
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	1,40	319	—	319	1,40	319	—	319
IBOS, Ltd.	12,50	236	(236)	—	12,50	256	(256)	—
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	0,49	244	(135)	109	0,49	244	(137)	107
Finangest, S. A.	0,16	174	(112)	62	0,16	174	(106)	68
COSEC — Comp. de Seguros de Crédito, S. A.	0,75	126	—	126	0,75	126	—	126
Porticentro, L.ª	—	—	—	—	2,37	135	(71)	64
Portal Universia Portugal — Prestação de Serviços Informáticos, S. A.	2,07	50	(47)	3	3,69	50	(18)	32
Outras	—	39	—	39	—	1	—	1
		1 188	(530)	658		1 305	(588)	717

As alterações verificadas durante o exercício de 2003 ao nível da estrutura do Grupo encontram-se descritas abaixo:

Por escritura pública celebrada em Junho de 2003 foi efectuada a fusão por incorporação da SCH Factor, SCH SFAC e da SCH Rent na SCH Leasing, a qual passou a adoptar a denominação de Totta — Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S. A. O património das sociedades incorporadas foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2003, com base na relação entre os capitais próprios por acção das quatro sociedades.

Para concretização desta operação, a sociedade incorporante efectuou um aumento de capital de 7181 milhares de euros, através da emissão de 1 436 235 novas acções, de valor nominal de cinco euros cada.

A SCH Factor, a SCH SFAC e a SCH Rent extinguíram-se, transmitindo para a sociedade incorporante a universalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos em 1 de Janeiro de 2003.

Em Novembro de 2003 o Banco alienou as quotas e suprimentos da Porticentro — Sociedade de Construção, Gestão e Turismo, L.ª, por 107 milhares de euros, tendo registado uma menos-valia de 71 milhares de euros (nota n.º 39).

Durante o exercício de 2002, foi efectuada a integração da Santander Rent — Comércio e Aluguer de Bens, S. A., na Santander Central Hispano-Rent — Aluguer de Longa Duração, e a integração da Santander Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A., e Santander Central Hispano-LOC — Sociedade de Locação Financeira, S. A., na SCH Leasing.

O movimento durante os exercícios de 2003 e 2002 nas provisões para outras participações financeiras, é apresentado na nota n.º 24.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os montantes das obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no prazo de um ano são apresentados abaixo:

	2003	2002
Obrigações de outros emissores	6 897	—
Títulos da dívida pública	—	1 265
	6 897	1 265

As obrigações de outros emissores incluem um montante de 5000 milhares de euros referente à subscrição de cem unidades de uma emissão de papel comercial da EPAL — Empresa Portuguesa Águas Livres, S. A., que representa cerca de 20% da emissão. Esta emissão tem vencimento em Janeiro de 2004 e é remunerada a uma taxa anual de 2,32%.

Tendo em consideração que o reembolso de algumas obrigações e outros títulos de rendimento fixo se processa através de sorteio, não é possível determinar com antecedência a sua data de reembolso. Consequentemente, o quadro acima inclui apenas os títulos sobre os quais se tem conhecimento efectivo da respectiva data de vencimento.

8 — Créditos sobre participadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais créditos sobre empresas participadas eram os seguintes:

	Créditos sobre clientes	
	2003	2002
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	5 449	1 793

9 — Créditos sobre empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais créditos mantidos com empresas do Grupo Totta e respectivos proveitos gerados durante esses exercícios eram os seguintes:

	2003				2002			
	Dispon. à vista sobre instit. de crédito	Outros créditos sobre instit. de crédito	Crédito concedido	Juros e proveitos equipar.	Dispon. à vista sobre instit. de crédito	Outros créditos sobre instit. de crédito	Crédito concedido	Juros e proveitos equipar.
Banco Totta & Açores, S. A.	93	404 799	—	6 510	88	115 945	—	1 834
Crédito Predial Português, S. A.	632	—	—	3 918	47	—	—	178
Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.	288	9 600	—	551	104	29 889	—	919
Totta-Crédito Especializado — Instit. Fin. de Crédito, S. A.	—	230 033	903	4 627	—	161 362	—	5 407
BSN Dealer — Soc. Financeira de Corretagem, S. A.	110	—	—	—	—	—	—	—
Totta Seguros — Companhia de Seguros Vida, S. A.	—	8	8	—	—	—	—	—
SCH-Factor — Soc. Intern. de Aquis. de Créditos, S. A.	—	—	—	—	—	29 927	—	287
SCH-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.	—	—	—	—	—	—	246	791
SCH-Sfac — Soc. Finan. para Aquis. a Crédito, S. A.	—	—	—	—	—	—	119	—
Santander Imovest — SGFII, S. A.	—	—	—	—	—	22	—	—
Santander — SGFIM, S. A.	—	—	—	—	—	—	—	1
	1 123	644 432	911	15 614	239	337 145	365	9 417

10 — Aplicações em títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos nacionais:				
Títulos da dívida pública:				
Carteira de investimento	65 278	—	65 278	—
Carteira de vencimento	23 924	25 679	23 924	25 679
	89 202	25 679	89 202	25 679
Provisões acumuladas	(381)	—	(381)	—
	88 821	25 679	88 821	25 679
De outros emissores:				
Outras obrigações emitidas por:				
Organismos financeiros internacionais	1 895	1 887	1 895	1 887
Residentes	71 361	70 990	128 575	128 204
Não residentes	200 000	—	200 000	—
Títulos vencidos	217	217	217	217
	273 473	73 094	330 687	130 308
Provisões acumuladas	(605)	(1 407)	(605)	(1 407)
	272 868	71 687	330 082	128 901
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Acções	15 341	18 327	15 341	18 327
Unidades de participação	17 978	17 978	17 978	17 978
Títulos de participação	14 941	14 941	14 941	14 941
	48 260	51 246	48 260	51 246
Provisões acumuladas	(5 376)	(6 932)	(5 376)	(6 932)
	42 884	44 314	42 884	44 314

Em 31 de Dezembro de 2003 os títulos de dívida pública referem-se a obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Português. A carteira a vencimento vence-se em 2006 e a carteira de investimento tem vencimento em 2013.

Em 31 de Dezembro de 2003 os prémios por amortizar relativos à carteira de títulos a vencimento ascendiam a 1029 milhares de euros (1537 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2002). Nesta data, o valor de mercado destes títulos era superior ao respectivo valor de

balanço num montante de 2123 milhares de euros (2744 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2002).

Em 31 de Dezembro de 2003, as obrigações emitidas por não residentes, no montante de 200 000 milhares de euros, foram emitidas por uma entidade do Grupo Deutsche Bank com sede no Reino Unido, e a sua remuneração está indexada à lira turca. O BSP detém uma opção de venda das obrigações pelo seu valor de balanço, a qual pode ser exercida trimestralmente no prazo de um ano.

Para cobertura da remuneração das obrigações o BSP contratou um *swap* de taxa de juro, nos termos do qual essa remuneração é transformada numa taxa de juro de mercado (Euribor a três meses).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as outras obrigações a nível individual apresentam o seguinte detalhe:

	2003	2002
Taxa fixa	62 500	62 500
Taxa variável	205 756	10 377
Papel comercial	5 000	—
	<u>273 256</u>	<u>72 877</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as obrigações emitidas por residentes incluem os seguintes títulos emitidos pelo Grupo Totta:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Crédito Predial Português taxa fixa 2002	62 500	62 500	62 500	62 500
Obrigações Perpétuas Subordinadas — TOPS (Totta)	246	—	246	—
Obrigações Perpétuas Subordinadas — TOPS (CPP)	50	—	50	—
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000 (Totta)	—	—	57 214	57 214
	<u>62 796</u>	<u>62 500</u>	<u>120 010</u>	<u>119 714</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a divisão entre acções cotadas e não cotadas apresenta a seguinte composição:

	2003			2002		
	Tit. de negoc.	Tit. de invest.	Total	Tit. de negoc.	Tit. de invest.	Total
Cotadas	15 144	—	15 144	18 093	—	18 093
Não cotadas	—	197	197	—	234	234
	<u>15 144</u>	<u>197</u>	<u>15 341</u>	<u>18 093</u>	<u>234</u>	<u>18 327</u>
Provisões	—	(197)	(197)	—	(197)	(197)
	<u>15 144</u>	<u>—</u>	<u>15 144</u>	<u>18 093</u>	<u>37</u>	<u>18 130</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 o BSP tinha em carteira unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal, no montante de 17 978 milhares de euros, o qual é gerido pela Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.. Estas unidades de participação foram adquiridas no âmbito da emissão em Junho de 2002 das obrigações de caixa denominadas Multisatisfação, no montante de 17 978 milhares de euros.

A remuneração destas obrigações está indexada ao comportamento do Fundo de Investimento Multiglobal e ao comportamento dos índices Dow Jones, Eurostoxx 50 e PSI-20.

Para a cobertura das obrigações emitidas, o BSP subscreveu unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal, pelo mesmo

montante, e contratou com o Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (BSNP), um *equity swap* que cobre a parte da remuneração indexada a índices.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os títulos de participação em carteira foram emitidos pelo Crédito Predial Português, S. A. (CPP). Nestas datas, o seu valor de mercado era inferior ao custo de aquisição em 5179 milhares de euros e 6735 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a diferença entre o custo de aquisição dos títulos de investimento e o valor de mercado (relativamente aos que são cotados em bolsa de valores), pode ser resumida como segue:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
Títulos da dívida pública:				
Custo de aquisição	65 278	—	65 278	—
Provisões	(381)	—	(381)	—
Valor de balanço	<u>64 897</u>	<u>—</u>	<u>64 897</u>	<u>—</u>
De outros emissores:				
Custo de aquisição	273 473	73 094	330 687	130 308
Provisões para menos-valias	(605)	(1 407)	(605)	(1 407)
Valor de balanço	<u>272 868</u>	<u>71 687</u>	<u>330 082</u>	<u>128 901</u>
Mais-valias potenciais	9	20	9	20
Valor de mercado	<u>272 877</u>	<u>71 707</u>	<u>330 091</u>	<u>128 921</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Custo de aquisição	33 116	33 153	33 116	33 153
Provisões constituídas	(5 376)	(6 932)	(5 376)	(6 932)
Valor de balanço	<u>27 740</u>	<u>26 221</u>	<u>27 740</u>	<u>26 221</u>
Mais-valias potenciais	556	213	556	213
Valor de mercado	<u>28 296</u>	<u>26 434</u>	<u>28 296</u>	<u>26 434</u>

As mais-valias potenciais em acções e outros títulos de rendimento variável são provenientes do Fundo de Investimento Multiglobal, estando afectas à remuneração das obrigações Multisatisfação.

O movimento durante os exercícios de 2003 e 2002 nas provisões para menos-valias em títulos de rendimento fixo e variável é apresentado na nota n.º 24.

11 — Imobilizado incorpóreo e corpóreo:

O movimento no imobilizado durante o exercício de 2003 foi o seguinte:

Individual e consolidado:

Descrição	2003						Valor líquido
	31 de Dezembro de 2002		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de estabelecimento	57	(57)	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	1 396	(1 396)	—	—	—	—	—
Software	12 888	(9 071)	3 302	729	(2 443)	(13)	5 392
Despesas de investigação e desenvolvimento	483	(483)	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	857	—	—	(644)	—	(213)	—
	<u>15 681</u>	<u>(11 007)</u>	<u>3 302</u>	<u>85</u>	<u>(2 443)</u>	<u>(226)</u>	<u>5 392</u>
Imobilizado corpóreo:							
Imóveis:							
De serviço próprio	45 321	(8 562)	142	—	(804)	(2)	36 095
Despesas em edifícios arrendados	22 722	(16 302)	219	—	(1 184)	(6)	5 449
Outros imóveis	76	—	—	—	—	—	76
Imobilizado em curso:							
De serviço próprio	—	—	694	—	—	—	694
Despesas em edifícios arrendados	163	—	—	—	—	—	163
	<u>68 282</u>	<u>(24 864)</u>	<u>1 055</u>	<u>—</u>	<u>(1 988)</u>	<u>(8)</u>	<u>42 477</u>
Equipamento:							
Mobiliário e material	9 219	(8 553)	403	—	(174)	—	805
Máquinas e ferramentas	3 546	(3 301)	35	—	(97)	(1)	182
Equipamento informático	41 427	(37 199)	2 814	122	(2 004)	(50)	5 110
Instalações interiores	8 414	(5 222)	946	15	(552)	(1)	3 600
Material de transporte	3 676	(2 245)	842	—	(726)	(144)	1 403
Equipamento de segurança	5 778	(5 622)	30	1	(59)	(1)	127
Outro equipamento	1 241	(683)	37	—	(150)	—	445
Imobilizado em curso	384	—	174	(223)	—	(65)	270
	<u>73 595</u>	<u>(62 825)</u>	<u>5 281</u>	<u>(85)</u>	<u>(3 762)</u>	<u>(262)</u>	<u>11 942</u>
Outras imobilizações:							
Património artístico	45	—	7	—	—	—	52
<i>Total do imobilizado corpóreo</i>	<u>141 922</u>	<u>(87 689)</u>	<u>6 343</u>	<u>(85)</u>	<u>(5 750)</u>	<u>(270)</u>	<u>54 471</u>
	<u>157 603</u>	<u>(98 696)</u>	<u>9 645</u>	<u>—</u>	<u>(8 193)</u>	<u>(496)</u>	<u>59 863</u>

O movimento no imobilizado durante o exercício de 2002 foi o seguinte:

Individual:

Descrição	2002						Valor líquido
	31 de Dezembro de 2001		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de estabelecimento	535	(535)	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	1 396	(1 396)	—	—	—	—	—
Software	12 032	(6 985)	2 882	—	(2 086)	(26)	3 817
Despesas de investigação e desenvolvimento	483	(483)	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	1 319	—	655	—	—	(1 117)	857
	<u>13 765</u>	<u>(9 399)</u>	<u>3 537</u>	<u>—</u>	<u>(2 086)</u>	<u>(1 143)</u>	<u>4 674</u>

Descrição	2002						
	31 de Dezembro de 2001		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imobilizado corpóreo:							
Imóveis:							
De serviço próprio	45 260	(7 762)	61	—	(800)	—	36 759
Despesas em edifícios arrendados	21 535	(15 256)	750	528	(1 046)	(26)	3 817
Outros imóveis	76	—	—	—	—	—	76
Imobilizado em curso:							
De serviço próprio	209	—	—	(35)	—	(174)	—
Despesas em edifícios arrendados	613	—	—	(450)	—	—	163
	<u>67 693</u>	<u>(23 018)</u>	<u>811</u>	<u>43</u>	<u>(1 846)</u>	<u>(265)</u>	<u>43 418</u>
Equipamento:							
Mobiliário e material	9 043	(8 430)	107	19	(163)	—	576
Máquinas e ferramentas	3 485	(3 193)	58	3	(108)	—	245
Equipamento informático	39 645	(35 420)	1 773	24	(1 779)	(15)	4 228
Instalações interiores	7 648	(4 689)	747	25	(533)	(6)	3 192
Material de transporte	3 174	(1 490)	579	—	(755)	(77)	1 431
Equipamento de segurança	5 743	(5 523)	31	4	(99)	—	156
Outro equipamento	1 204	(541)	18	21	(142)	(2)	558
Imobilizado em curso	1 201	—	287	(139)	—	(965)	384
	<u>71 143</u>	<u>(59 286)</u>	<u>3 600</u>	<u>(43)</u>	<u>(3 579)</u>	<u>(1 065)</u>	<u>10 770</u>
Outras imobilizações:							
Património artístico	45	—	—	—	—	—	45
<i>Total do imobilizado corpóreo</i>	<u>138 881</u>	<u>(82 304)</u>	<u>4 411</u>	<u>—</u>	<u>(5 425)</u>	<u>(1 330)</u>	<u>54 233</u>
	152 646	(91 703)	7 948	—	(7 511)	(2 473)	58 907

Consolidado:

Descrição	2002							
	31 de Dezembro de 2001		Aqui- sições	Transfe- rências	Saída do peri- metro de consolid.	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
Imobilizado incorpóreo:								
Despesas de estabelecimento	584	(584)	—	—	—	—	—	
Custos plurianuais	1 396	(1 396)	—	—	—	—	—	
Software	10 105	(7 051)	2 882	—	(7)	(2 086)	3 817	
Despesas de investig. e desenvolvimento	483	(483)	—	—	—	—	—	
Imobilizado em curso	1 319	—	655	—	—	(1 117)	857	
	<u>13 887</u>	<u>(9 514)</u>	<u>3 537</u>	<u>—</u>	<u>(7)</u>	<u>(2 066)</u>	<u>4 674</u>	
Imobilizado corpóreo:								
Imóveis:								
De serviço próprio	45 260	(7 762)	61	—	—	(800)	36 759	
Despesas em edifícios arrendados	21 535	(15 256)	750	528	—	(1 046)	6 420	
Outros imóveis	76	—	—	—	—	—	76	
Imobilizado em curso:								
De serviço próprio	209	—	—	(35)	—	(174)	—	
Despesas em edifícios arrendados	613	—	—	(450)	—	—	163	
	<u>67 693</u>	<u>(23 018)</u>	<u>811</u>	<u>43</u>	<u>—</u>	<u>(1 846)</u>	<u>43 418</u>	
Equipamento:								
Mobiliário e material	9 056	(8 480)	107	56	—	(163)	576	
Máquinas e ferramentas	3 510	(3 214)	58	—	(1)	(108)	245	
Equipamento informático	39 871	(35 627)	1 773	5	(14)	(1 779)	4 228	
Instalações interiores	7 686	(4 722)	747	24	(3)	(533)	3 192	
Material de transporte	3 268	(1 520)	579	(14)	(50)	(755)	1 431	
Equipamento de segurança	5 743	(5 523)	31	4	—	(99)	156	
Outro equipamento	1 203	(541)	18	20	—	(142)	558	
Imobilizado em curso	1 200	—	287	(138)	—	(965)	384	
	<u>71 537</u>	<u>(59 627)</u>	<u>3 600</u>	<u>(43)</u>	<u>(68)</u>	<u>(3 579)</u>	<u>10 770</u>	

Descrição	2002							Valor líquido
	31 de Dezembro de 2001		Aquisições	Transferências	Saída do perímetro de consolid.	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
Outras imobilizações:								
Património artístico	45	—	—	—	—	—	—	45
<i>Total do imobilizado corpóreo</i>	<u>139 275</u>	<u>(82 645)</u>	<u>4 411</u>	—	<u>(68)</u>	<u>(5 425)</u>	<u>(1 315)</u>	<u>54 233</u>
	153 162	(92 159)	7 948	—	(75)	(7 511)	(2 458)	58 907

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os activos cedidos com acordo de recompra firme são relativos a acções de entidades residentes. Estas operações encontram-se igualmente reflectidas em débitos para com instituições de crédito do passivo (nota n.º 18).

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
	Depósitos com pré-aviso e a prazo:			
Em instituições no estrangeiro	—	12 932	—	12 932
Em instituições no País	374 390	114 646	374 390	114 646
Títulos de depósito no Banco de Portugal (série B)	20 396	38 166	20 396	38 166
Operações de compra com acordo de revenda	28 256	28 256	28 256	28 256
Descobertos em depósitos à ordem	153 838	115 464	153 775	115 464
<i>Hot-moneys</i>	103 000	176 789	103 000	176 789
Outras aplicações	13 101	3 000	13 164	3 473
	692 981	489 253	692 981	489 726
Provisões para risco-país (nota n.º 24)	(3)	(1)	(3)	(1)
	692 978	489 252	692 978	489 725

Os títulos de depósito (série B) vencem juros a uma taxa revista trimestralmente e têm vencimento até 2004. Em 31 de Dezembro de 2003, a taxa de juro anual destes títulos era de 2,05% (3,28% em 31 de Dezembro de 2002).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os prazos residuais dos outros créditos sobre instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
	Até três meses			
	511 272	422 831	511 272	423 304
De três meses a um ano				
	178 270	17 770	178 270	17 770
De um ano a cinco anos				
	3 439	48 652	3 439	48 652
	692 981	489 253	692 891	489 726

Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP e consolidado	
	2003	2002
	Crédito interno:	
Descontos comerciais	113 435	123 655
Créditos em conta corrente	579 411	523 715
Outros créditos titulados por efeitos	48 202	46 399
Descobertos em depósitos à ordem	237 464	312 810
Habitação	1 260 937	1 969 939
Empréstimos a médio e longo prazo	278 709	261 900
Operações de locação financeira	2 493	4 523
Operações de <i>factoring</i>	—	73 999

	BSP e consolidado	
	2003	2002
Crédito ao consumo de curto prazo	250 297	212 217
Crédito ao consumo a médio e a longo prazos	398 284	274 043
Outros créditos	79 851	82 079
	<u>3 249 083</u>	<u>3 885 279</u>
Crédito ao exterior	158 315	291 860
	<u>3 407 398</u>	<u>4 177 139</u>
Crédito e juros vencidos	32 904	28 392
	<u>3 440 302</u>	<u>4 205 531</u>
Provisões:		
Para crédito e juros vencidos	(21 097)	(15 806)
Para créditos de cobrança duvidosa:		
Provisões regulamentares	(2 090)	(1 436)
Provisões para riscos específicos	(2 787)	—
Para risco-país	(47)	(471)
	<u>(26 021)</u>	<u>(17 713)</u>
	<u>3 414 281</u>	<u>4 187 818</u>

O movimento nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, durante os exercícios de 2003 e 2002, é apresentado na nota n.º 24.

Além destas provisões, o Banco dispõe das seguintes provisões para riscos de crédito:

	2003	2002
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Provisão genérica para crédito concedido	28 889	42 882
Provisão genérica para crédito por assinatura	2 623	2 069
Provisão para riscos específicos	—	668
Provisões libertadas — aviso n.º 8/2003 [nota n.º 3.3, alínea c), ponto iv)]	1 744	—
	<u>33 256</u>	<u>45 619</u>

No exercício de 2003, por indicação do Banco de Portugal, o BSP transferiu as provisões para riscos específicos da rubrica de provisões para riscos gerais de crédito, para provisões para créditos de cobrança duvidosa.

O montante de 1744 milhares de euros corresponde às provisões para riscos gerais de crédito libertadas, como resultado da aplicação do regime previsto no aviso n.º 8/2003, que em 31 de Dezembro de 2003 não tinham ainda sido utilizadas para riscos específicos de crédito.

Em Julho de 2003, o BSP efectuou uma operação de titularização de créditos hipotecários no montante de 1 100 000 milhares de euros (nota n.º 48).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os prazos residuais dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito vencido, apresentavam a seguinte estrutura:

	BSP e consolidado	
	2003	2002
Até três meses	800 786	1 010 870
De três meses a um ano	522 419	390 566
De um ano a cinco anos	871 863	1 044 005
Mais de cinco anos	1 212 330	1 731 698
	<u>3 407 398</u>	<u>4 177 139</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 a composição da carteira de créditos sobre clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2003				2002	
	Vivo	Vencido	Total	Percent.	Total	Percent.
Agricultura e silvicultura	16 649	210	16 859	0,49	27 685	0,66
Pescas	93	—	93	—	40	—
Indústrias extractivas	49 660	52	49 712	1,44	82 807	1,97
Indústrias transformadoras:						
Alimentação, bebidas e tabaco	40 277	2 504	42 781	1,24	95 975	2,28
Têxteis, vestuário e couro	38 958	1 217	40 175	1,17	58 282	1,39
Madeira e cortiça	14 249	319	14 568	0,42	15 306	0,36
Papel, gráficas e editoriais	12 119	29	12 148	0,35	10 992	0,26

	2003				2002	
	Vivo	Vencido	Total	Percent.	Total	Percent.
Indústria química	24 462	13	24 475	0,71	33 247	0,79
Produtos minerais não metálicos	48 659	128	48 787	1,42	46 908	1,12
Metalurgia	25 920	415	26 335	0,77	30 524	0,73
Máquinas e material de transporte	5 868	4	5 872	0,17	39 223	0,93
Electricidade, água e gás	10 117	43	10 160	0,30	56 964	1,35
Construção e obras públicas	161 201	1 094	162 295	4,72	152 838	3,63
Comércio e hotelaria:						
Comércio por grosso	173 433	1 975	175 408	5,10	123 038	2,93
Comércio de retalho	48 537	1 767	50 304	1,46	107 071	2,55
Restaurantes e hotéis	8 012	140	8 152	0,24	7 894	0,19
Transportes e comunicações	164 833	204	165 037	4,80	115 792	2,75
Instituições financeiras não monetárias	30 044	—	30 044	0,87	50 417	1,20
Sector público administrativo	16 642	13	16 655	0,48	4 313	0,10
Outras empresas de serviços	282 251	609	282 860	8,22	249 400	5,93
Crédito a particulares	2 173 510	21 278	2 194 788	63,80	2 589 631	61,58
Crédito ao exterior	7 233	—	7 233	0,21	291 860	6,94
Outros créditos	54 671	890	55 561	1,62	15 324	0,36
	<u>3 407 398</u>	<u>32 904</u>	<u>3 440 302</u>	<u>100,00</u>	<u>4 205 531</u>	<u>100,00</u>

15 — Reavaliações de imobilizações corpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 o efeito das reavaliações do imobilizado corpóreo pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2003						Valor líquido (nota n.º 11)
	Valor bruto			Amortizações acumuladas			
	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	
Imóveis:							
De serviço próprio	43 024	2 436	45 460	(8 821)	(544)	(9 365)	36 095
Despesas em edifícios arrendados	22 600	—	22 600	(17 151)	—	(17 151)	5 449
Outros	76	—	76	—	—	—	76
Imobilizado em curso	857	—	857	—	—	—	857
	<u>66 557</u>	<u>2 436</u>	<u>68 993</u>	<u>(25 972)</u>	<u>(544)</u>	<u>(26 516)</u>	<u>42 477</u>
Equipamento:							
Mobiliário e material	8 703	817	9 520	(7 898)	(817)	(8 715)	805
Máquinas e ferramentas	2 466	316	2 782	(2 284)	(316)	(2 600)	182
Equipamento informático	39 434	2 551	41 985	(34 324)	(2 551)	(36 875)	5 110
Instalações interiores	8 961	350	9 311	(5 361)	(350)	(5 711)	3 600
Material de transporte	3 095	—	3 095	(1 692)	—	(1 692)	1 403
Equipamento de segurança	5 268	474	5 742	(5 141)	(474)	(5 615)	127
Outro equipamento	1 260	5	1 265	(815)	(5)	(820)	445
Imobilizado em curso	270	—	270	—	—	—	270
	<u>69 457</u>	<u>4 513</u>	<u>73 970</u>	<u>(57 515)</u>	<u>(4 513)</u>	<u>(62 028)</u>	<u>11 942</u>
Outras imobilizações:							
Património artístico	52	—	52	—	—	—	52
	<u>136 066</u>	<u>6 949</u>	<u>143 015</u>	<u>(83 487)</u>	<u>(5 057)</u>	<u>(88 544)</u>	<u>54 471</u>

	2002						Valor líquido (nota n.º 11)
	Valor bruto			Amortizações acumuladas			
	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	
Imóveis:							
De serviço próprio	42 885	2 436	45 321	(8 068)	(494)	(8 562)	36 759
Despesas em edifícios arrendados	22 649	—	22 649	(16 229)	—	(16 229)	6 420
Outros	76	—	76	—	—	—	76
Imobilizado em curso	163	—	163	—	—	—	163
	<u>65 773</u>	<u>2 436</u>	<u>68 209</u>	<u>(24 297)</u>	<u>(494)</u>	<u>(24 791)</u>	<u>43 418</u>

	2002						Valor líquido (nota n.º 11)
	Valor bruto			Amortizações acumuladas			
	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	
Equipamento:							
Mobiliário e material	8 312	817	9 129	(7 736)	(817)	(8 553)	576
Máquinas e ferramentas	3 086	392	3 478	(2 841)	(392)	(3 233)	245
Equipamento informático	38 828	2 593	41 421	(34 600)	(2 593)	(37 193)	4 228
Instalações interiores	8 056	354	8 410	(4 864)	(354)	(5 218)	3 192
Material de transporte	3 085	—	3 085	(1 654)	—	(1 654)	1 431
Equipamento de segurança	5 300	478	5 778	(5 144)	(478)	(5 622)	156
Outro equipamento	1 236	5	1 241	(678)	(5)	(683)	558
Imobilizado em curso	384	—	384	—	—	—	384
	<u>68 287</u>	<u>4 639</u>	<u>72 926</u>	<u>(57 517)</u>	<u>(4 639)</u>	<u>(62 156)</u>	<u>10 770</u>
Outras imobilizações:							
Património artístico	45	—	45	—	—	—	45
	<u>134 105</u>	<u>7 075</u>	<u>141 180</u>	<u>(81 814)</u>	<u>(5 133)</u>	<u>(86 947)</u>	<u>54 233</u>

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
	À vista:			
Depósitos à ordem:				
Do Banco de Portugal	1	71	1	71
De instituições no País	4 376	7 537	4 376	7 537
De instituições no estrangeiro	25 374	22 936	25 374	22 918
	<u>29 751</u>	<u>30 544</u>	<u>29 751</u>	<u>30 526</u>
A prazo ou com pré-aviso:				
Recursos do mercado monetário interbancário	—	45 000	—	45 000
Depósitos a prazo e outros recursos:				
De instituições no estrangeiro	27 069	246 311	27 069	246 311
De instituições no País	926 878	1 550 081	926 878	1 550 082
Operações de venda com acordo de recompra (nota n.º 13)	288	1 275	288	1 275
	<u>954 235</u>	<u>1 842 667</u>	<u>954 235</u>	<u>1 842 668</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de débitos para com instituições de crédito — a prazo ou com pré-aviso, apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Até três meses (inclui pré-aviso)	394 235	1 074 525	394 235	1 074 526
De três meses a um ano	560 000	768 142	560 000	768 142
	<u>954 235</u>	<u>1 842 667</u>	<u>954 235</u>	<u>1 842 668</u>

Débitos para com clientes:

Esta rubrica, a nível individual e consolidado, apresenta a seguinte composição de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

	Depósitos de poupança		Outros débitos a prazo	
	2003	2002	2003	2002
Até três meses	24 974	22 939	664 602	954 509
De três meses a um ano	50 482	47 894	79 572	81 859
De um ano a cinco anos	3 182	3 029	47 264	12 629
Mais de cinco anos	—	—	18 081	79
	<u>78 638</u>	<u>73 862</u>	<u>809 519</u>	<u>1 049 076</u>

19 — Débitos representados por títulos:

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica a nível individual e consolidado é composta por obrigações de caixa em circulação, no montante de 1 292 102 milhares de euros.

Obrigações em circulação em 31 de Dezembro de 2003 (nota n.º 19)

Títulos emitidos	Moeda	Valor emitido	Taxa de juro	Data de vencimento	Indexante
Santander 2008	PTE	14 964	Variável	9-7-2008	Yield benchmark das OT a 10 anos.
Euro Equilíbrio Santander	EUR	15 000	Variável	10-2-2004	Euribor 6 M
Euro Futuro Santander	EUR	5 000	Variável	10-2-2009	Euribor 12M.
Santander Plano Novo Investidor 9 Mais	EUR	15 000	Variável	31-3-2004	Índice Nasdaq 100.
BSP Cupão Zero	EUR	9 600	Cup. zero	27-2-2004	—
PSI 20 Rendimento Seguro	EUR	12 381	Variável	10-3-2004	Índice PSI 20.
PSI 20 110%	EUR	7 863	Variável	10-3-2004	Índice PSI 20.
Super Taxa Garantida	EUR	10 000	Variável	13-12-2004	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Telecomunicações	EUR	8 695	Variável	20-4-2004	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Investimento Plus — Out2001	EUR	5 000	Variável	1-10-2004	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Taxa Fixa 2002	EUR	125 000	5,30%	2-5-2009	—
Crescimento Garantido	EUR	7 731	Variável	28-3-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Crescente	EUR	15 492	3,50	8-4-2004	—
Euro Preço/valor	EUR	27 559	Variável	28-1-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Multisatisfação	EUR	17 978	Variável	14-6-2005	Fundo de Investimento Multiglobal, índice Dow Jones Eurostoxx 50 e índice PSI-20.
Santander Max 4	EUR	11 972	Variável	29-4-2004	Cabaz de ações Sony Corp, Nokia OY, BMW e Coca-Cola Co.
Max Desporto	EUR	15 596	Variável	8-7-2004	Cabaz de ações Reebok Internacional Ltd, Nike INC e Adidas — Salomon AG.
Santander Real Estate	EUR	7 993	Variável	4-8-2005	Haus-Invest.
Santander Duplo Rendimento	EUR	5 000	Variável	16-12-2005	Cabaz de ações British Petroleum, Sony Corp, Mc Donald's Corp e Groupe Danone.
Crescimento Europa 22	EUR	9 456	Variável	7-12-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Euro Dólar Valorização	EUR	6 963	Variável	17-12-2005	Taxa de câmbio EUR/USD.
Santander Valor Europa	EUR	7 500	Variável	7-10-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.
Santander Valor Oriente	EUR	9 257	Variável	4-11-2005	Taxa de câmbio EUR/JPY.
Investimento Banca	EUR	7 898	Variável	16-1-2006	Cabaz de ações de Banco Popular Espanol, Unicredito Italiano Spa e Abbey National Plc.
Euro-Yen Investimento	EUR	10 000	Variável	28-4-2006	Cabaz de índices.
Rendimento 5	EUR	6 750	Variável	28-9-2006	Taxa de câmbio EUR/JPY.
Rendimento Imobiliário	EUR	5 150	Variável	4-12-2006	Taxa de câmbio EUR/JPY e EUR/JPY.
Santander Ob. Caixa Euro Mais	EUR	3 998	Variável	5-9-2006	Hauss-Invest.
Super Investimento	EUR	6 000	Variável	30-10-2006	Taxa de câmbio EUR/JPY e Taxa de câmbio EUR/USD.
BSP Super Investimento 10	EUR	10 947	Variável	2-1-2007	—
BSP Super Investimento 10	EUR	6 959	Variável	5-2-2007	—
BSP Super Investimento Global 5	EUR	3 299	Variável	3-9-2008	Cabaz de ações British Petroleum, Group Danone, Procter & Gamble, Co., Toyota Motor Corp., Bayer AG, Suez S. A., Canone Inc, ING Groep, Altria Group Inc, The Coca Cola Company.
BSP Super Investimento Global 3,5	EUR	5 470	Variável	1-3-2007	Cabaz de ações.
BSP Super Estrelas	EUR	24 500	Variável	30-10-2008	Cabaz de fundos accionistas — Soegen Internat. SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch Internat. Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class AI — e fundos obrigacionistas — Win Global Fund — International Bond Portfolio T, Newton International Bond Fund, Mellon Global Bond Portfolio USD A, Dexia Invest International Bonds (cap.) e KBC Bonds High Interest — Kap.
BSP Super Estrelas 2.ª série	EUR	12 000	Variável	30-10-2008	Cabaz de fundos accionistas — Soegen Internat. SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch Internat. Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class AI — e fundos obrigacionistas — Win Global Fund — International Bond Portfolio T, Newton International Bond Fund, Mellon Global Bond Portfolio USD A, Dexia Invest International Bonds (cap.) e KBC Bonds High Interest — Kap.

(Em milhares de euros)

(Em milhares de euros)									
Títulos emitidos	Moeda	Valor emitido	Taxa de juro	Data de vencimento	Indexante				
BSP Super Estrelas 42 Meses	EUR	602	Variável	30-4-2007	Cabaz de fundos accionistas — Soegen Internat. SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch Internat. Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas — Win Global Fund — International Bond Portfolio T, Newton International Bond Fund, Mellon Global Bond Portfolio USD A, Dexia Invest International Bonds (cap.) e KBC Bonds High Interest — Kap.				
BSP Super Estrelas Premium	EUR	3 228	Variável	30-10-2003	Cabaz de fundos accionistas — Soegen Internat. SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch Internat. Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas — Win Global Fund — International Bond Portfolio T, Newton International Bond Fund, Mellon Global Bond Portfolio USD A, Dexia Invest International Bonds (cap.) e KBC Bonds High Interest — Kap.				
BSP Super Estrelas II	EUR	9 803	Variável	28-11-2008	Cabaz de fundos — Soegen Internat. SICAV (fundo accionista), KBC Bonds High Interest — Kap (fundo obrigacionista) e CS Euroreal (fundo imobiliário).				
BSP Super Estrelas III	EUR	4 498	Variável	28-12-2008	Cabaz de fundos — Morgan Stanley SICAV Global Class I (fundo accionista), PAM (L) Bond Universalis Cap (fundo obrigacionista) e SEB ImmoInvest (fundo imobiliário).				
Taxa Variável 2003	EUR	800 000	Variável	24-11-2004	Euribor seis meses.				
		<u>1 292 102</u>							

21 — Débitos sobre empresas do grupo e accionistas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais débitos mantidos com empresas do Grupo e os respectivos juros gerados durante os exercícios, eram os seguintes:

	2003			2002		
	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem	Juros e custos equiparados	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem	Juros e custos equipar.
Santander Central Hispano	47	—	2 124	26 990	—	6 658
Banco Totta & Açores, S. A.	947 682	—	50 999	1 590 682	—	37 934
Crédito Predial Português, S. A.	105	—	1 236	94	—	253
Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.	385	—	4 699	135 790	—	2 729
Bansimo Imobiliária, L.ª	—	8 049	14	—	—	—
Totta Seguros — Companhia de Seguros Vida, S. A.	—	6 725	66	—	—	—
Totta Ireland, Plc.	—	—	2 988	—	—	—
Foggia — SGPS, S. A.	—	255	975	—	65 808	3 767
Pombimo Imobiliária, S. A.	—	3 206	7	—	—	—
Santander — SGFIM, S. A.	—	1 686	12	—	385	9
Santander Imovest — SGFII, S. A.	—	116	2	—	71	—
Imoholsant — Imobiliária, S. A.	—	22	—	—	—	—
BSN Dealer — Soc. Financeira de Corretagem, S. A.	—	—	2	—	486	6
Totta-Crédito Especializado — Instit. Fin. de Crédito, S. A.	—	—	2	2	—	—
Banco Totta de Angola, S. A. R. L.	—	—	6	—	—	4
	948 219	20 059	63 132	1 753 558	66 750	51 360

22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a nível individual e consolidado, esta rubrica tem a seguinte composição:

Obrigações de caixa subordinadas:

BSP Subordinadas/94 — 1.ª emissão	49 880
BSP Subordinadas/94 — 2.ª emissão	37 410

Obrigações perpétuas subordinadas 2001	174 579
	<u>261 869</u>

Condições dos passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2003

(Em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor emitido	Taxa de juro (percentagem)	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de
Obrig. de Caixa Subordin. BSP/94 — 1.ª série	EUR	49 880	2,44	22 de Fev. de 2004	—
Obrig. de Caixa Subordin. BSP/94 — 2.ª série	EUR	37 410	2,38	26 de Maio de 2004	26 de Maio de 1999
Obrig. Perpétuas Subordinadas 2001	EUR	174 579	3,81	Perpétuas	23 de Fev. de 2011
		261 869			

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	BSP e consolidado	
	2003	2002
Passivos eventuais:		
Garantias e avales prestados	217 046	195 297
Créditos documentários abertos	7 158	5 049
Activos dados em garantia:		
Banco de Portugal	44 374	46 230
Fundo de Garantia de Depósitos	6 104	3 901
Sistema de indemnização aos investidores	1 308	1 356
Outros activos	—	1 108
Outros	9	456
	<u>275 999</u>	<u>253 397</u>

	BSP e consolidado	
	2003	2002
Compromissos:		
Linhas de crédito:		
Revogáveis	45 624	46 577
Irrevogáveis	367 281	487 378
Contratos a prazo de depósitos	1 455	6 284
Fundo de Garantia de Depósitos [nota n.º 3.3, alínea m)]	4 963	3 901
Sistema de indemnização aos investidores	1 509	1 356
Outros	286	29 956
	<u>421 118</u>	<u>575 452</u>
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Títulos depositados	3 921 744	2 438 882
Valores recebidos para cobrança	34 461	60 654
Valores administrados pela instituição	—	—
Créditos securitizados:		
Capital	1 052 487	—
Juros	863	—
Juros a reclamar à DGT	1 824	—
Outros	178	—
	<u>1 055 352</u>	<u>—</u>
	<u>5 011 557</u>	<u>2 499 536</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de activos dados em garantia ao Banco de Portugal, corresponde a títulos de depósito — Série B e obrigações de Tesouro dados em penhor como garantia do bom funcionamento do SPGT — Sistema de Processamento de Grandes Transacções. Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica correspondia na totalidade a títulos de depósito — Série B.

Em 31 de Dezembro de 2003, os activos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos correspondem a títulos de depósito e a obrigações do Tesouro, nos montantes de 155 milhares de euros e 5949 milhares de euros, respectivamente.

Estes títulos estão valorizados a preços de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o saldo da rubrica de activos dados em garantia — Sistema de Indemnização aos Investidores, corresponde à obrigação irrevogável que o BSP assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais a nível individual e consolidado:

	2003	2002
Operações cambiais a prazo (<i>forward</i>):		
Compras	268 875	303 420
Vendas	264 910	300 552
Operações <i>swap</i> de moeda:		
Compras	—	14 731
Vendas	—	17 651
Operações <i>swap</i> de taxa de juro:		
Compras	965 160	385 268
Operações <i>swap</i> de moeda e taxa de juro (<i>cross currency interest rate swaps</i>):		
Compras	197 492	213 671
Vendas	189 231	205 410
Operações <i>swap</i> sobre cotações — <i>equity swaps</i>	409 452	333 875
Operações a prazo de taxa de juro (FRAS)	—	20 000
Opções de moeda:		
Compradas	4 595	—
Vendidas	4 595	—
Opções sobre cotações:		
Compradas	185	—
Vendidas	185	—
Contratos de garantia de taxa de juro:		
<i>Caps</i>	147 182	7 731
<i>Floors</i>	2 998	7 731

No âmbito da sua actividade o Banco utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco. Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito. A exposição do Banco em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante contratado

destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, *swaps* de moeda e taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou nocional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume de operações.

Em 31 de Dezembro de 2003, a actividade desenvolvida pelo BSP em operações com derivados traduz-se nos seguintes valores:

	Valor nominal dos contratos			Valor de mercado (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — compras	—	268 875	268 875	—	216 914	216 914
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) — vendas	—	(264 910)	(264 910)	—	(213 728)	(213 728)
	—	3 965	3 965	—	3 186	3 186
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	353 843	611 317	965 160	(b) (41 953)	6 359	(35 594)
Opções compradas	185	—	185	—	—	—
Opções vendidas	185	—	185	—	—	—
<i>Caps</i>	147 182	—	147 182	(38)	—	(38)
<i>Flors</i>	2 998	—	2 998	—	—	—
	504 393	611 317	1 115 710	(41 991)	6 359	(35 632)
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
<i>Cross currency swaps</i> — compras	—	197 492	197 492	—	39 434	39 434
<i>Cross currency swaps</i> — vendas	—	(189 231)	(189 231)	—	(31 138)	(31 138)
	—	8 261	8 261	—	8 296	8 296
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	409 452	—	409 452	(606)	—	(606)
Opções compradas	4 595	—	4 595	120	—	120
Opções vendidas	4 595	—	4 595	(120)	—	(120)
	418 642	—	418 642	(606)	—	(606)
	923 035	623 543	1 546 578	(42 597)	17 841	(24 756)

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras do registo da reavaliação destas operações).
(b) Este valor inclui um montante negativo de 41 553 milhares de euros relativo a um IRS que está a cobrir obrigações emitidas por uma entidade do Grupo Deutsche Bank, as quais têm implícita uma mais-valia potencial de montante equivalente.

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor, conforme descrito na nota n.º 3.3, alínea b). Os ganhos e perdas nos derivados de cobertura são compensados por resultados de sinal inverso em operações de balanço.

As maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura são as seguintes:

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de juro:							
Transaccion. em merc. de balcão (OTC):							
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	—	41 275	213 483	24 187	63 372	11 526	353 843
Opções compradas	—	—	—	—	185	—	185
Opções vendidas	—	—	—	—	185	—	185
<i>Caps</i>	—	—	—	40 000	70 984	36 198	147 182
<i>Flors</i>	—	—	—	—	2 998	—	2 998
	—	41 275	213 483	64 187	137 724	47 724	504 393
Contratos sobre cotações:							
Transaccion. em merc. de balcão (OTC):							
<i>Swaps</i> sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	49 179	29 487	67 892	161 369	82 436	19 089	409 452
Opções compradas	2 140	713	1 742	—	—	—	4 595
Opções vendidas	2 140	713	1 742	—	—	—	4 595
	53 459	30 913	71 376	161 369	82 436	19 089	418 642
	53 459	72 188	284 859	225 556	220 160	66 813	923 035

As maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:							
Transaccion. em merc. de balcão (OTC):							
Cambiais a prazo (<i>outr. forwards</i>) — compras	2 688	724	465	—	—	264 998	268 875
Cambiais a prazo (<i>outr. forwards</i>) — vendas	(2 676)	(769)	(435)	—	—	(261 030)	(264 910)
	<u>12</u>	<u>(45)</u>	<u>30</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>3 968</u>	<u>3 965</u>
Contratos sobre taxa de juro:							
Transaccion. em merc. de balcão (OTC):							
<i>Swaps (interest rate swaps)</i>	—	—	—	113 355	194 076	303 886	611 317
Contr. sobre taxa de câmbio e taxa de juro:							
Transaccion. em merc. de balcão (OTC):							
<i>Cross currency swaps</i> — compras	—	—	—	—	—	197 492	197 492
<i>Cross currency swaps</i> — vendas	—	—	—	—	—	(189 231)	(189 231)
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>8 261</u>	<u>8 261</u>
	<u>12</u>	<u>(45)</u>	<u>30</u>	<u>113 355</u>	<u>194 076</u>	<u>316 115</u>	<u>623 543</u>

24 — Movimento nas provisões:

O movimento nas provisões durante o exercício de 2003 foi o seguinte:

Individual e consolidado:

	2003						Saldos em 31 de Dezembro de 2003
	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Outros	
Crédito vencido e risco-país — aplicações em instit. de crédito (nota n.º 14)	1	4	(1)	(1)	—	—	3
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	15 806	3 480	(254)	(5 978)	8 039	4	21 097
Créditos de cobr. duvidosa (nota n.º 14)	1 436	3 488	(947)	—	900	—	4 877
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 14)	471	—	(424)	—	—	—	47
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	8 339	1 004	(2 982)	—	—	1	6 362
Outras aplicações (nota n.º 31)	1 833	430	(232)	—	(1 132)	—	899
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	45 619	7 331	(10 755)	—	(8 939)	—	33 256
Outros riscos e encargos	20 800	8 626	(407)	—	(3 311)	1	25 709
Provisões para pensões e enc. similares	1 111	—	—	—	—	—	1 111
	<u>95 416</u>	<u>24 363</u>	<u>(16 002)</u>	<u>(5 979)</u>	<u>(4 443)</u>	<u>6</u>	<u>93 361</u>
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	588	35	(73)	—	—	(20)	530
Outras imobiliz. financeiras (nota n.º 31)	—	6 570	(1 131)	—	4 443	(1)	9 881
	<u>588</u>	<u>6 605</u>	<u>(1 204)</u>	<u>—</u>	<u>4 443</u>	<u>(21)</u>	<u>10 411</u>
	<u>96 004</u>	<u>30 968</u>	<u>(17 206)</u>	<u>(5 979)</u>	<u>—</u>	<u>(15)</u>	<u>103 772</u>

O movimento nas provisões durante o exercício de 2002 foi o seguinte:

Individual:

	2002						Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Outros	
Crédito vencido e risco-país — aplicações em instituições de crédito (nota n.º 14)	2	97	(3)	(95)	—	—	1
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	12 892	7 049	(665)	(3 470)	—	—	15 806
Créditos de cobr. duvidosa (nota n.º 14)	601	847	(208)	—	196	—	1 436
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 14)	63	547	(139)	—	—	—	471
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	418	8 184	(262)	—	—	(1)	8 339
Risco-país — títulos (nota n.º 14)	4 999	—	(4 999)	—	—	—	—

	2002						Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Outros	
Outras aplicações (nota n.º 31)	137	564	—	—	1 132	—	1 833
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	39 061	9 074	(737)	(451)	(1 328)	—	45 619
Outros riscos e encargos	6 514	6 673	(2 967)	—	10 580	—	20 800
Provisões para pensões e enc. similares	1 111	—	—	—	—	—	1 111
Fundo para riscos bancários gerais	7 790	5 449	(2 658)	—	(10 580)	(1)	—
	<u>73 588</u>	<u>38 484</u>	<u>(12 638)</u>	<u>(4 016)</u>	<u>—</u>	<u>(2)</u>	<u>95 416</u>
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	<u>401</u>	<u>244</u>	<u>(40)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(17)</u>	<u>588</u>
	<u>73 989</u>	<u>38 728</u>	<u>(12 678)</u>	<u>(4 016)</u>	<u>—</u>	<u>(19)</u>	<u>96 004</u>

Consolidado:

	2002							Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Alteração do perímetro de consol.	Transferências	Outros	
Crédito vencido e risco-país — aplicações em instit. de crédito (nota n.º 14)	2	97	(3)	(95)	—	—	—	1
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	13 168	7 049	(665)	(3 470)	(276)	—	—	15 806
Créditos de cobr. duvidosa (nota n.º 14)	601	847	(208)	—	—	196	—	1 436
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 14)	63	547	(139)	—	—	—	—	471
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	419	8 184	(264)	—	—	—	—	8 339
Risco país — títulos (nota n.º 14)	4 999	—	(4 999)	—	—	—	—	—
Outras aplicações (nota n.º 31)	139	564	—	—	(2)	1 132	—	1 833
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	40 432	9 074	(737)	(451)	(1 371)	(1 328)	—	45 619
Outros riscos e encargos	6 514	6 674	(2 968)	—	—	10 580	—	20 800
Provisões para pensões e enc. similares	1 111	—	—	—	—	—	—	1 111
Fundo para riscos bancários gerais	7 790	5 448	(2 658)	—	—	(10 580)	—	—
	<u>73 238</u>	<u>38 484</u>	<u>(12 641)</u>	<u>(4 016)</u>	<u>(1 649)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>95 416</u>
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	<u>391</u>	<u>244</u>	<u>(29)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(18)</u>	<u>588</u>
	<u>75 629</u>	<u>38 728</u>	<u>(12 670)</u>	<u>(4 016)</u>	<u>(1 649)</u>	<u>—</u>	<u>(18)</u>	<u>96 004</u>

25 — Títulos de negociação, investimento e imobilizações financeiras:

Estes critérios de classificação encontram-se explicados na nota n.º 3.3, alíneas e) e f).

27 — Contas de regularização:

Activo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Proveitos a receber	45 047	44 173	45 107	44 221
Operações com títulos a regularizar	—	151	—	151
Despesas com custo diferido:				
Reformas antecipadas (nota n.º 49):				
De 2003	4 186	—	4 186	—
De 2002	4 160	4 631	4 160	4 631
De 2001	678	775	678	775
Crédito à habitação — Oferta mobília, lar e carro	6 738	4 402	6 738	4 402
Outras	452	725	452	725
Impostos a recuperar — IRC (nota n.º 41)	9 936	9 800	9 936	9 800
Flutuação de valores:				
Perdas actuariais e financeiras (nota n.º 49)	7 052	7 430	7 052	7 430
Outras	1	1	1	1

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Operações activas a regularizar com clientes	—	14 809	—	14 809
Proveitos e custos em suspenso [nota n.º 3.3, alínea b)]				
Opções compradas	11 993	—	11 993	—
Prémio/desconto em <i>swaps</i> de moeda	—	54	—	54
Reavaliação da posição cambial a prazo	3 186	1 933	3 186	1 933
Reavaliação de <i>swaps</i> [nota n.º 3.3, alínea b)]	13 991	15 798	13 991	15 798
Economato	297	379	297	379
Outras	51	16 148	751	16 079
	108 468	121 209	108 528	121 188

A rubrica de crédito à habitação — Oferta mobília, lar e carro, é referente aos encargos que o Banco suportou com estas campanhas, os quais estão a ser objecto de amortização. O montante amortizado em 2003 ascendeu a 395 milhares de euros.

Passivo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Custos a pagar:				
Juros	40 011	45 933	40 011	45 933
Férias e subsídio de férias	6 046	5 618	6 046	5 618
Outras remunerações variáveis	2 130	2 750	2 130	2 750
Fundo de garantia de depósitos	—	611	—	611
Facturas em recepção e conferência	1 608	739	1 608	739
Outros	235	656	250	667
	50 030	56 307	50 045	56 318
Receitas com proveito diferido	1 570	2 750	1 570	2 750
Proveitos e custos em suspenso (nota n.º 3.3, al. b):				
Opções vendidas	11 993	—	11 993	—
Outras	150	—	150	—
	63 743	59 173	63 758	59 105

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

	BSP	
	2003	2002
Títulos de investimento e a vencimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	6 306	1 803
Títulos de investim. adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	5	15

b) A diferença entre o valor pelo qual estão contabilizados os títulos de investimento e a vencimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação fosse efectuada com base em valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados), encontra-se detalhada na nota n.º 10.

29 — Capital e prémios de emissão:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o capital do Banco está representado por 31 116 036 acções com um valor nominal de 5 euros cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2003, os principais accionistas do Banco eram os seguintes:

	Percent.
Foggia — SGPS, S. A.	85,20
Grupo Santander Central Hispano	12,74
Outros	2,06
	100,00

Nos termos do artigo n.º 319 do Código das Sociedades Comerciais, as assembleias gerais de accionistas têm aprovado deliberações que permitem ao Banco adquirir acções próprias até ao limite correspondente de 10% do capital social. Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Banco mantinha em carteira 88 444 acções próprias.

Nos termos da portaria n.º 408/99, de 4 de Junho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

31 — Outros activos e outros passivos:

Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Aplicações por recuperação de créditos — imóveis	1 857	1 599	1 857	1 599
Promessas de dação	518	1 200	518	1 200
Bonificações a receber do Estado Português	6 171	9 335	6 171	9 335

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Outras imobilizações financeiras:				
Tafil — Totta & Açores Finance Ireland, Ltd. (nota n.º 6)	56 115	56 115	—	—
Trem — Aluguer de Material Circulante, A. C. E. (Trem)	9 899	9 899	9 899	9 899
Nortrem — Aluguer de Material Ferroviário, A. C. E. (Nortrem)	6 719	—	6 719	—
Autoloc — Aluguer de Autocarros, A. C. E. (Autoloc)	775	775	775	775
Propaço — Sociedade Imobiliária de Paço D'Arcos L.ª (Propaço)	1 478	—	1 478	—
Outras	10	53	10	53
Contribuições de capital:				
Ausant Merchant	52 526	52 526	52 526	52 526
Outras disponibilidades	5	130	5	130
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	36	40	36	40
Operações com o estrangeiro a regularizar	183	265	183	265
Valores a regularizar com o fundo de pensões (nota n.º 49)	416	358	416	358
Impostos a recuperar	720	484	720	484
Devedores diversos	3 356	2 139	3 392	2 162
	<u>140 784</u>	<u>134 918</u>	<u>84 705</u>	<u>78 826</u>
Provisões:				
Para outras aplicações (nota n.º 24)	(899)	(1 833)	(899)	(1 833)
Para outras imobilizações financeiras (nota n.º 24):				
Trem	(5 729)	—	(5 729)	—
Nortrem	(3 052)	—	(3 052)	—
Autoloc	(728)	—	(728)	—
Propaço	(372)	—	(372)	—
	<u>(9 881)</u>	<u>—</u>	<u>(9 881)</u>	<u>—</u>
	<u>(10 780)</u>	<u>(1 833)</u>	<u>(10 780)</u>	<u>(1 833)</u>
	<u>130 004</u>	<u>133 085</u>	<u>73 925</u>	<u>76 993</u>

O saldo da rubrica de promessas de dação, corresponde a acordos de dação em cumprimento celebrados com clientes, cuja escritura ainda não se encontra formalizada.

Em 2003, na sequência de um acordo celebrado entre os bancos credores e a Acumuladores Autosil, S. A. (Grupo Autosil) foi constituída a Propaço — Sociedade Imobiliária de Paço D'Arcos, L.ª (Propaço), cujo capital foi realizado pelos bancos que integravam o sindicato bancário, entre eles o BSP, na proporção dos créditos detidos. A Propaço recebeu imóveis a título de dação em cumprimento e os créditos dos bancos sobre o Grupo Autosil foram convertidos em suprimentos.

No âmbito desta operação o BSP converteu créditos em suprimentos no montante de 1478 milhares de euros, tendo constituído provisões de 372 milhares de euros, correspondentes à diferença entre os suprimentos concedidos e o valor de mercado dos imóveis entregues à Propaço.

Em 2001 o BSP adquiriu uma participação de 25,3% na Ausant Merchant (entidade do Grupo SCH), a qual foi registada na carteira de títulos de investimento, tendo sido transferida em 2003 para a carteira de participações. Adicionalmente, o BSP concedeu-lhe contribuições de capital no montante de 106 526 milhares de euros. Este investimento não foi registado pelo método da equivalência patrimonial, dado o BSP não ter influência na gestão. Em 2002, o BSP cedeu ao Totta parte das contribuições de capital, no montante de 54 000 milhares de euros.

Em Dezembro de 2003 o BSP subscreveu um aumento de capital do Nortrem no montante de 800 milhares de euros, tendo ficado com uma posição representativa de 3% do seu capital. Em Dezembro de 2003 adquiriu a participação do Totta por cerca de 5919 milhares de euros, tendo a sua posição aumentado para 25,6%.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a provisão para outras aplicações tem a seguinte composição:

	BSP	
	2003	2002
Aplicações por recup. de créditos — imóveis	508	667
Promessas de dação	166	1 166
Provisões para risco-país	225	—
	<u>899</u>	<u>1 833</u>

O montante de 225 milhares de euros refere-se à provisão para risco país sobre uma garantia prestada a um cliente com residência na África do Sul.

Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Credores por valores a liquidar	314	413	556	413
Credores por operações de <i>factoring</i>	—	62 108	—	62 108
Credores por oferta mobília, lar e carro	788	1 205	788	1 205
Retenção de impostos na fonte	2 864	2 651	2 864	2 651
Contribuições para a segurança social	379	—	379	—
Impostos sobre lucros a pagar	6 015	6 526	6 175	6 526
IVA a pagar	267	514	267	514
Fornecedores	3 995	3 217	3 995	3 217
Outros	485	73	243	318
	<u>15 107</u>	<u>76 707</u>	<u>15 267</u>	<u>76 952</u>

33 — Operações a prazo ainda não vencidas à data do balanço:

Esta informação encontra-se incluída na nota n.º 23.

34 — Efectivos:

O número de colaboradores do BSP em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 apresenta a seguinte composição:

	2003	2002
Direcção	123	115
Chefias e gerência	273	237
Técnicos informáticos	29	31
Outros técnicos	431	415
Administrativos	194	216
Comerciais	346	324
	<u>1 396</u>	<u>1 338</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

Nos exercícios de 2003 e 2002, as remunerações e outros encargos atribuídos aos órgãos de administração e fiscalização ascendem a 717 milhares de euros e 719 milhares de euros, respectivamente (nota n.º 55).

Adicionalmente, no exercício de 2003 o BSP pagou bónus ao conselho de administração a título de participação nos lucros de 2002 no montante de 604 milhares de euros, os quais foram registados por contrapartida de reservas (nota n.º 51).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 os adiantamentos ou créditos a membros dos órgãos sociais ascendiam a 755 milhares de euros e 665 milhares de euros, respectivamente, concedidos no âmbito da política de crédito habitação definida para todos os colaboradores do Grupo.

Não existem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37 — Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 2003, os activos e passivos, a nível individual, expressos em moeda estrangeira representam, aproximadamente, 1,58% e 1,67% do valor global do activo e passivo, respectivamente (0,43% e 1,76% em 31 de Dezembro de 2002).

38 — Distribuição dos resultados por mercados geográficos e linhas de negócio:

Em 31 de Dezembro de 2003, a distribuição dos resultados por mercados geográficos, tem a seguinte composição:

Individual:

	Portugal	América do Norte	Reconciliação	Total
Juros e proveitos equiparados	221 004	16 902	(12 043)	225 863
Juros e custos equiparados	(129 114)	(14 218)	12 043	(131 289)
Comissões (proveito)	54 135	74	—	54 209
Comissões (custo)	(8 726)	(79)	—	(8 805)
Rendimento de títulos	11 844	—	—	11 844
Lucros em operações financeiras	383 740	4 269	—	388 009
Prejuízos em operações financeiras	(388 487)	(1 545)	—	(390 032)
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	14 706	1 296	—	16 002
Provisões para crédito de cobr. duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	(21 429)	(2 934)	—	(24 363)
Outros proveitos de exploração	5 970	13	—	5 983
Resultado líquido do exercício	<u>33 022</u>	<u>3 725</u>	<u>—</u>	<u>36 747</u>
Crédito sobre clientes	3 263 200	151 081	—	3 414 281
Débitos para com clientes	<u>(1 582 731)</u>	<u>(324 905)</u>	<u>—</u>	<u>(1 907 636)</u>
Activo líquido total	<u>4 894 659</u>	<u>499 973</u>	<u>(492 995)</u>	<u>4 901 637</u>

Consolidado:

	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Reconciliação	Total
Juros e proveitos equiparados	221 004	2 361	16 902	(12 043)	228 224
Juros e custos equiparados	(129 114)	—	(14 218)	12 043	(131 289)
Comissões (proveito)	54 135	36	74	—	54 245
Comissões (custo)	(8 726)	—	(79)	—	(8 805)
Rendimento de títulos	11 844	—	—	—	9 685
Lucros em operações financeiras	383 740	—	4 269	—	388 009
Prejuízos em operações financeiras	(388 487)	(1 545)	—	—	(390 032)
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	14 706	1 204	1 296	—	17 206
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	(21 429)	—	(2 934)	—	(24 363)
Outros proveitos de exploração	5 970	—	13	—	5 983
Resultado líquido do exercício	<u>33 022</u>	<u>2 103</u>	<u>3 725</u>	<u>(214)</u>	<u>38 636</u>
Crédito sobre clientes	3 263 200	—	151 081	—	3 414 281
Débitos para com clientes	<u>(1 582 731)</u>	<u>—</u>	<u>(324 905)</u>	<u>—</u>	<u>(1 907 636)</u>
Activo líquido total	<u>4 894 659</u>	<u>59 863</u>	<u>499 973</u>	<u>(548 138)</u>	<u>4 906 357</u>

Em termos de áreas de negócio, a actividade do BSP enquadra-se no segmento de banca comercial.

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	375	60	375	60
Despesas relacionadas com cartões	201	132	201	132
Despesas de utilização de sistema	1 374	1 463	1 374	1 463
Outros	388	601	394	601
	<u>2 338</u>	<u>2 256</u>	<u>2 344</u>	<u>2 256</u>
Outros proveitos de exploração:				
Recuperação de créditos incobráveis	1 431	1 480	1 431	1 480
Prestação de serviços diversos	1 065	1 208	1 065	1 208
Reembolso de despesas	1 633	1 953	1 633	1 953
Rendimento de imóveis	6	9	6	9
Aluguer de terminais de pagamento automático	764	490	764	490
Outros	1 084	175	1 084	175
	<u>5 983</u>	<u>5 315</u>	<u>5 983</u>	<u>5 315</u>
Perdas extraordinárias:				
Regularização de saldo com o Banco Santander de Negócios Portugal	1 277	—	1 277	—
Encargos com reformas antecipadas (nota n.º 49)	794	179	794	179
Indemnizações por passagem à reforma antecipada	786	234	786	234
Insuficiência de estimativa de IRC	605	—	605	—
Liquidações adicionais de IRC (nota n.º 41)	460	2 289	460	2 289
Oferta carro	314	—	314	—
Menos-valias na realização de valores imobilizados	55	13	55	13
Menos-valias na alienação de participações (nota n.º 6)	71	—	71	—
Multas e penalidades	93	138	93	138
Alienação de créditos	—	196	—	196
Outras perdas extraordinárias	2 267	925	2 267	930
	<u>6 722</u>	<u>3 974</u>	<u>6 722</u>	<u>3 979</u>
Ganhos extraordinários:				
Excesso de estimativa de subsídio de férias	231	—	231	—
Correcções de IVA (<i>pro-rata</i>)	244	—	220	—
Mais-valias na venda de valores imobilizados	57	50	57	50
Mais-valias na alienação de participações	9	—	9	—
Juros e comissões de exercícios anteriores	—	121	—	121
Excesso de estimativa de IRC	—	4 893	—	4 893
Reembolso de despesas	—	590	—	590
Outros ganhos extraordinários	681	96	705	58
	<u>1 222</u>	<u>5 750</u>	<u>1 222</u>	<u>5 712</u>

40 — Encargos imputados e pagos no período, relativos a passivos subordinados:

Os encargos imputados e pagos no exercício de 2003, relativos às obrigações de caixa subordinadas e às obrigações perpétuas subordinadas, a nível individual e consolidado, foram os seguintes:

	Valores pagos	Valores imputados a custos
Obrigações de caixa subordinadas	2 673	2 420
Obrigações perpétuas subordinadas	8 076	7 265
	<u>10 749</u>	<u>9 685</u>

41 — Impostos:

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionado daquela dotação, foi a seguinte:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Dotações para impostos sobre lucros	15 300	6 500	15 534	6 790
Lucro do período adicionado da dotação para impostos sobre lucros	52 047	39 607	54 170	41 135
Carga fiscal (percentagem)	29,40	16,41	28,68	16,51

Para a redução da carga fiscal face à taxa normal em 2003 contribuiu, nomeadamente, a actividade isenta desenvolvida através da sucursal financeira exterior na região autónoma da Madeira, os prejuízos apurados por agrupamentos complementares de empresas em que o Banco participa, os benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos e as responsabilidades relativas a reformas antecipadas efectuadas em anos anteriores.

As autoridades fiscais têm a faculdade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, podendo resultar dessa revisão, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2002 e 2003.

As autoridades fiscais analisaram, em sede de IRC, imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e imposto do selo, a situação tributária referente aos exercícios até 2001.

Relativamente aos exercícios até 1998, inclusive e 2000, o BSP deduziu reclamações graciosas, tendo aderido em alguns casos ao Plano Mateus, mediante pagamento dos valores liquidados. Em resultado das citadas reclamações, o BSP tem registado um valor a receber de 9936 milhares de euros (nota n.º 27).

O BSP foi notificado de correcções referentes ao exercício de 1999, as quais se traduziram numa liquidação adicional de 2289 milhares de euros (nota n.º 39). Durante o exercício de 2002, procedeu ao pagamento do montante liquidado e ao respectivo registo em custos extraordinários. No entanto, apresentou reclamação graciosamente à maioria das correcções efectuadas, no montante de 1993 milhares de euros.

Em Outubro de 2003, o BSP foi notificado pelas autoridades fiscais do relatório de inspecção relativamente ao exercício de 2000, o qual já incorpora o resultado do direito de audição. O referido relatório propõe correcções à matéria colectável de IRC no montante de 1467 milhares de euros, correspondente a 596 milhares de euros de imposto. A natureza das correcções efectuadas respeita essencialmente a provisões não aceites fiscalmente. Em Novembro de 2003, o BSP pagou a totalidade deste montante, tendo reconhecido como custo 460 milhares de euros e registado no activo 136 milhares de euros.

Em Dezembro de 2003, o BSP foi notificado do projecto de conclusões do relatório da inspecção realizada ao exercício de 2001. No dia 31 de Dezembro de 2003, exerceu o direito de audição sobre o projecto de conclusões, tendo apresentado contestação para a maioria das correcções propostas à matéria colectável.

Para fazer face ao diferencial entre os valores reclamados e os pagos e a outras contingências, o BSP tem constituídas provisões em outros riscos e encargos.

Na opinião do conselho de administração do BSP, não é previsível que qualquer outra liquidação adicional, relativamente aos exercícios de 2002 e 2003, seja significativa para as demonstrações financeiras.

43 — Consolidação com detentores de capital:

As contas anuais do BSP são consolidadas com as do Totta, as quais se encontram disponíveis na Rua do Ouro, 81, em Lisboa.

45 — Operações de locação financeira:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os montantes das operações de locação financeira são os seguintes:

	2003	2002
Crédito concedido	2 493	4 523

48 — Operação de titularização:

Em Julho de 2003, o BSP procedeu à venda de parte da sua carteira de créditos hipotecários no montante de 1 100 000 milhares de euros, através de uma operação de titularização.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Hipototta n.º 1 FTC (Hipototta FTC). Este Fundo é gerido pela Navigator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A., na qual o Grupo Totta não detém qualquer participação directa ou indirecta.

O BSP continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao Hipototta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de participação, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida, as quais foram integralmente subscritas pelo Fundo Hipototta n.º 1 PLC (Hipototta PLC), com sede na Irlanda.

O Hipototta FTC entrega todos os montantes recebidos do BSP e da Direcção-Geral do Tesouro ao Hipototta PLC, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, o Hipototta PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração. Esta dívida apresenta as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
		S & P	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1 053 200	AAA	Aaa	Nov. de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32 500	A+	A1	Nov. de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14 300	BBB+	Baal	Nov. de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1 100 000</u>						
Classe D	17 600			Nov. de 2034	Agosto de 2012	Rend. residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1 117 600</u>						

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 12 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano.

O BSP tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas em Agosto de 2012. Tem ainda a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Hipototta PLC tem a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, por forma a ajustar o valor do passivo aos activos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida por uma subsidiária do Grupo Totta.

A remuneração das obrigações da Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito securitizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

Impostos;

Despesas e comissões (comissão de custódia — 0,02% do valor da carteira, comissão de servicer — 0,1% do valor da carteira, ambas

cobradas pelo BSP, e comissão de gestão — 0,015% do valor da carteira, cobrada pelo FTC);

Juros do *liquidity swap*;

Juros das obrigações das classes A, B e C;

Juros do *swap* com o SCH;

Despesas iniciais da operação que foram financiadas através do empréstimo subordinado concedido pelo BSP.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Hipototta PLC, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira e acrescido de um montante correspondente a uma taxa média de 1,1% aplicada ao valor da carteira total em cada momento.

Foi também celebrado um *liquidity swap* entre o SCH e o Hipototta PLC que corresponde a uma facilidade/linha de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte do Hipototta PLC.

Conforme referido na nota n.º 1, e dado tratar-se e uma cessão completa e definitiva, o Banco mantém um registo em contas extrapatrimoniais, por contrato securitizado, dos valores em dívida (capital vincendo e vencido), dos juros periodificados relativos a cada con-

trato e dos montantes de bonificações a receber da Direcção-Geral do Tesouro (nota n.º 23).

Também de acordo com a Carta Circular n.º 96/2003 do Banco de Portugal, os rendimentos associados às obrigações com maior grau de subordinação (Classe D) apenas são registados quando efectivamente recebidos.

Adicionalmente, de acordo com a instrução n.º 27/2000, do Banco de Portugal, o BSP regista provisões para crédito idênticas às que constituiria caso os créditos se mantivessem no seu activo. O valor destas provisões não pode ser superior ao valor nominal da tranche de obrigações com maior grau de subordinação.

Em 31 de Dezembro de 2003, as provisões constituídas para estes créditos ascendem a 5274 milhares de euros e encontram-se registadas em provisões para outros riscos e encargos.

49 — Responsabilidades com pensões:

Em 1988 o BSP constituiu um fundo de pensões que se destina a fazer face às responsabilidades do Banco relativamente a pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência para a totalidade do seu pessoal.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BSP relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A.

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2003	2002
Estimativa das responsab. por serv. passados:		
Empregados no activo	49 343	45 273
Reformados e pensionistas	2 773	2 150
Reformados antecipadamente	39 705	32 896
	<u>91 821</u>	<u>80 319</u>
Cobertura das responsabilidades:		
Valor patrimón. do fundo, fornecido pela entidade gestora	92 237	80 677
Valores a regularizar com o fundo de pensões (nota n.º 31)	(416)	(358)
	<u>91 821</u>	<u>80 319</u>
Despesas com custo diferido (nota n.º 27)	9 024	5 406
Estimativa das responsab. por serv. futuros	88 814	82 512

Ao abrigo das disposições transitórias em vigor quando da introdução do aviso n.º 12/2001, o BSP obteve autorização do Banco de Portugal para relevar contra reservas livres o acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro.

As despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas apresentaram o seguinte movimento:

Contribuições efectuadas para o Fundo de Pensões:

Em 2003	4 412
Em 2002	4 713
Em 2001	3 981
	<u>13 106</u>

Amortização das despesas com custo diferido em 2003 (nota n.º 39):

Reformas antecipadas de 2003	(226)
Reformas antecipadas de 2002	(471)
Reformas antecipadas de 2001	(97)
	<u>(794)</u>

Amortiz. das despesas com custo diferido até 2002

(276)

Amortiz. por reservas em 2001 de custos com reformas antecipadas

(3 012)

Desp. com custo diferido em 31 de Dezembro de 2003

9 024

De acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2003 e 2002, os custos com pensões registados na rubrica de custos com pessoal, tem a seguinte composição (nota n.º 55):

	2003	2002
Custo dos serviços correntes	3 445	3 269
Custo dos juros	4 819	4 151
Rendimento esperado	(4 914)	(4 194)
	<u>3 350</u>	<u>3 226</u>

Em 2001 o BSP optou por reconhecer em custos com o pessoal parte das perdas actuariais e financeiras existentes no final do exercício e provisionar o valor remanescente, reflectido em flutuação de valores, no âmbito da rubrica de provisões para outros riscos e encargos.

Em 2002 o BSP decidiu passar a usar a faculdade de diferimento dos desvios actuariais e financeiros permitida pelo aviso n.º 7/2002, não tendo registado o respectivo custo.

A evolução na flutuação de valores durante os exercícios de 2002 e 2003 foi a seguinte:

Flut. de valores em 31 de Dezembro de 2001	468
Perdas actuariais e financeiras, líq., geradas durante o exercício de 2002	6 962
Flut. de valores em 31 de Dez. de 2002 (nota n.º 27)	<u>7 430</u>
Ganhos actuariais e financeiros, líq., gerados durante o exercício de 2003	(378)
Flut. de valores em 31 de Dez. de 2003 (nota n.º 27)	<u>7 052</u>

O aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal não permite a consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades com pensões de empregados no activo.

Esta alteração implicou um aumento das responsabilidades com pensões em 31 de Dezembro de 2001, no montante de 12 159 milhares de euros.

Ainda em 2001 o BSP, após ter obtido autorização do Banco de Portugal, registou este montante por contrapartida de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades com pensões de reforma e o que efectivamente se verificou nestes exercícios, apresenta o seguinte detalhe:

	Pressupostos	(Em percentagem)	
		2003	2002
Método actuarial	Projected Unit Credit		
Tábua de mortalidade	TV 73/77		
Taxa de rendimento do Fundo	6	8,18	(2,99)
Taxa de crescim. salarial	3	2,60	3,2
Taxa de crescim. das pensões	2	2,60	3,2
Taxa de rotação	Nula	—	—

A estimativa das responsabilidades não considera os encargos com os serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BSP. Nestas datas o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2003	2002
Empregados no activo	1 392	1 327
Reformados e pensionistas	27	23
Reformados antecipadamente	130	110
	<u>1 549</u>	<u>1 460</u>

O movimento no Fundo de Pensões durante os exercícios de 2002 e 2003 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2001	68 708
Contribuições dos empregados	288
Contribuição do BSP	15 719
Rendimento líquido do Fundo	(2 018)
Pensões pagas	(2 020)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2002	80 677
Contribuições dos empregados	336
Contribuição do BSP	7 450
Rendimento líquido do Fundo	6 525
Pensões pagas	(2 751)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2003	92 237

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	2003	2002
Imóveis arrendados	5 573	5 427
Obrigações de caixa	4 800	4 692
Unidades de participação de Fundos geridos por entidades do Grupo	2 724	—
	13 097	10 119

50 — Participações financeiras:

A informação requerida por esta nota encontra-se descrita nas notas n.ºs 3.3, alínea f) e 6.

51 — Reservas, resultados transitados e lucro do exercício:

O movimento nas rubricas de reservas e nos resultados transitados durante os exercícios de 2002 e 2003 foi o seguinte:

Individual:

	Reservas			Resultados transitados	Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	14 002	23 908	37 910	—	25 799
Distribuição do lucro do exercício de 2001:					
Transferências para reservas	2 580	23 219	25 799	—	(25 799)
Lucro do exercício	—	—	—	—	33 107
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	16 582	47 127	63 709	—	33 107
Distribuição do lucro do exercício de 2002:					
Transferências para reservas	3 311	—	3 311	—	(3 311)
Transferência para resultados transitados	—	—	—	29 192	(29 192)
Distribuição de bónus ao conselho de administração (nota n.º 35)	—	—	—	—	(604)
Lucro do exercício	—	—	—	—	36 747
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	19 893	47 127	67 020	29 192	36 747

Reserva legal:

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de reavaliação:

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BSP ao abrigo das disposições legais e destinam-se à cobertura de prejuízos acumulados ou a aumentar o capital [nota n.º 3.3, alínea g)].

Consolidado:

	Reservas			Resultados transitados	Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	14 002	25 427	39 429	—	(26 831)
Distribuição do lucro do exercício de 2001:					
Transferências para reservas	2 580	24 251	26 831	—	(26 831)
Lucro do exercício	—	—	—	—	34 345
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	16 582	48 545	65 127	—	34 345

	Reservas			Resultados transitados	Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total		
Distribuição do lucro do exercício de 2002:					
Transferências para reservas	3 311	1 238	4 549	—	(4 549)
Transferência para resultados transitados	—	—	—	29 192	(29 192)
Distribuição de bónus ao conselho de administração	—	—	—	—	(604)
Lucro do exercício	—	—	—	—	36 636
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	19 893	49 783	69 676	29 192	38 636

Nos exercícios de 2003 e 2002, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	Percentagem do BSP	
	2003	2002
Lucro do exercício do BSP individual	36 747	33 107
Lucro líquido:		
Tafil	2 103	2 610
Totta IFIC (Ex-SCH Leasing)	1 914	1 242
Anulação de dividendos	(2 159)	(2 624)
Outros	31	10
	38 636	34 345

52 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP e consolidado	
	2003	2002
Caixa	20 709	21 540
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	5 348	38 843
	26 057	60 383

De acordo com o regulamento n.º 2818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes, estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100 000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

53 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Cheques a cobrar	48 806	42 818	48 806	42 328
Depósitos à ordem:				
Em instituições no país	1 077	297	1 507	836
Em instituições no estrangeiro	5 633	5 009	5 633	5 009
	55 516	48 124	55 946	48 173

54 — Rendimento de títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Títulos de investimento de rendimento variável — acções	3 838	2 908	3 838	2 908
Imobilizações financeiras:				
Ausant Merchant	5 758	5 802	5 758	5 802
TAFIL	2 159	2 624	—	—
Outras	89	19	89	20
	11 844	11 353	9 685	8 730

55 — Custos com pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP e consolidado	
	2003	2002
Salários e vencimentos:		
Órgãos de direcção e fiscalização (nota n.º 35)	717	719
Empregados	35 138	34 591
Outras remunerações variáveis	4 063	4 787
	<u>39 918</u>	<u>40 097</u>
Encargos sociais:		
Encargos com pensões de reforma (nota n.º 49):		
Custo do exercício	3 350	3 226
Custos com a segurança social	574	214
SAMS	1 989	1 867
Caixa abono de família	3 122	3 429
Outros encargos sociais	635	716
	<u>9 670</u>	<u>9 452</u>
Outros custos com o pessoal:		
Indemnizações contratuais	382	642
Outros	114	94
	<u>496</u>	<u>736</u>
	<u>50 084</u>	<u>50 285</u>

56 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Depósito à ordem no Banco de Portugal	959	1 513	959	1 513
Disponibilidades sobre instituições de crédito	80	154	80	154
Créditos a instituições de crédito	14 396	15 768	14 418	15 768
Créditos concedidos a clientes:				
Curto — prazo	45 919	53 917	45 919	53 940
Longo — prazo	120 946	141 594	120 946	141 594
Crédito vencido	383	367	383	367
Títulos de investimento	9 387	3 937	11 726	6 551
Títulos a vencimento	2 222	2 316	2 222	2 316
Juros de operações de <i>swap</i>	31 035	10 839	31 035	10 839
Outros	536	1 950	536	1 950
	<u>225 863</u>	<u>232 355</u>	<u>228 224</u>	<u>234 992</u>

57 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BSP		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Juros de débitos para com instituições de crédito	45 559	51 380	45 559	51 380
Juros sobre títulos emitidos:				
Obrigações em circulação	31 285	14 007	31 285	14 007
Passivos subordinados	9 685	12 331	9 685	12 057
Juros de depósitos de clientes:				
Depósitos à ordem	7 584	14 890	7 584	14 890
Depósitos a prazo	17 990	27 825	17 990	27 825
De poupança	1 425	1 693	1 425	1 693
Juros de outros recursos	1 663	1 205	1 663	1 205
Juros de operações de <i>swap</i>	15 732	10 912	15 732	10 912
Outros	366	824	366	824
	<u>131 289</u>	<u>135 067</u>	<u>131 289</u>	<u>134 793</u>

O Conselho de Administração: António Mota de Sousa Horta Osório, presidente — Nuno Manuel da Silva Amado, vogal — Eduardo José Stock da Cunha, vogal — José Benigno Perez Rico, vogal — Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal — José Manuel Alves Elias da Costa, vogal — Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha, vogal — Luís Alberto Ponciano Alexandre, vogal — José Carlos Brito Sítima, vogal.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas individuais)

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira individual contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício de 2003 do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 4 901 637 milhares de euros e capitais próprios de 317 118 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36 747 milhares de euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfases.* — As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2003 consistem num aumento do activo em 4720 milhares de euros, num aumento das reservas em 2656 milhares de euros e num aumento do lucro do exercício em 1889 milhares de euros.

7 — As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na certificação legal das contas de 28 de Fevereiro de 2003, continha uma ênfase relativa à alteração do critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma no que se refere ao diferimento dos desvios actuariais e financeiros [notas n.ºs 3.3, alínea i) e 49].

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2004. — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal (contas individuais)

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais do exercício de 2003 do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas individuais do Banco do exercício de 2003, as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2003 elaborado pelo conselho de administração. Adicionalmente, analisámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, elaborado pelo revisor oficial de contas vogal deste conselho, o qual mereceu o nosso acordo.

Faço ao exposto, somos de opinião que, após considerado o descrito no ponto 6 da certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, os documentos de prestação de contas individuais do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *António Mendo Castel-Branco Borges*, presidente — A. Barreira, F. Vieira, J. Romão & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Fernando Jorge Marques Vieira*, vogal — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

Relatório do auditor (contas individuais)

1 — Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras individuais.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais. Entendemos que

a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no ponto 4 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras.

4 — As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2003 consistem num aumento do activo em 4720 milhares de euros, num aumento das reservas em 2656 milhares de euros e num aumento do lucro do exercício em 1889 milhares de euros.

5 — As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no relatório de auditoria de 28 de Fevereiro de 2003, continha uma ênfase relativa à alteração do critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma no que se refere ao diferimento dos desvios actuariais e financeiros [notas n.ºs 3.3, alínea i) e 49].

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2004. — O Auditor, Deloitte & Touche Quality Firme — Serviços Profissionais de Auditoria e Consultoria, S. A., representada por (*assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas consolidadas)

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2003 do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 4 906 357 milhares de euros e capitais próprios de 321 663 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 38 636 milhares de euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das

estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfase.* — As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na certificação legal das contas de 28 de Fevereiro de 2003, continha uma ênfase relativa à alteração do critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma no que se refere ao diferimento dos desvios actuariais e financeiros [notas n.ºs 3.3, alínea i) e 49].

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2004. — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luis Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal (contas consolidadas)

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2003 do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco e das empresas participadas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do Banco do exercício de 2003, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2003 elaborado pelo conselho de administração. Adicionalmente, analisámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, elaborado pelo revisor oficial de contas vogal deste conselho, o qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *António Mendo Castel-Branco Borges*, presidente — A. Barreira, F. Vieira, J. Romão & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Fernando Jorge Marques Vieira*, vogal — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luis Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

Relatório do auditor (contas consolidadas)

1 — Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Portugal, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentadas de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

4 — As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no relatório de auditoria de 28 de Fevereiro de 2003, continha uma ênfase relativa à alteração do critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma no que se refere ao diferimentos dos desvios actuariais e financeiros [notas n.ºs 3.3, alínea i) e 49].

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2004. — O Auditor, Deloitte & Touche Quality Firme — Serviços Profissionais de Auditoria e Consultoria, S. A., representada por (*assinatura ilegível*).

Acta n.º 7 da assembleia geral

Aos 28 dias do mês de Maio de 2004, pelas nove horas, na Rua do Ouro, 88, em Lisboa, reuniram, em assembleia geral, os accionistas do Banco Santander Portugal, S. A., pessoa colectiva n.º 501592245, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 7536, com o capital social de 155 580 180 euros, devidamente convocados por avisos publicados no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 90/2004, de 16 de Abril, *Boletim de Cotações*, de 15 de Abril, no jornal *A Capital*, de 16 de Abril de 2004 e divulgado no Sistema de Difusão da CMVM no dia 15 de Abril de 2004, cujos exemplares ficam arquivados na sociedade como documentos anexos à presente acta e que aqui se dão como reproduzidos. Assumiu a presidência da mesa, o presidente eleito, Eng. Eurico Silva Teixeira de Melo, acompanhado pelo vice-presidente, Dr. Jorge Maria Bleck e secretariado por Francisco de Assis Rodrigues de Magalhães, secretário da mesma mesa, que verificaram estar presentes ou representados accionistas, possuidores de 30 662 000 acções, correspondentes a 98,42513% do capital social.

Assim, tendo a assembleia sido tempestiva e devidamente convocada pelos avisos acima citados, o presidente da mesa declarou a assembleia legalmente constituída e em condições de deliberar validamente sobre todos os pontos da ordem de trabalhos. Iniciada a reunião, o presidente da mesa cumprimentou os accionistas presentes e todos os membros dos órgãos sociais.

Foi dispensada a leitura da convocatória por ser do conhecimento de todos os presentes.

Ninguém mais quis intervir para pedir informações gerais antes da ordem do dia, pelo que se passou ao primeiro ponto da convocatória:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2003, bem o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício de 2003.

O presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra ao Dr. Nuno Amado, que descreveu a conjuntura macroeconómica e a actividade do Banco durante o exercício de 2003.

O Dr. Nuno Amado informou considerar que o ano de 2003 foi um ano complexo em termos de enquadramento macroeconómico, de mercado de capitais e do mercado accionista, mas que, embora neste contexto de debilidade económica, os resultados do Banco foram positivos.

De seguida, detalhou as circunstâncias que permitiram ao Banco apresentar os resultados, ora em análise, que se traduziram num lucro individual líquido de imposto de 36 746 841 euros e num lucro consolidado líquido de imposto de 38 636 463 euros.

Após esta intervenção, o presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra aos accionistas.

O accionista José Henrique Dias Alves, em seu nome e da sua representada, D. Ilda Augusta Alves, usou da palavra para manifestar a sua satisfação com os resultados obtidos pelo Banco em 2003 e para ser esclarecido sobre questões de administração da sociedade.

Assumiu a resposta pelo conselho de administração o Dr. Nuno Amado que prestou os esclarecimentos pertinentes, após o que presidente da mesa colocou à votação o relatório de gestão do conselho de administração e o balanço e contas relativos ao exercício de 2003, bem como o relatório consolidado de gestão do conselho de administração e o balanço e contas consolidadas relativos ao exercício de 2003, tendo os mesmos sido aprovados por maioria com 306 056 votos a favor, representativos de 98,36075% do capital social e duas abstenções, do accionista José Henrique Dias Alves e da sua representada, D. Ilda Augusta Alves, titulares de 200 votos, representativos de 0,06438% do capital social e nenhum voto contra.

O presidente da mesa passou, de imediato, ao ponto segundo da convocatória:

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2003.

O presidente da mesa informou os senhores accionistas que sobre este tema tinha duas propostas que se complementavam, uma apresentada pelo conselho de administração e outra pelo accionista maioritário, Foggia — SGPS, S. A.

Passou à leitura da proposta apresentada pelo conselho de administração:

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, referente ao ano de 2003, foi de 36 746 841 euros, e o resultado líquido do exercício consolidado, em 2003 e atribuível ao BSP, foi de 38 636 463 euros.

Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento do Banco, o conselho de administração vem, nos termos do artigo 20.º dos Estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

- 1) 3 674 684,10 euros para reserva legal;
- 2) O remanescente de 33 072 156,90 euros para resultados transitados, deduzido o montante que a assembleia geral deliberar atribuir aos administradores a título de participação nos resultados.

De seguida, o presidente da mesa passou a ler a proposta apresentada pelo accionista maioritário:

A Foggia — SGPS, S. A., vem propor a distribuição global de 769 060 euros aos administradores do Banco Santander Portugal, S. A., a título de participação nos resultados, devendo a imputação individual ser feita pela comissão de vencimentos.

Em consequência, mais se propõe que o remanescente, no montante de 32 303 096,9 euros, seja afectado a resultados transitados.

O presidente da mesa informou, ainda que estas propostas, dado que se completam, seriam submetidas a votação em conjunto sendo o resultado da sua junção o seguinte:

- 3 674 684,10 euros para reserva legal;
- 769 060 euros aos administradores com imputação individual a fazer pela comissão de vencimentos;
- 32 303 096,90 euros para resultados transitados.

O accionista José Henrique Dias Alves pediu a palavra para referenciar uma proposta de aplicação de resultados do exercício de 2003 em seu nome e em nome da sua representada, D. Ilda Augusta Alves, que entregou ao presidente da mesa da assembleia geral e que fica arquivada na sociedade, reproduzindo-se o teor da mesma, a qual continha considerando justificativos. Apresentou a seguinte proposta de distribuição de resultados:

Para reserva legal, 3 674 684,10 euros;

Para dividendos a distribuir aos accionistas, 18 373 420,50 euros;

Para os administradores com imputação individual a ser feita pela comissão de vencimentos, 671 328 euros;

Para resultados transitados, 14 027 408,40 euros.

O presidente da mesa agradeceu e colocou a debate as duas propostas, findo o qual foram sujeitos a votação tendo a proposta apresentada pelo conselho de administração e complementada pelo accionista maioritário sido aprovada por maioria, com 306 056 votos a favor, representativos de 98,36075% do capital social e dois votos contra, do accionista José Henrique Dias Alves e da sua representada, D. Ilda Augusta Alves, titulares de 200 votos, representativos de 0,06438% do capital social e nenhuma abstenção.

De seguida, foi posta a votação a proposta apresentada pelo accionista José Henrique Dias Alves e da sua representada, D. Ilda Augusta Alves, que teve 200 votos a favor, representativos de 0,06438% do capital social, 306 056 votos contra, representativos de 98,36075% do capital, dos accionistas Foggia — SGPS, S. A., Banco Santander Central Hispano, Banco Totta & Açores, S. A., Produtos Sarcos, S. A., Sar — Sociedade de Participações Financeiras, S. A., Dr. Nuno Manuel da Silva Amado, Dr. Miguel Campos de Pereira de Bragança, Dr. Eduardo José Stock da Cunha, Dr. José Benigno Perez Rico, Dr. José Carlos Brito Sítima, Sr. Francisco Assis Rodrigues Magalhães, Dr.ª Maria Alexandra Paiva Sousa e nenhuma abstenção.

Logo após, o presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto 3 da convocatória:

3.º proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

O presidente da mesa passou a ler a proposta apresentada pelo accionista Francisco Assis Magalhães que propôs, em nome e representação da sociedade Produtos Sarcos, S. A., um voto de louvor e confiança na administração e fiscalização da sociedade e em cada um dos seus membros pela actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2003 e, neste contexto, inteiramente justificado pelos resultados ora aprovados por esta assembleia.

Submetida à votação pelo presidente da mesa foi esta proposta aprovada por maioria, com 306 056 votos a favor, representativos de 98,36075% do capital social e duas abstenções, do accionista José Henrique Dias Alves e da sua representada, D. Ilda Augusta Alves, titulares de 200 votos, representativos de 0,06438% do capital social e nenhum voto contra.

Passou-se, de seguida, à apreciação da matéria do ponto 4 da convocatória:

4.º Deliberar sobre uma proposta de emissão de obrigações, bem como de outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros.

O presidente da mesa apresentou a proposta do conselho de administração, cuja leitura foi dispensada por todos dado o respectivo conhecimento do seu teor e que se transcreve:

O conselho de administração propõe à assembleia geral:

1.º Que o conselho de administração, com a possibilidade de delegar na comissão executiva, seja autorizado a emitir obrigações ou títulos de dívida de natureza semelhante, em euros ou em divisas, colocadas no mercado interno e ou no mercado internacional, num máximo de mil milhões de euros ou o seu contravalor em divisas, podendo a emissão das obrigações, ou de quaisquer outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros, ser feita por séries ou repartida por diferentes empréstimos obrigacionistas;

2.º Que o conselho de administração, com a possibilidade de delegar na comissão executiva seja autorizado:

a) Em função das condições do mercado e dos interesses da sociedade, a determinar a modalidade das obrigações, ou de quaisquer outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros a emitir, de entre todos os legalmente admitidos, salvo no que respeita a obrigações convertíveis, cuja emissão não se considera abrangida por esta proposta;

b) Fixar o número e o montante de cada série ou de cada empréstimo, as datas e os meios de subscrição, realização e amortização das

obrigações, ou de quaisquer outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros, taxas de juro a aplicar e, se for o caso, o prémio de emissão e ou de reembolso e o eventual juro suplementar a que haja lugar, bem como as demais características da emissão que, de acordo com as condições prevalentes no mercado ou as que sejam negociadas com o sindicato financeiro que eventualmente se venha a formar, se revelem adequadas aos interesses da instituição;

c) Fixar a forma titulada ou escritural, podendo ser nominativas ou ao portador ou assumir simultaneamente ambas as modalidades, quanto às obrigações, ou quaisquer outros tipos de valores mobiliários ou instrumentos financeiros.

3.º Propõe, ainda, que a autorização concedida nos números precedentes possa ser exercida a todo o tempo até à primeira reunião do conselho de administração a seguir à assembleia geral de aprovação de contas do exercício social do ano 2004.

Submetida a votação pelo presidente da mesa foi esta proposta aprovada por maioria, com 306 056 votos a favor, representativos de 98,36075% do capital social e duas abstenções, do accionista José Henrique Dias Alves e da sua representada, D. Ilda Augusta Alves, titulares de 200 votos, representativos de 0,06438% do capital social e nenhum voto contra.

O presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto 5 da convocatória:

5.º Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de obrigações próprias.

O presidente da mesa apresentou a proposta do conselho de administração, cuja leitura foi dispensada por todos dado o respectivo conhecimento do seu teor e que se transcreve:

O conselho de administração propõe à assembleia geral que lhe seja concedida autorização, com a possibilidade de delegar na comissão executiva, para:

1 — Adquirir, por compra ou troca, obrigações emitidas pelo Banco, até ao montante máximo legalmente permitido para cada uma das emissões;

2 — Alienar, por venda ou troca, as obrigações próprias que detenha;

3 — Que as aquisições e alienações de obrigações próprias, caso as mesmas estejam admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas a um valor mínimo de 85% do valor da cotação no momento e a um valor máximo que seja o maior entre a cotação em Bolsa e o respectivo valor nominal;

4 — Que as aquisições de obrigações próprias, caso as mesmas não estejam ou deixem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas de acordo com o seguinte critério:

Contrapartida mínima: 25% abaixo do menor dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor do reembolso;

Contrapartida máxima: 30% acima do maior dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor do reembolso.

5 — Que as alienações de obrigações próprias, caso as mesmas não estejam ou deixem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas de acordo com o seguinte critério:

Contrapartida mínima 30% abaixo do menor dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso;

Contrapartida máxima: 25% acima do maior dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso.

Propõe, ainda, que o mandato conferido nos números precedentes poderá ser exercido a todo o tempo até à primeira reunião do conselho de administração a seguir à assembleia geral de aprovação de contas do exercício social do ano de 2004.

Submetida a votação pelo presidente da mesa foi esta proposta aprovada por maioria, com 306 056 votos a favor, representativos de 98,36075% do capital social e duas abstenções, do accionista José Henrique Dias Alves e da sua representada, D. Ilda Augusta Alves, titulares de 200 votos, representativos de 0,06438% do capital social e nenhum voto contra.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa agradeceu a presença de todos tendo sido encerrada esta sessão pelas 10 horas e 30 minutos e dela lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente da mesa, vice-presidente da mesa e secretário da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Jorge Maria Bleck*, vice-presidente e secretário.

2004318554